



Reportagem

## A educação financeira como impulso para o desenvolvimento sustentável

Artigos abordam importantes temas para a profissão

## SUMÁRIO

Palavra do Presidente

1



Reportagem

A educação financeira como impulso para o desenvolvimento sustentável

Lorena Molter

3



Artigo

Educação fiscal no âmbito municipal:  
um estudo acerca da destinação do imposto de renda

Carolina Portella Lages, Duanne Emanuel Leal Guimarães,  
Cristiano Sausen Soares e Edicreia Andrade dos Santos

7



Artigo

Relações entre contabilidade pessoal e práticas financeiras  
não saudáveis entre universitários

Samir Sayed e Felipe da Costa Santos

25



Artigo

Relação entre o nível de conhecimento financeiro e o nível de endividamento  
dos servidores de uma IES brasileira: análise no período pandêmico

Árthur Douglas Pariz de Souza, Simone Luiza Fiorio e Thiago Carvalho Brasil

39



Artigo

Associação entre educação financeira, conhecimento financeiro  
e alfabetização financeira: uma revisão integrativa

André Luiz Medeiros, Andréa Aparecida da Costa Mineiro,  
Juliana Lima de Rezende Guida e Víctor Eduardo de Mello Valerio

53



Artigo

Influência da educação financeira no bem-estar pessoal

Marciano da Silveira Piazzentini, Fernando Maciel Ramos,  
Emerson Jorge da Silva e Tainara Carine de Carli

67



Artigo

Analisando o papel da educação financeira e da aprendizagem na  
transferência de conhecimento entre responsáveis e dependentes

Marcos Gabriel Moura de Medeiros, Alvaro Fabiano Pereira de Macêdo,  
Felipe Ranielly Feliz da Silva e Liandra Chirley Medeiros da Silva

81

## PALAVRA DO PRESIDENTE

Temos orgulho de lançar esta revista especial, que discute, profunda e academicamente, a educação financeira no âmbito das finanças pessoais, do consumo consciente, da alfabetização financeira, do mercado financeiro, das organizações, da Lei do Superendividado, dos impactos da pandemia, das finanças comportamentais, da educação fiscal e cooperativismo e das políticas públicas voltadas para essa temática. A cada publicação da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), sentimos que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) dá mais um passo em benefício da evolução da classe contábil – isso porque sabemos que a academia fortalece o mercado de trabalho ao observar e a refletir sobre aquilo que se passa na prática. Simultaneamente, o dia a dia de trabalho apresenta pistas e fornece conteúdo e projeções que embasarão novos estudos.

Como órgão normatizador e fiscalizador, o CFC encontra na academia e no mercado inúmeras respostas que enriquecem as suas atividades e favorecem os profissionais da contabilidade. A autarquia dialoga com ambas as esferas e serve de ponte entre esses dois mundos tão relevantes para que avancemos cada vez mais.

Ao abordar o tema “Educação Financeira e a Contabilidade: Perspectivas e Avanços?”, esta revista cumpre um papel social de discutir um assunto tão substancial para o bem-estar da sociedade e para a economia dos países. Sabemos da essencialidade das Ciências Contábeis para as nações e evidenciamos, a partir dos artigos de nível elevado presentes nesta edição, o quanto a Contabilidade está intimamente relacionada e pode colaborar com as discussões relativas a essa temática. Ao cumprirmos essa missão, sentimos que, mais uma vez, contribuimos para o desenvolvimento sustentável do país.



Aécio Prado Dantas Júnior  
Presidente do CFC

Sabe-se que a educação financeira vai além da economia de dinheiro, sendo, na realidade, uma área multidisciplinar que gera impactos que envolvem desde a vida doméstica até os melhores caminhos para empreender e investir.

Com o intuito de apresentarmos algumas das faces desse vasto assunto, iniciamos essa edição por uma reportagem que aborda as vantagens do investimento nesse campo do saber, seus impactos socioeconômicos e algumas de suas características. Em seguida, estão os trabalhos acadêmicos selecionados para este número especial.

Agradecemos a todos os que enviaram suas pesquisas e parabenizamos aqueles que tiveram seus textos selecionados em meio a uma grande quantidade de materiais de alto nível, que foram avaliados por uma equipe composta de destacados profissionais de diferentes partes do Brasil – um trabalho árduo, mas que gerou um excelente resultado, o qual poderá ser conferido ao longo das páginas deste exemplar.

Esperamos não apenas que tenham uma excelente leitura, mas que se inspirem e que disseminem práticas de educação financeira em suas vidas pessoais e profissionais.

Boa leitura!

## EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE  
Edição n.º 257, setembro/outubro de 2022 – periódico bimestral  
ISSN 0104/8341

- > **Editor**  
Conselho Federal de Contabilidade  
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília (DF) – CEP 70070-920  
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br
- > **Conselho Diretor**  
Presidente  
Contador Aécio Prado Dantas Júnior
- Vice-Presidentes  
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues  
Contador Carlos Henrique do Nascimento  
Contador Carlos Rubens de Oliveira  
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho  
Contador José Donizete Valentina  
Contador Manoel Carlos de Oliveira Júnior  
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos  
Contadora Vitória Maria da Silva
- > **Conselheiros Efetivos**  
Contador Adriano de Andrade Marrocos  
Técnico em Contabilidade Aginaldo Mocelin  
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias  
Contador Bruno Sítônio Fialho de Oliveira  
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende  
Contador Haroldo Santos Filho  
Contador Heraldo de Jesus Campelo  
Contador José Domingos Filho  
Contador José Gonçalves Campos Filho  
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa  
Contadora Maria do Rosário de Oliveira  
Contador Mateus Nascimento Calegari  
Contadora Palmira Leão de Souza  
Contador Rangel Francisco Pinto  
Contador Sebastião Célio Costa Castro  
Contador Sérgio Faraco  
Contadora Ticiane Lima dos Santos  
Contador Wellington do Carmo Cruz
- > **Conselheiros Suplentes**  
Contador Aloisio Rodrigues da Silva  
Contadora Ana Luiza Pereira Lima  
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça  
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior  
Contador Antônio de Pádua Soares Pelicarpo  
Contador Arleon Carlos Stelini  
Técnico em Contabilidade Cil Farney Assis Rodrigues  
Contador Edneu da Silva Calderari  
Contador Elias Dib Caddah Neto  
Contador Erivan Ferreira Borges  
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel  
Contador Francisco Fernandes de Oliveira  
Contador Geraldo de Paula Batista Filho  
Contador Glaydson Trajano Farias  
Contador José Alberto Viana Gaia  
Contador Leonardo Silveira do Nascimento  
Contadora Liliana Farias Lacerda  
Contadora Lucilene Florêncio Viana  
Contadora Marilise Alves Silva Teixeira  
Técnico em Contabilidade Mauricio Gilberto Cândido  
Contadora Mônica Foerster  
Contador Nilton Luiz Lima Praseres  
Contador Norton Thomazi  
Contador Roberto Schulze  
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes  
Contador Valmir Leônico da Silva  
Contador Webberth Fernandes
- > **Coordenadora do Conselho Editorial da RBC**  
Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
- > **Conselho Editorial da RBC**  
Doutor Antonio Ranha da Silva  
Doutor Emanuel Marcos Lima  
Doutor Ernani Ott  
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga  
Doutor Wenner Gláucio Lopes Lucena  
Doutorando José Luiz Nunes Fernandes  
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo  
Doutor Fernando de Almeida Santos
- > **Comissão Avaliadora – Educação Financeira**  
Wenner Gláucio Lopes Lucena  
Emanuel Marcos Lima  
Rosimeire Pimentel Gonzaga  
Ducinei Régis Botelho  
Kléber Formiga Miranda  
Vinicius Gomes Martins
- > **Jornalista Responsável**  
Rafaela Feliciano – 7830/DF
- > **Redação**  
Lorena Molter
- > **Projeto Gráfico**  
Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes
- > **Diagramação**  
Dianne Freitas
- > **Revisão**  
Maria do Carmo Nóbrega e Juliana Garcês de Almeida
- > **Ilustrações**  
Allan Patrick
- > **Colaboradora**  
Maria do Carmo Nóbrega
- > **Artigos**  
Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



## REPORTAGEM

# A educação financeira como impulso para o desenvolvimento sustentável

Por Lorena Molter

O tema vai muito além da gestão correta do dinheiro. A educação financeira impacta profundamente aspectos socioeconômicos dos países, sendo inclusive um meio de fortalecimento do empreendedorismo. O assunto deve ser trabalhado ainda na infância e na adolescência como forma de educar a população e de prepará-la para uma vida adulta mais sustentável e segura.

Educação financeira é uma pauta que, no Brasil, certas vezes, entra na vida da população apenas na idade adulta. Em certas ocasiões, isso ocorre, justamente, pelo desconhecimento relacionado ao assunto, que gera consequências, como os erros na realização de investimentos ou o temido endividamento, entre outros problemas. A falta de disseminação do assunto gera impactos negativos nos campos sociais e econômicos dos países, mas podem ser evitados a partir da promoção da temática para os diversos públicos que compõem a sociedade.

A professora doutora da Universidade de Brasília (UnB), Ducineli Régis Botelho, explica, por exemplo, os ganhos do país ao investir na educação financeira voltada para crianças e jovens. “Ao investir em educação financeira para os jovens, o país contribui para uma melhoria na qualidade de vida futura desses jovens e, ao mesmo tempo, atende à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Agenda 2030 da ONU dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como os ODS 1, ODS 4, ODS 8, ODS 10. E os objetivos

dos ODS são, por exemplo, contribuir para erradicação da pobreza por meio de novas tecnologias em microfinanças; oportunizar aos jovens vivenciar um processo de alfabetização e apreensão de conhecimentos básicos em educação financeira; fornecer informações para o desenvolvimento de políticas públicas; e contribuir para o empoderamento da população nacional a alcançar o crescimento de renda, promovendo a inclusão social por meio de políticas fiscais, econômicas e financeira”, esclarece.

Os ODS 1, 4, 8 e 10 se referem às metas de erradicação da pobreza, de educação de qualidade, de trabalho decente e crescimento econômico e de redução das desigualdades, respectivamente. Isso demonstra que a educação financeira vai muito além da simples economia de dinheiro, como popularmente a expressão é compreendida. Quando trabalhada desde a infância, influencia positivamente a vida adulta, como pontua a professora. “O adulto que foi inserido nesse ambiente desde cedo desenvolve hábitos e habilidades mais saudáveis, como o planejamento financeiro e o orçamento familiar, e mantém a forma de lidar com o dinheiro, entendendo o seu verdadeiro significado”. O ensino dessa temática, segundo a acadêmica, está alicerçado em três vertentes, que são a estrutura familiar, o ambiente escolar e a vida profissional, baseadas em três construtos – atitude, comportamento e conhecimento financeiros.

Indo além, o que se pode dizer é que a disseminação desse conhecimento é favorável ao desenvolvimento econômico das nações, sendo fundamental a inserção do assunto na educação de crianças e jovens. “A educação financeira e o desenvolvimento econômico de um país estão inter-relacionados e, ao desenvolver atitudes e comportamentos financeiros

em seus jovens, propicia-se a formação de cidadãos mais conscientes financeiramente. Dessa forma, pode-se ter uma sociedade melhor e mais consciente de suas ações, inclusive na forma de lidar com o dinheiro”, afirma Botelho.

### Educação Financeira é aliada do empreendedorismo

Seja por vocação ou por necessidade, o Brasil possui uma grande força empreendedora. Contudo, para que as empresas sobrevivam, são necessários conhecimentos prévios, assessoria de um profissional da contabilidade e atualização constante.

A educação financeira é um dos caminhos para que o empreendedorismo ocorra de forma segura e se amplie, ainda mais, no país. O professor doutor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da UnB, José Antonio de França, fala sobre essa lógica. “Educação, de uma forma geral, é o caminho indispensável para empreender e crescer de forma sustentável. Educação financeira é a variável comportamental indissociável do crescimento sustentável do negócio e da família. O empreendedor deve observar o fluxo de caixa do seu negócio para que o desempenho e a

sustentabilidade não sejam prejudicados, por excesso ou por insuficiência de caixa. Então, a educação financeira do empreendedor norteia o fortalecimento e a sustentabilidade do negócio por meio da projeção adequada do fluxo de caixa. Esse exercício é um dos desafios do estudo de finanças”, pontua.

E se engana quem imagina que a formação de futuros empreendedores envolve apenas o público adulto. Na realidade, esse trabalho começa desde a infância, justamente preparando crianças e adolescentes para um amanhã mais saudável no campo socioeconômico e para empreenderem de modo mais consciente e sustentável. “Ao capacitar os jovens com hábitos e habilidades mais saudáveis em relação ao dinheiro, a sociedade se desenvolve de maneira mais consciente financeiramente. E, com um desenvolvimento econômico mais equilibrado, crescente e constante, pode-se empreender com mais segurança no país e, assim, ocorre uma melhor excelência na gestão dos recursos por parte dos empreendedores”, contextualiza Ducineli Botelho.



“O adulto que foi inserido nesse ambiente desde cedo desenvolve hábitos e habilidades mais saudáveis, como o planejamento financeiro e o orçamento familiar, e mantém a forma de lidar com o dinheiro, entendendo o seu verdadeiro significado.”

Foto: Jackson Ciceri/acervo CFC



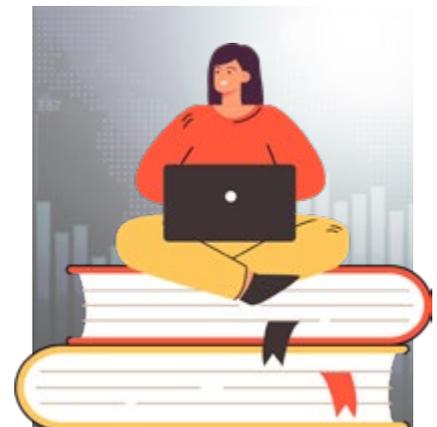
Professor José Antonio de França na XXXIV Conferência Interamericana de Contabilidade (CIC).

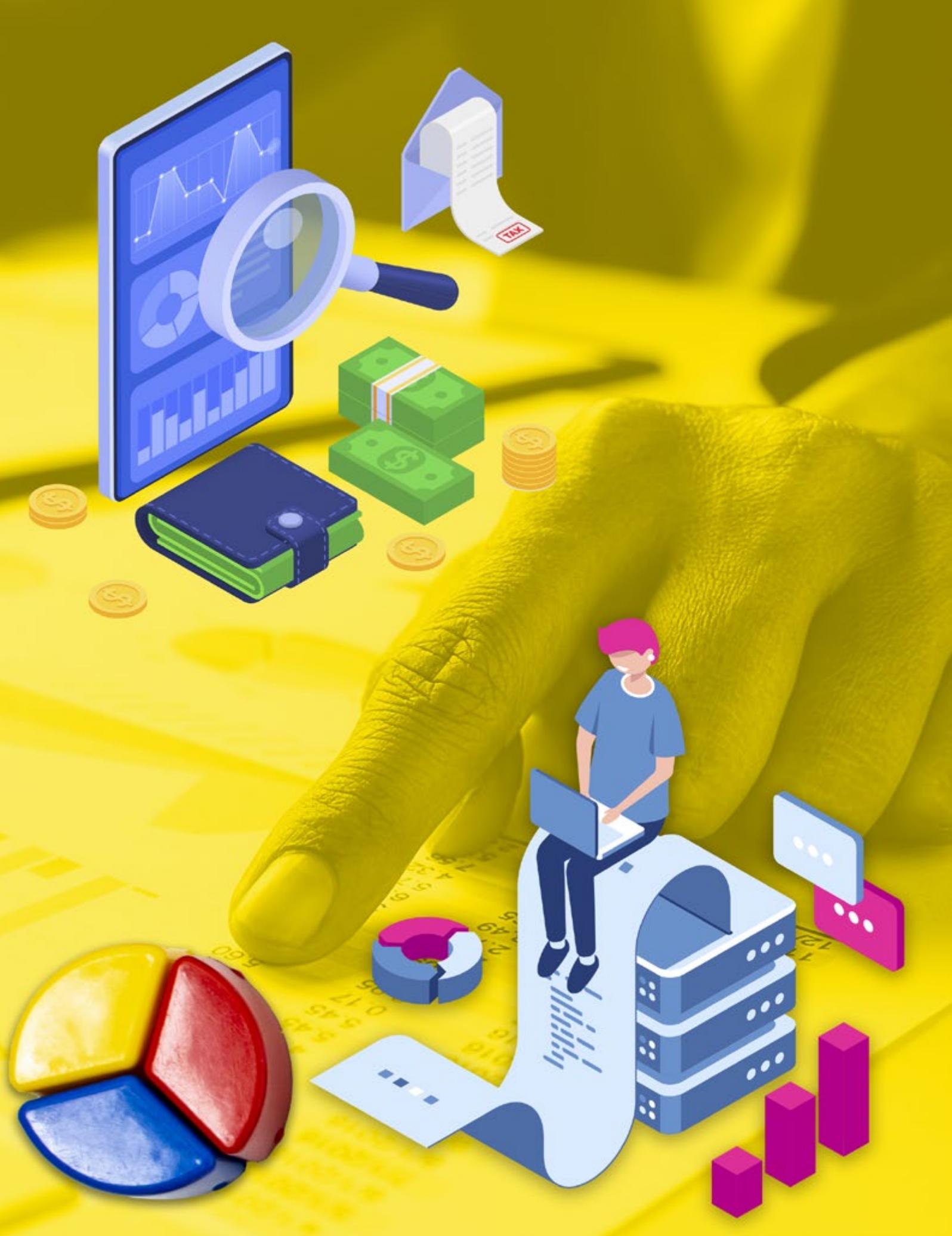
Outra estatística que chama a atenção no Brasil é o número de pequenos negócios, que correspondem a mais de 90% do total de empresas brasileiras. Os conhecimentos sobre educação financeira para esse grupo também é um diferencial para que esses empreendimentos sobrevivam e, principalmente, desenvolvam-se e cresçam. “Micro e pequeno empresários devem operar em função do seu fluxo de caixa, considerando que, para esses empreendedores, o crédito é escasso e oneroso. Para eles, o orçamento financeiro, materializado pelo fluxo de caixa, é essencial para que o negócio cresça de forma sustentável. Como os micro e pequeno empresários (negócio), às vezes, até se confundem com a pessoa natural do empreendedor. A educação financeira do negócio navega de acordo com a educação financeira do empreendedor. Para que a sustentabilidade seja mantida, o fluxo de caixa deve ser o instrumento de navegação desses empresários empreendedores. Assim, educação financeira deve ser um projeto que sinalize ao micro e ao pequeno empresários que o retorno líquido deve exceder o custo de oportunidade”.

Como grande parceira das empresas, a Contabilidade pode contribuir também para o estímulo à educação financeira. Isso se dá, inclusive, pela própria dinâmica das Ciências Contábeis. O professor França informa que a educação financeira para uma pessoa pressupõe que esta tenha como requisito conhecimento e domínio de sua restrição orçamentária para não agir por impulso no momento da compra ou do gasto financeiro. Segundo o acadêmico, ela pode ser associada a uma questão comportamental, de leitura e de valor do dinheiro, para não exaurir reservas financeiras ou não gerar endividamento além da capacidade de pagamento de um indivíduo. Dessa forma, é necessário avaliar o benefício da utilidade desejada com o custo do dinheiro. “Então, de uma forma simples, a Contabilidade pode contribuir com a educação financeira orientando para o uso do fluxo de caixa, pois o limite do gasto deve ser limitado à soma do fluxo de entrada de caixa com o saldo das reservas financeiras”, conclui.

O assunto impacta diversas áreas da economia e, no contexto pós-pandêmico, pode ser um

dos caminhos para a recuperação dos países. França esclarece que a retomada financeira, referente à pós-pandemia, depende também de outras variáveis, como a oportunidade, mas “havendo educação financeira, o caminho da retomada poderá ser próspero porque o ator do crescimento econômico saberá avaliar, de forma adequada, sua restrição orçamentária para não se endividar além de sua capacidade de honrar os compromissos financeiros. Outros cenários associados à educação financeira também podem contribuir, como, por exemplo, a qualidade do gasto com projetos e políticas públicas”, finaliza.





# Educação fiscal no âmbito municipal: um estudo acerca da destinação do imposto de renda

Com o objetivo de analisar os resultados das ações do Programa de Educação Fiscal na cidade de Santa Maria/RS, na campanha Imposto Solidário, desenvolveu-se um estudo de caso, cujos dados foram coletados por meio de documentos e entrevistas com representantes da educação fiscal no município e demais profissionais engajados na campanha. Os dados foram avaliados qualitativamente e, entre os resultados, observam-se a trajetória da educação fiscal no município e o desenvolvimento de ações reconhecidas nacionalmente; foi possível também evidenciar a necessidade de melhor divulgação; o dever de prestar contas à sociedade; e, que é imprescindível fortalecer as parcerias com instituições públicas para estimular a cidadania. No tocante às ações específicas da campanha Imposto Solidário, destacam-se as transmissões nas redes sociais para divulgação e a colaboração de entidades profissionais da área contábil. Salienta-se que os achados são específicos do Município de Santa Maria/RS, porém, espera-se que contribuam para a ampliação da educação fiscal, visando ao desenvolvimento da cidadania e ao controle social.

## **Carolina Portella Lages**

Bacharel em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

*E-mail:* carolinaportellalages87@gmail.com

## **Duanne Emanuel Leal Guimarães**

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

*E-mail:* emanuelduanneguimaraes@gmail.com

## **Cristiano Sausen Soares**

Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

*E-mail:* cristianocontador@hotmail.com

## **Edicreia Andrade dos Santos**

Professora do programa de pós-graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

*E-mail:* edicreiaandrade@yahoo.com.br

## 1. Introdução

Ao longo de décadas, o Brasil enfrenta problemas relacionados à desigualdade social, elevando a necessidade da população por mais serviços públicos. Para atender a essas demandas, o setor público depende da arrecadação de receitas, em especial daquelas provenientes dos tributos (NADIR JÚNIOR et al., 2019). Giambiagi e Além (2011), alinhados à teoria de Finanças Públicas, defendem que o Estado tem por missão suprir as demandas básicas dos cidadãos via recursos arrecadados na forma de tributos, além de ter eficiência na aplicação de recursos e transparência na gestão pública. Contudo, o Estado também deve promover ações de educação fiscal (PEREIRA; CRUZ, 2016; OLIVEIRA, 2018).

Grzybovski e Hahn (2006) mencionam que o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) foi desenvolvido com o objetivo de promover o entendimento da função social do tributo e de elevar a participação dos cidadãos no controle social. A não arrecadação tributária, seja por evasão ou sonegação fiscal, dificulta o papel do Estado, fazendo-se necessário o envolvimento de toda a sociedade. Com o objetivo de auxiliar no enfrentamento dessa situação, diversos programas de educação fiscal foram implantados nos estados e municípios como forma de garantir proteção ao cidadão mais vulnerável e de promover o bem-estar social (BORGES; PEREIRA, 2014; PEREIRA; CRUZ, 2016).

Os tributos desempenham função social ao servir como recurso efetivo para gerar o bem comum e igualdade, por meio do desenvolvimento econômico e social (REIS; PFITSCHER; CASAGRANDE, 2012). Eles são considerados fontes de recursos que financiam a execução de serviços públicos à sociedade (KOHAMA, 2016). Nesse entendimento, Gomes e Von Mengden (2013) mencionam que os entes públicos devem

exercer seu direito de arrecadar impostos, como ocorre com o imposto de renda. No Brasil, o imposto de renda é um tributo de competência da união que incide sobre a renda de pessoas físicas e jurídicas, recolhido ao Tesouro Nacional, cuja parte é repassada aos estados e municípios. No entanto, durante o ano calendário, a pessoa jurídica pode destinar até 1% do imposto devido (se optante pelo lucro real) e a pessoa física até 6% aos fundos de proteção ao idoso e à criança e adolescente. Ainda, o contribuinte pode destinar, na própria declaração do imposto de renda da pessoa física (DIRPF), realizada no modelo completo (também chamado de modelo de deduções legais), parte do imposto devido, no montante de até 3%, diretamente ao fundo escolhido, atendendo ao que disponibiliza o programa gerador da DIRPF (BRASIL, 2018).

Com tal possibilidade, diferentes estados e municípios passaram a desenvolver ações para fomentar a arrecadação desse recurso, criando campanhas voltadas à destinação do imposto de renda. Como exemplo, cita-se que, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), foi criada a campanha “Valores que Ficam”,

com o apoio do Conselho gaúcho (CRCRS). Já na cidade de Santa Maria (Rio Grande do Sul/RS), a campanha para arrecadação de recursos via destinação do imposto de renda foi intitulada “Imposto Solidário”, criada pelo Programa Municipal de Educação Fiscal (PMEF), vinculado à Secretaria de Finanças e Secretaria de Educação do município, com apoio e participação de diversas entidades e atores sociais locais. O objetivo da referida campanha foi alavancar a arrecadação de recursos provenientes da destinação do imposto de renda para financiar projetos sociais da cidade em parceria com o Poder Público. Como particularidade, na cidade de Santa Maria, além de destinar parte do imposto de renda devido ao fundo de sua preferência (criança e/ou idoso), o contribuinte também pode escolher o projeto social que pretende apoiar, dentre as entidades com projetos previamente cadastrados, conforme termos de parceria ou colaboração, em atenção à Lei n.º 13.019/2014. Contudo, conforme informações levantadas pelo PMEF de Santa Maria/RS, muitos contribuintes não reali-



“Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir com os interessados no tema, assim como com os demais entes públicos no desenvolvimento de ações que visam elevar a arrecadação mediante campanhas de educação fiscal.”

zam a destinação de parte do imposto de renda devido por desconhecimento das regras e procedimentos. Desse modo, muitos projetos e entidades sociais deixam de arrecadar esse recurso para desenvolver atividades em prol das pessoas em situação de vulnerabilidade social por desconhecimento do contribuinte, cabendo à promoção de ações que visam sua divulgação, visibilidade e maior alcance.

Na literatura, são identificados estudos relacionados à importância da educação fiscal, do papel do cidadão e da cidadania, além da função socioeconômica do tributo (GRZYBOVSKY; HAHN, 2015; NASCIMENTO; COSTA, 2017; OLIVEIRA, 2018; NADIR JUNIOR et al., 2019) e da influência da educação fiscal na eficiência pública, em relação às despesas e receitas tributárias (REIS; PFITSCHER; CASAGRANDE, 2012; BORGES; PEREIRA, 2014; BORGES; PEREIRA; BORGES, 2015). No entanto, não foram identificados estudos em profundidade que visam reconhecer ações desenvolvidas por programas, como o PME na promoção do exercício da cidadania e estímulo à cultura da destinação de tributos. Tal fato revela-se como oportunidade de pesquisa, suprida no presente estudo ao questionar: **Quais foram os resultados obtidos com as**

**ações desenvolvidas pelo PME na campanha Imposto Solidário no ano de 2020 em Santa Maria/RS?** Para tanto, teve-se como objetivo analisar os resultados obtidos com o desenvolvimento de ações do PME na campanha Imposto Solidário em Santa Maria/RS, no ano de 2020, conforme a percepção dos sujeitos envolvidos.

Diferentes lacunas podem ser observadas em relação ao tema da educação fiscal, porém, afilia-se à abordagem de Nascimento e Costa (2017), que sugerem a realização de um estudo que se diferencie dos anteriores ao se aprofundar na investigação das ações de educação fiscal e seus reflexos à sociedade. Para tal, foi escolhido o caso do Município de Santa Maria/RS devido à trajetória do PME e da campanha Imposto Solidário, cujos resultados podem ser observados em curto prazo, assim como seu comportamento evolutivo no tempo. Dessa forma, o estudo justifica-se pela relevância social e necessidade de transformar a relação do cidadão com o Estado (PALMA; PITA, 2015). Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir com os interessados no tema, assim como com os demais entes públicos no desenvolvimento de ações que visam elevar a arrecadação mediante campanhas de educação fiscal. Assim, es-

pera-se que esses resultados tragam avanços à sociedade, elevando o número de serviços públicos voltados ao atendimento de crianças, de adolescentes e de idosos em situação de vulnerabilidade social.

## 2. Revisão Teórica

A educação fiscal tem seu papel fundamental não apenas no conhecimento dos tributos, mas no entendimento da atividade financeira do Estado (PEREIRA; CRUZ, 2016). Segundo Borges, Pereira e Borges (2015), para a construção de uma sociedade igualitária, na perspectiva como se apresenta o fundamento pedagógico da educação fiscal, é condição singular a gestão pública participativa. De acordo com Grzybovski e Hahn (2006), analisando a necessidade de orientação quanto aos mecanismos de controle existentes no serviço público, considera-se que a educação fiscal tem por função capacitar o cidadão, mediante o conhecimento, a se manifestar no momento oportuno perante as autoridades e os órgãos competentes. Desse modo, estimula-se o cidadão ao entendimento de seus direitos e deveres sociais e fornece esclarecimentos sobre a importância do recolhimento e acompanhamento dos tributos.

A gestão tributária brasileira é norteada pela premissa de que os impostos pagos não são adequadamente aplicados, por isso impera na mentalidade dos contribuintes que o produto que está sendo arrecadado na forma de tributos não está efetivamente sendo revertido em melhorias e qualidade de vida à população (GRZYBOVSKI; HAHN, 2006). Se esta visão ainda for associada a uma perspectiva de possibilidade de obtenção de maiores lucros, terá como resultado o aumento da sonegação fiscal. Assim, a sociedade brasileira não acredita que o produto arrecadado está sendo revertido em melhoria das condições de vida da população (GRZYBOVSKI; HAHN, 2006).

A desconfiança que o cidadão brasileiro sente em relação aos tributos e suas aplicações é resultado de

história marcada pela elevada carga tributária, frente aos serviços públicos, além dos casos de corrupção e da má administração dos recursos arrecadados. No entanto, se o Sistema Tributário é injusto, existem caminhos adequados para mudá-lo, não servindo tal fato de justificativa para a sonegação. Nessa perspectiva, a educação fiscal visa à conscientização da sociedade quanto à necessidade de financiamento do Estado por meio da arrecadação de tributos e a conscientização do cidadão do dever de pagá-los e do direito de acompanhar a sua aplicação (REIS; PFITSCHER; CASAGRANDE, 2012).

A educação fiscal e a função social dos tributos foram considerados temas de pesquisa recentes na área contábil no Brasil (GRZYBOVSKI; HAHN, 2006; REIS; PFITSCHER; CASAGRANDE, 2012; BORGES et al., 2013; BOR-

GES; PEREIRA, 2014; BORGES, PEREIRA; BORGES, 2015; NASCIMENTO; COSTA, 2017; OLIVEIRA, 2018; NADIR JÚNIOR et al., 2019) e no mundo (MUKHLIS; UTOMO; SOESETIO, 2015; KURNIAWAN; 2020; MBILLA et al., 2020).

Grzybovski e Hahn (2006) desenvolveram um estudo com 96 empresários para discutir alternativas visando aproximar os interesses do Estado aos dos cidadãos. Os achados revelam falta de sintonia entre o que é esperado pelo cidadão e o que o Estado oferece em serviços públicos, frente aos tributos arrecadados. Os autores concluem que a implantação do PMEFP pode possibilitar ao contribuinte informações e conhecimentos acerca da função socioeconômica dos tributos, além de instrumentalizar a participação do cidadão no controle social.

Reis, Pfitscher e Casagrande (2012) verificaram os meios de disseminação da educação fiscal nas unidades da Federação brasileira, distribuídos nas 5 regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). Para tal, foram aplicados questionários aos servidores públicos que atuam nos Programas Estaduais de Educação Fiscal, cujas análises permitiram identificar que, além da formação de disseminadores da educação fiscal, promovida pela Escola de Administração Fazendária (Esaf), os estados brasileiros desenvolvem as seguintes atividades: campanhas de arrecadação de notas fiscais, mediante premiação; transparência na prestação das contas públicas; publicação de cartilhas; concursos de redação e monografias, entre outras atividades lúdicas com estudantes. Destaca-se que as atividades referenciadas são desenvolvidas de forma integrada aos outros órgãos governamentais, em especial a Receita Federal e a Controladoria-Geral da União.



“No contexto internacional, Mukhlis, Utomo e Soesetio (2015) verificaram conhecimentos fiscais e seu impacto na conformidade tributária no norte de Gana. Os resultados revelaram que a conformidade tributária é aprimorada quando há educação adequada.”

Borges et al. (2013) analisaram o impacto causado nos indicadores sociais dos municípios sede de entidades do Terceiro Setor beneficiadas com repasses de recursos do Programa de Educação Fiscal do estado do Rio Grande do Norte, utilizando testes de hipóteses. Os resultados indicaram que há variação significativamente positiva nos indicadores analisados, com reflexos diretos nas áreas de assistência social, saúde, desporto e lazer. Como sugestão para futuros estudos, os autores propõem investigar as principais dificuldades apontadas pelas entidades para captação desses recursos.

Em outro estudo, Borges e Pereira (2014) abordaram a influência da educação fiscal na eficiência pública municipal, medida em relação às despesas com funções de Governo e receitas tributárias próprias, seguindo os pressupostos apontados pela Esaf e pela teoria da Educação Tributária. Foram aplicados 1.804 questionários e coletados dados via banco de dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), resultando em uma amostra de 689 municípios. Os dados foram tratados por meio da análise envoltória de dados (DEA) e análise fatorial, cujos resultados rejeitam a hipótese de que o nível de educação fiscal

do cidadão é instrumento de controle social e influencia a gestão de recursos e a transparência pública.

Borges, Pereira e Borges (2015) realizaram uma pesquisa para mensurar o nível de educação fiscal do cidadão, com base nas informações disponibilizadas pelo PNEF, mediante a aplicação de questionários para 1.804 respondentes, utilizando a técnica da análise fatorial. Os resultados confirmam a mensuração com base em múltiplos componentes e indicam que o cidadão entende os propósitos da educação fiscal e sua importância. Para continuidade das pesquisas, os autores sugerem sua replicação, de forma segregada, por regiões do país.

Nascimento e Costa (2017) realizaram um estudo qualitativo com o objetivo de descrever as habilidades e competências do auditor social de finanças públicas acerca do controle social e da educação fiscal. Os resultados revelaram a complexidade na formação multidisciplinar indicada ao auditor fiscal. Os autores registram como oportunidades de pesquisas a necessidade de investigar os atores sociais engajados no exercício do controle social, bem como o desenvolvimento de ações de educação fiscal e seus resultados à sociedade.

Oliveira (2018) investigou as

razões que motivam o cidadão a exigir a nota fiscal, ao mesmo tempo em que verificou a eficiência da campanha cearense “Sua Nota Vale Dinheiro”, como instrumento de conscientização do cidadão da importância de exigir o documento fiscal. A pesquisa contou com uma amostra de 391 pessoas que aderiram à campanha, cujos resultados revelaram que o incentivo financeiro contribui para conscientizar o cidadão da importância social da nota fiscal. Como sugestões para estudos futuros, os autores recomendam a replicação da pesquisa em outras localidades que adotam essa política para fins de comparação.

Ainda no âmbito brasileiro, Nadir Junior et al. (2019) investigaram a efetividade do PNEF e do Programa Nota Fiscal Paulista (NFP) como instrumentos de construção da cidadania e crescimento da receita tributária no período de 2009 a 2016. Os dados revelaram que o PNEF promove a construção da cidadania, com ações inclusivas e de longo prazo, enquanto o NFP incentiva o patrimonialismo e o oportunismo, disponibiliza privilégios às camadas mais ricas da sociedade e reduz recursos que poderiam ser destinados à população mais carente.

No contexto internacional, Mukhlis, Utomo e Soesetio (2015) verificaram conhecimentos fiscais e seu impacto na conformidade tributária no norte de Gana. Os resultados revelaram que a conformidade tributária é aprimorada quando há educação adequada. A educação tributária aumenta o nível de conhecimento dos contribuintes no que diz respeito às habilidades técnicas necessárias para determinar a responsabilidade tributária e ao conhecimento da regulamentação tributária.

Kurniawan (2020) analisou se a educação tributária no ensino superior influencia o cumprimento tributário individual por meio do aumento do conhecimento tributário; a implementação da educação tributária nas universidades; e a cooperação realizada pelas universidades e direção-geral dos impostos para melhorar o cumprimento das obrigações fiscais individuais de alunos do ensino superior da Indonésia. O estudo fornece conclusões de que a educação fiscal tem um efeito significativo no cumprimento das obrigações fiscais; que o efeito indireto da educação tributária por meio do conhecimento tributário também influencia, significativamente, a conformidade fiscal. Com isso, o estudo inferiu que o fortalecimento da educação tributária é muito impor-

tante na formação do conhecimento tributário, de forma que possa aumentar a regularidade fiscal.

Por fim, Mbilla et al. (2020) investigaram se a educação fiscal durante o ensino superior influencia o cumprimento fiscal individual por meio de um maior conhecimento de tributação. Os resultados da pesquisa com 100 alunos que cumpriram os requisitos para serem contribuintes, indicam que a educação tributária tem um efeito significativo no cumprimento tributário; e estão de acordo com a teoria da Aprendizagem Social, a qual advoga que o ambiente influencia a cognição e o comportamento. Com isso, concluiu-se que a educação tributária pode aumentar o conhecimento tributário e influenciar o comportamento de *compliance* do contribuinte.

### 3. Procedimentos Metodológicos

O estudo classifica-se como qualitativo, exploratório, descritivo e documental. Utilizou-se do método de estudo de caso (YIN, 2015) por entender que ele reflete com maior profundidade a realidade da situação estudada e por considerar que o PMEF tem grande relevância à so-

cidade. Salienta-se que foi escolhido o caso da cidade de Santa Maria/RS devido à trajetória de sucesso do PMEF, à campanha Imposto Solidário e à acessibilidade aos dados.

Para a coleta de dados, iniciou-se por uma pesquisa documental a partir de sites da internet, como o portal da Prefeitura Municipal de Santa Maria, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, entre outras, visando ao tema Educação Fiscal. Na sequência da pesquisa documental, foram analisados os documentos internos do PMEF, materiais das escolas participantes do programa, citando-se como exemplo os relatórios de atividades, fotografias das ações realizadas, transmissões ao vivo realizadas em redes sociais (*Facebook* e *YouTube*), entre outros. A coleta de dados por meio da pesquisa documental mostra a evolução do PMEF na cidade de Santa Maria, os resultados da campanha Imposto Solidário no ano de 2020 e seu desenvolvimento. Por fim, elaborou-se um roteiro de entrevistas com questões abertas para atingir o objetivo específico de identificar as ações desenvolvidas na Educação Fiscal para alavancar a arrecadação da destinação do imposto de renda na campanha Imposto Solidário. Salienta-se que a opção pelas questões abertas se deve à maior

“Para a coleta de dados, iniciou-se por uma pesquisa documental a partir de sites da internet, como o portal da Prefeitura Municipal de Santa Maria, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, entre outras, visando ao tema Educação Fiscal.”

liberdade aos participantes da pesquisa para manifestação dos pontos que julgam necessários acerca da Educação Fiscal no Município de Santa Maria/RS.

Para a entrevista, foram selecionados os atores sociais envolvidos no processo, de acordo com a conveniência e acessibilidade, optando-se por dar voz à Auditora fiscal, coordenadora do PMFE do Município de Santa Maria e também membro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; ao Secretário de Finanças do Município de Santa Maria; ao Representante da Receita Federal do Brasil, encarregada pelo PNEF na região central do Estado do Rio Grande do Sul; ao profissional de contabilidade atuante em escritório contábil, representante do órgão de classe (CRC/RS) e membro do Conselho Municipal do Idoso. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados em razão da sua atuação e participação nas ações desenvolvidas no PMEF.

Com o intuito de elaborar um roteiro de entrevistas, foram identificados estudos anteriores acerca do tema, subsidiando questões que norteiam a coleta de dados via entrevistas com os participantes da pesquisa. Para tanto, o instrumento passou por um pré-teste com três professores universitários atuantes em Universidades Federais, vinculados ao curso de Ciências Contábeis, que não manifestaram necessidades de ajustes. O roteiro de entrevista utilizado na pesquisa é apresentado na Tabela 1.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 16 e 23 de dezembro de 2020, por meio da ferramenta de reunião virtual *Google Meet*. Os participantes da pesquisa autorizaram a gravação das entrevistas para transcrição e posterior validação. Assim, as entrevistas foram transcritas e apresentadas aos participantes para confirmação das informações, respeitadas as questões éticas, confidencialidade e sigilo.

Tabela 1 – Roteiro da entrevista

Bloco	Questões	Referências
Perfil do entrevistado	1) Cargo; Tempo no Cargo; Função; Tempo na função; Relação com a Educação Fiscal;	Elaboração própria
Educação Fiscal	2) Como surgiu o PMEF em Santa Maria?	BORGES e PEREIRA (2014)
	3) Como está estruturado o PMEF?	BORGES, PEREIRA e BORGES (2015)
	4) Qual é a tua relação com a Educação Fiscal em Santa Maria?	
	5) Como você percebe a atuação do PMEF em Santa Maria?	BORGES et al. (2013); NADIR JUNIOR ET AL. (2019)
	6) Quais ações do PMEF podem ser apontadas como exemplos positivos?	REIS, PFITSCHER e CASAGRANDE (2012)
	7) Quais ações do PMEF ainda podem ser adotadas para alcançar melhores resultados?	
	8) Quais são as principais oportunidades, desafios e dificuldades do PMEF?	BORGES et al. (2013); NADIR JUNIOR et al. (2019)
	9) Na sua percepção quais os benefícios trazidos pela educação fiscal?	GRZYBOVSKI E HAHN (2006); BORGES e PEREIRA (2014)
	10) Quais contribuições podem ser apontadas à Educação fiscal para a governança pública?	BORGES e PEREIRA (2014)
	Campanha imposto solidário	11) Como foi estruturada a campanha de destinação do imposto de renda em Santa Maria?
12) Quais ações relacionadas a campanha imposto solidário foram desenvolvidas no ano de 2020?		REIS, PFITSCHER e CASAGRANDE (2012)
13) De quais ações efetivas você participou?		NADIR JUNIOR et al. (2019)
14) Quais as características e atributos necessários para a campanha alcançar os objetivos?		
15) Quais aspectos diferenciais podem ser destacados da campanha imposto solidário em Santa Maria?		BORGES e PEREIRA (2014)
16) Na sua opinião quais as razões que levam as pessoas a realizarem a doação e o que não contribui para destinação do imposto de renda?		
17) Quais as principais dificuldade observadas na campanha imposto solidário?		BORGES et al. (2013)
18) Como as entidades sociais são beneficiadas pela campanha? Quantas e quais são os resultados para a sociedade?		
19) Como você avalia os resultados alcançados na campanha de 2020 e nos anos anteriores?		BORGES, PEREIRA e BORGES (2015)
20) Quais são as perspectivas futuras para os anos seguintes com relação a campanha?		NASCIMENTO e COSTA (2017)
Auditora responsável PMEF	21) Como surgiu o PMEF em Santa Maria?	BORGES e PEREIRA (2014)
	22) Como está estruturado o PMEF?	BORGES, PEREIRA e BORGES (2015)
	23) Quais os atributos necessários para o engajamento na Educação fiscal?	NASCIMENTO e COSTA (2017)
	24) Quais são os resultados da campanha?	BORGES et al. (2013)
	25) Qual é o comportamento evolutivo dos resultados obtidos em relação aos anos anteriores?	OLIVEIRA (2018)
	26) Quais ações você percebe como necessárias para alavancar os resultados no futuro?	REIS, PFITSCHER e CASAGRANDE (2012)

Fonte: elaborado pelos autores.



Os dados coletados foram analisados de diferentes formas, sendo destacada a análise de conteúdo, com base nas entrevistas transcritas, identificando na fala dos entrevistados *a posteriori*, as categorias de análise. De acordo com Bardin (2011), existem três etapas para análise de conteúdo: (i) Organização dos Dados (avaliar os dados coletados por meio de documentos e organizar os dados obtidos nas entrevistas, para identificar o que é útil ao estudo); (ii) Codificação (foi analisada a frequência das palavras relacionadas à destinação do imposto de renda); e (iii) Categorização (agrupamento dos dados quanto aos temas abordados nas entrevistas que respondem ao problema de pesquisa). Desse modo, foram identificadas como categorias de análise: Divulgação e Parcerias; Transparência e Cidadania; Particularidades; e Oportunidades e Desafios. Tais categorias são descritas nos resultados e discussões na sequência da pesquisa, após destaque do perfil dos participantes e do caso estudado.



## 4. Resultados e Discussões

### 4.1 Perfil dos participantes

Conforme evidenciado, os participantes da pesquisa (Tabela 2) possuem envolvimento com as ações do PMEFA em Santa Maria/RS e, em especial, com a campanha Imposto Solidário.

Como observado, P1 é secretário de Finanças do município, mantendo relação direta com a educação fiscal, pois este setor está subordinado à Secretaria Municipal de Finanças (SMF), em conjunto com a Secretaria Municipal de Edu-

Participante	Cargo	Tempo de atuação (anos)	Função	Tempo na função (anos)	Tempo da entrevista
P1	Secretário Municipal de Finanças	2	Auxiliar o poder executivo	2	25 min.
P2	Assistente técnica administrativa do Ministério da Fazenda	5	Atender ao contribuinte e representar a educação fiscal	2	36 min.
P3	Contador (setor privado)	30	Parceiro do PMEFA	6	40 min.
P4	Auditora Fiscal da Prefeitura de Santa Maria	23	Coordenadora do PMEFA	18	1h12 min.

Fonte: dados da pesquisa.



cação (SMEd). Além de desenvolver atividade no setor público, P1 é graduado e pós-graduado em Ciências Econômicas, atuando também como docente de cursos de graduação e pós-graduação em instituições privadas de ensino superior na cidade de Santa Maria e região.

A segunda participante (P2) é servidora pública (assistente técnica administrativa) do Governo federal, lotada na Delegacia da Receita Federal do Brasil na cidade de Santa Maria/RS. Ela exerce as funções de prestação de atendimento ao cidadão no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), com atuação no cargo há 5 anos. Além dessa atuação, é representante da educação fiscal no âmbito da Receita Federal na cidade de Santa Maria e região, ocupando a função há pouco mais de 2 anos.

Como representante da socie-

dade e profissional de contabilidade, P3 é o participante que não atua como servidor público. Empresário da área contábil, P3 exerce atividades como contador há mais de trinta anos e trabalha junto de sua equipe como parceiro do PMEFA na busca pela sensibilização de seus clientes para destinação do imposto de renda, além de ser atuante nas entidades representativas da classe contábil, junto a outros profissionais de contabilidade. Além disso, P3 é membro do Conselho Municipal do Idoso (Comid), sendo representante do CRCRS. Este participante, pelo terceiro ano consecutivo, recebeu certificado do PMEFA como o profissional de contabilidade que mais arrecadou recursos na campanha Imposto Solidário no município.



#### 4.2 O caso: Educação Fiscal em Santa Maria/RS

O PMEAF teve início no ano de 2002, quando a auditora de tributos da prefeitura, participante da pesquisa (P4), em evento de trabalho realizado na cidade de Brasília, na sede da STN, conheceu o PNEF e levou a ideia para a cidade de Santa Maria. De acordo com informações coletadas nas entrevistas e nos documentos analisados, a ideia do Programa de Educação Fiscal foi apresentada ao prefeito e ao secretário de Finanças e Secretária de Educação da época (ano de 2002), tendo autorização para implementação e início dos trabalhos. Para tanto, foi constituído um grupo composto de cinco servidores

públicos municipais, cuja primeira ação foi a realização do curso de disseminadores da educação fiscal, oferecido pela STN, contando com a disponibilização das vagas necessárias pela Delegacia da Receita Federal da cidade de Porto Alegre.

Com apoio dos gestores municipais, a partir da autorização do início das atividades, o PMEAF foi desenvolvendo ações contando com a participação e parceria de outras instituições, tais como a Delegacia da Receita Federal de Santa Maria, a 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), vinculada à Secretaria Estadual de Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e demais entidades locais. Contudo, para atingir os objetivos, a educação fiscal precisava atuar nas escolas de ensino básico. Assim, após o desenvolvimento de atividades com o setor pedagógico da SMEF e a realização de cursos e palestras aos professores, foram iniciados alguns projetos nas escolas municipais de ensino fundamental, sendo lançado o mascote do PMEAF, o Cid Legal, servindo como agente de aproximação do programa com os estudantes e símbolo da educação fiscal em Santa Maria.

Primeiramente, iniciou-se o desenvolvimento do trabalho com as escolas municipais de ensino fundamental, englobando os anos iniciais e finais. Na sequência, foram inseridas as escolas de ensino médio, a educação de jovens e adultos (EJA), ampliando-se para as escolas estaduais, instituições de ensino superior, conselhos de representações profissionais e outros atores da sociedade civil. No ano de 2006, uma das principais ações desenvolvidas pelo PMEAF foi a realização do curso de Disseminadores da Educação Fiscal, em parceria com a Escola de Administração Fazendária (Esaf). Essa ação reforça os achados de Reis, Pfitscher e Casagrande (2012), ao

destacarem que os cursos de disseminadores da Educação Fiscal da Esaf como importante instrumento de cidadania. Ainda, no ano de 2006, diversas escolas municipais iniciaram atividades pedagógicas com o apoio do PMEAF, culminando com a participação dos alunos da Escola Municipal Perpétuo Socorro no Encontro Nacional de Educação Fiscal e a premiação do Projeto da Escola Municipal de Educação Fundamental Edy Maia Bertóia, intitulado “Recreação e Cidadania”, com repercussão nacional.

No ano de 2007, o PMEAF contou com o apoio e participação da Câmara Municipal de Vereadores, sendo a primeira cidade brasileira a ter representação do Poder Legislativo a integrar o PMEAF. Nesse ano, também foi lançado o 1º Festival Cid Legal – Canta e Dança, com concursos teatrais, paródias e outras apresentações artísticas e culturais, realizado a partir dos projetos desenvolvidos nas escolas do município. Esse relato também corrobora os resultados de Reis, Pfitscher e Casagrande (2012) ao destacar as atividades lúdicas como replicadoras da educação fiscal.

De acordo com os dados divulgados no portal da Prefeitura Municipal de Santa Maria na internet, o objetivo da educação fiscal no município é “Promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania” (SANTA MARIA, 2020). Para o alcance desse objetivo, o PMEAF tem como público alvo os alunos das escolas de ensino fundamental e EJA da rede municipal de ensino, servidores municipais e sociedade em geral. Nesse contexto, as informações coletadas reforçam os resultados encontrados no estudo de Nadir Junior et al. (2019), quanto aos objetivos do PNEF. Como observado, o PMEAF se consolida ao longo do tempo com ações afirmativas desde o seu surgimento no ano de 2002.



“No ano de 2020, no tocante às ações específicas, P1 diz que foi o ano em que as instituições mais valorizaram os recursos, porque quando falta dinheiro em circulação na economia, um dos setores mais afetados é o sem fins lucrativos, principalmente porque depende das doações e de voluntários.”

Inicialmente, as ações desenvolvidas com as escolas tinham a intenção de transmitir aos professores os conhecimentos básicos para que eles pudessem planejar, dentro dos conteúdos, as atividades e projetos relacionados à temática, envolvendo os alunos. Dessa forma, foi desenvolvida a sensibilização dos professores em palestras para que esses atuassem como instrumentos de disseminação da educação fiscal, uma vez que, conforme P4, na época, não havia legislação que integrasse a educação fiscal como conteúdo, fato que só entrou na base comum curricular no ano de 2017 como tema transversal e integrador. Salienta-se que a educação fiscal na cidade de Santa Maria teve início por meio de um decreto, conforme argumentado por P1. Contudo, hoje tramita uma proposta para que a educação fiscal no município seja instituída por meio de lei. Segundo P1, atualmente o programa está estruturado com uma equipe enxuta, composta por auditor fiscal, fiscal, agente administrativo e dois estagiários. Porém, o programa conta com o suporte da SMEd e de uma professora para o trabalho nas escolas.

Na percepção de P1, o programa está consolidado, sendo que o que falta é expandir para as esco-

las particulares porque, de fato, segundo ele, é lá que está o fato gerador de renda, visto que, teoricamente, é naquele ambiente que estão aqueles que mais consomem e que mais pedem a nota fiscal. Em contrapartida, na visão de P1, os alunos da esfera pública que possuem menor renda, ao participarem de ações da educação fiscal, criam uma consciência cidadã e senso de pertencimento. Esse resultado vai ao encontro das conclusões de Nadir Junior et al. (2019), ao mencionarem que as campanhas de emissão de notas fis-

cais atingem maior visibilidade nas camadas mais ricas da população.

Dentre as mais diversas ações desenvolvidas no PMEF de Santa Maria, são destacados pelos participantes da pesquisa a campanha “Peça a Nota Santa Maria”, o Festival Cid Legal e a campanha para arrecadação de recursos por meio da destinação do imposto de renda, conhecida como “Imposto Solidário”. Esse resultado corrobora os achados dos estudos de Grzybovski e Hahn (2006), Reis, Pfitscher e Casagrande, (2012) e Borges et al. (2013).



### 4.3 Campanha Imposto Solidário

A partir das entrevistas realizadas com os participantes engajados na campanha Imposto Solidário, que visa analisar as ações e descrever seus resultados, foi possível identificar quatro categorias de análise: Divulgação e Parcerias; Transparência e Cidadania; Particularidades; e Oportunidades e Desafios.

#### 4.3.1 Divulgação e parcerias

No tocante à divulgação e parcerias, foram mencionadas as necessidades de maior alcance de parcela da população, levando as informações necessárias para o entendimento da campanha Imposto Solidário aos diversos contribuintes e parceiros. Quanto à divulgação da campanha, P4 relembra que, no ano de 2017, participou, juntamente com o prefeito, de um evento em que foi apresentada a campanha para um grupo de contadores na sede das entidades representativas da atividade contábil. Naquele mesmo ano, o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), com a arrecadação de destinações, aumentou 60% em relação ao ano anterior. A partir disso, para os anos seguintes, estimou-se um crescimento de 20% em cada ano. Para P4, a participação dos contadores é fundamental para o aumento da arrecadação via destinação do imposto de renda. No entendimento de P3, o maior desafio para o profissional da contabilidade é se colocar no lugar dos contribuintes e entender o que eles pensam. Conforme descrito, o contador precisa dar segurança ao cliente para que ele se sinta à vontade e possa fazer a destinação do imposto de renda, ciente de seus atos. O participante (P3) ainda afirma que as campanhas são necessárias, mas quando um representante de classe faz o chamamento e informa ao contribuinte, há maior adesão.

Os participantes P1 e P2 também ressaltam que um dos maiores desafios do PME é a necessidade de um número maior de pessoas envolvidas nas campanhas, como do Imposto Solidário, por exemplo. Eles destacam que faltam profissionais atuando na área, tanto no setor público quanto no setor privado, mas, sobretudo, nas entidades sem fins lucrativos. Nesse sentido, P4 pontua que a maior dificuldade é a divulgação das informações ao comentar que precisaria de um canal de maior divulgação do Imposto Solidário para que as destinações aumentassem. Corroborando esse entendimento, P2 resalta a necessidade de se fazerem campanhas que sensibilizem os cidadãos por meio do contato pessoal, e que poderia ser feita ampla divulgação pessoal e de distribuição de folhetos explicativos do programa. Com a mesma percepção, P4 destaca que atualmente, com as reuniões virtuais, foi possível estabelecer maior contato com os professores e, com isso, mais ações efetivas puderam ser desenvolvidas em prol dos objetivos da campanha.

No ano de 2020, no tocante às ações específicas, P1 diz que foi o ano em que as instituições mais valorizaram os recursos, porque quando falta dinheiro em circulação na economia, um dos setores mais afetados é o sem fins lucrativos, principalmente porque depende das doações e de voluntários. Destacam P2 e P4 as apresentações dos projetos nos meses de maio e junho, com a utilização do *YouTube* e *Facebook*, reforçando que a campanha foi baseada na emoção e na sensibilização dos contribuintes, e que as re-



des sociais são ferramentas importantes, mas que não atingem os potenciais destinadores do imposto, em especial, as pessoas mais idosas. Nesse caso, seria interessante uma abordagem pessoal, feita de maneira mais próxima com quem pode fazer a destinação. Nessa linha, P4 ainda informa que foram enviados *e-mails* para os contadores que possuem cadastro na prefeitura e feitos contatos com algumas instituições, como conselhos de classe, Ordem dos Advogados do Brasil, Confederação Nacional das Cooperativas Médicas, Militares, Base Aérea e outras entidades atuantes na cidade. Além de a divulgação ser primordial para se alcançarem os objetivos, P4 também destaca a transparência na divulgação dos resultados das destinações.

Formar parcerias é uma das ações que pode ser realizada para o alcance de melhores resultados, além de fortalecer as já existentes com a Receita Estadual e Receita Federal. Parcerias com outras instituições públicas, como entidades representativas dos servidores públicos, militares e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), são referenciadas como ações necessárias. Contudo, P4 afirma que a campanha precisaria de maior divulgação e que as ações desenvolvidas devem ser apresentadas à sociedade de forma mais transparente.

“Há inúmeros benefícios da educação fiscal, conforme destacado pelos participantes da pesquisa. Dentre esses benefícios, P1 destaque para a formação cidadã e a autoconscientização.”

#### 4.3.2 Transparência e cidadania

Na percepção de P1, a transparência na prestação de contas dos recursos arrecadados à população é fundamental para que haja maior engajamento das pessoas. Ademais, para que a campanha Imposto Solidário alcance seus objetivos, a transparência na divulgação dos resultados à sociedade é fundamental. Segundo P4, as entidades sociais beneficiadas pela campanha e os projetos atendidos precisam comprovar onde o recurso das doações foi gasto e de que forma foi aplicado, sendo este um aspecto a ser melhorado. Já no entendimento de P2, para que se alavanque a arrecadação da campanha, é necessário maior transparência com relação ao destino do recurso, sendo importante mostrar como as crianças, os jovens e os idosos estão sendo beneficiados.

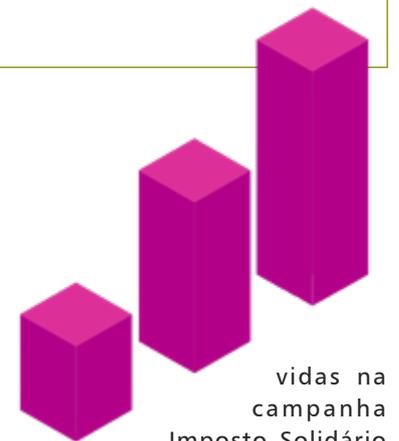
Há inúmeros benefícios da educação fiscal, conforme destacado pelos participantes da pesquisa. Dentre esses benefícios, P1 destaque para a formação cidadã e a autoconscientização. Por sua vez, P3 menciona que os benefícios são diretos e indiretos, e que, muitas vezes, crianças em situação de vulnerabilidade social dependem desses recursos para atendimento de necessidades básicas. Assim, fazer

com que os recursos fiquem na cidade, por meio da destinação do imposto de renda, é atender mais rapidamente à população mais vulnerável por meio de serviços em parceria entre as entidades sem fins lucrativos e o Poder Público.

Em relação à governança pública, P2 destaca que, além de o cidadão fiscalizar as contas públicas, está contribuindo com a elevação das receitas visto que a sociedade vai exigir a nota fiscal, e o conhecimento acerca da função social do tributo provoca o cidadão a pensar antes de eleger os seus governantes. Assim, P2 renomeia o processo de eleição ao cargo de gestor público como o “Processo seletivo de gestor de tributos”. Esses resultados corroboram os achados de Grzybovski e Hahn (2006) ao destacarem o fortalecimento da consciência cidadã como um dos benefícios da educação fiscal.

#### 4.3.3 Particularidades

Os aspectos diferenciais da campanha Imposto Solidário, conforme P1, referem-se ao fato de que é comandado pelo mesmo setor da campanha Peça Nota Santa Maria, havendo o mesmo engajamento. Nesse contexto, P4 conta que o engajamento das pessoas envol-



vidas na campanha Imposto Solidário é um diferencial, porque, sem campanhas publicitárias nas emissoras de rádio e televisão e pouca divulgação, o diferencial humano e a vontade de ajudar fazem toda a diferença. Ainda, P4 destaca que a possibilidade de apoio direto a uma entidade é outro diferencial importante da campanha. Ao corroborar, P3 destaca que a campanha é de fácil acesso, explicativa e didática, podendo-se visualizar os projetos, as entidades e o passo a passo de como fazer. A destinação do imposto de renda, conforme material disponibilizado pela campanha no site do município, pode ser realizada por meio da declaração do imposto de renda no modelo completo (ou modelo de deduções legais). O imposto pode ser destinado em até 3% para o Fundo da criança e 3% para o Fundo do idoso. Importante ressaltar que a destinação do imposto de renda também pode ser feita durante o ano calendário.

Além das regras e da possibilidade de apoiar diretamente um projeto da preferência do contribuinte, P2 comenta que, diferentemente da campanha estadual no Estado do Rio Grande do Sul (Valores que Ficam), em que os recursos são destinados a todos os municípios gaúchos, na campanha de Santa Maria, os recursos são destinados à própria cidade. No entanto, P4 entende que as pessoas destinam porque querem ver seu dinheiro aplicado em determinado projeto. Então, o fato de a doação ser dirigida é aspecto positivo para a campanha. Já o que, na visão dessa participante, faria com que os contribuintes não destinassem tais recursos seria o desconhecimento das regras do programa e a burocracia na antecipação do valor da doação.

#### 4.3.4 Oportunidades e desafios

Dentre os participantes, P1 destaca que o motivo que leva as pessoas a doarem não é somente a questão da solidariedade, mas também a possibilidade de abater tal valor no imposto de renda a pagar. Por outro lado, na percepção de P2, o fato de a pessoa ter que pagar a destinação realizada na declaração na data do vencimento para depois ressarcir o valor, em caso de resti-

tuição, é um dos principais motivos pelos quais não haja maior destinação.

Nesse ponto, enfatiza-se que mesmo os contribuintes que têm direito à restituição podem destinar parte do imposto devido, calculado antes do abatimento da retenção na fonte. Assim, o valor destinado será recolhido e depois somado à restituição, corrigido pela taxa Selic. Aqui, P4 argumenta que as pessoas fariam mais destinação do imposto de renda se conhecessem a campanha. Com isso, a abordagem de P3, ao convencer seus clientes a destinarem o IR, chama a atenção, pois ele acredita que frisar aos contribuintes que o imposto vai ficar na cidade é um dos principais argumentos de convencimento para o cliente tomar a decisão de destinar.

Os resultados da campanha de 2020 foram bons para P1, mesmo considerando o período pandêmico, visto que a campanha manteve alto nível de arrecadação. Segundo ele, o desafio para o futuro é manter a tendência de elevação, evidenciando que governança com educação fiscal também é um desafio e sugere aos demais gestores públicos a utilização de modelos de referência



para replicação. Essa fala evidencia o interesse da gestão na educação fiscal, corroborando Borges et al. (2013); Borges e Pereira (2014); e, Pereira e Cruz (2016). Nessa linha, P2 destaca que em 2020 houve uma alteração na legislação, possibilitando ao fundo do idoso receber as destinações realizadas na declaração, além das doações efetuadas durante o ano-calendário. Isso fez com que a arrecadação do fundo do idoso aumentasse consideravelmente. Corroborando este fato, P4 menciona que a campanha vem crescendo e a cidade de Santa Maria ficou em 8º lugar no *ranking* nacional das destinações do Fundo do idoso no Brasil, no ano de 2020, estando atrás somente de algumas capitais.

“No tocante às perspectivas futuras, P1 acredita estarem atreladas à recuperação da economia, pois, quanto mais pessoas estiverem trabalhando e contribuindo, maior poderá ser o potencial de arrecadação do Imposto Solidário.”

O resultado da arrecadação do exercício de 2020, ano calendário 2019, apresentou o valor total de R\$1.865.678,07, o que representa um acréscimo de 23,07% em relação ao ano anterior. Se comparados os recursos arrecadados para o Fundo da Criança e do Adolescente, verifica-se no ano 2020/2019, uma redução de 3,17%, em relação ao período anterior. Contudo, ao verificar o comportamento dos valores arrecadados pelo Fundo do Idoso, identifica-se uma elevação constante, chegando, no ano calendário 2019, exercício 2020, a 82,31%, se comparado ao período anterior. Destaca-se que, no ano calendário 2020, já foi destinado o valor total de R\$1.487.527,81, diretamente em depósitos aos fundos municipais, por empresas tributadas pelo lucro real e pessoas físicas, restando ainda a destinação via declaração de imposto de renda pela pessoa física, no modelo completo, a ser realizada no exercício 2021.

No tocante às perspectivas futuras, P1 acredita estarem atreladas à recuperação da economia, pois, quanto mais pessoas estiverem trabalhando e contribuindo, maior poderá ser o potencial de arrecadação do Imposto Solidário. Na visão de P3, a educação continuada pode proporcionar crescimento na arrecadação da campanha a cada ano, enquanto P4 entende que se deve intensificar o contato com as entidades parceiras. Na continuidade, P3 entende que um atributo importante para alavancar a arrecadação da campanha nos próximos anos é a boa vontade, tanto dos contadores ao divulgar para os clientes como para os contribuintes em fazer a destinação. Nesse entendimento, P4 ressalta que, para trabalhar com esse tipo de campanha, as pessoas devem ser um pouco sonha-

doras e acreditar que é possível mudar a realidade ao seu redor, sendo o engajamento atributo fundamental. Ainda, para alavancar maiores arrecadações, P4 sugere como ações necessárias fazer um mapeamento dos potenciais doadores da cidade, firmar parcerias e realizar divulgação em massa da campanha.

Esses resultados demonstram a relevância da educação fiscal e a necessidade de desenvolver campanhas e ações efetivas para alavancar a arrecadação de recursos por meio da destinação do imposto de renda às entidades sociais, sendo esperada maior atuação dos entes públicos e seus parceiros. Destaca-se a participação do profissional da contabilidade nesse processo, sendo ele o elo entre o cidadão, contribuinte e verdadeiro pagador de tributos, e as organizações do Terceiro Setor, que desenvolvem serviços às pessoas em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, a educação fiscal pode auxiliar na sensibilização do cidadão para o ato de destinar parte do seu imposto de renda devido aos projetos sociais da sua localidade, proporcionando

maior atenção aos mais necessários, influenciando seu comportamento (MUKHLIS; UTOMO; SOESETIO, 2015; MBILLA et al., 2020).



## 5. Considerações Finais

Este estudo teve por objetivo analisar os resultados obtidos com as ações desenvolvidas pelo PMEAF na campanha de arrecadação do Imposto Solidário no Município de Santa Maria/RS, no ano de 2020. Para tanto, os entrevistados são atores sociais envolvidos com o PMEAF. Com base nas informações coletadas, identificaram-se como categorias de análise: Divulgação e Parcerias; Transparência e Cidadania; Particularidades; e Oportunidades e desafios.

Os resultados evidenciam a trajetória de sucesso do PMEAF e o desenvolvimento de ações reconhecidas nacionalmente como referências para a área. Além das atividades envolvendo alunos e professores nas escolas municipais, com ênfase para o Festival Cid Legal, o PMEAF, desde o seu início, no ano de 2002, estabelece parcerias para alcançar melhores resultados. Contudo, além das parcerias, os participantes do estudo destacaram a necessidade de maior divulgação das informações, tanto para alcançar o público-alvo quanto para prestar contas à sociedade. Nesse contexto, o desenvolvimento da cidadania é apontado como um dos maiores benefícios identificados a partir das ações realizadas pelo programa, que, além de estimular o contribuinte a exigir a nota fiscal, também desenvolve ações em prol da campanha de destinação do imposto de renda. Esses achados alinham-se aos estudos anteriores como os de Mukhlis, Utomo e Soesetio (2015) e Mbilla et al. (2020), de que o desenvolvimento de cidadania e educação fiscal podem influenciar o comportamento do contribuinte.

Dentre os resultados, ressaltam-se as particularidades que envolvem a campanha de destinação do imposto de renda na cidade, destacando-se a possibilidade de apoio a um projeto específico e o exercício da cidadania de destinar parte do imposto devido à cidade, apoiando projetos e indivíduos locais em situação de vulnerabilidade social. No quesito “Oportunidades e Desafios”, os resultados obtidos no ano de 2020 em comparação com os anos anteriores, revelam a elevação da arrecadação, mesmo em tempo de pandemia, sobretu-

do, em função da novidade de destinação ao fundo municipal do idoso, que não existia antes.

Este estudo apresenta algumas limitações, tais como a impossibilidade de generalização dos seus achados, sendo estes específicos para a cidade de Santa Maria/RS, e o número reduzido de pesquisas aplicadas sobre o tema, o que limita a discussão dos resultados. Sendo assim, para estudos futuros, sugerem-se a replicação desta pesquisa e a comparação de seus achados com os de outros municípios, contribuindo com os diferen-

tes entes públicos que pretendem implementar ou desenvolver ações nos seus PMEFS, para oportunizar o desenvolvimento da cidadania e a participação do contribuinte, como atuante no controle social. Outra possibilidade é a inclusão de entrevistas com representantes da comunidade, não envolvidos com o programa em análise, com vistas a obter opiniões independentes e a reforçar e/ou a refutar os achados.

## Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, E. F., PEREIRA, J. M. Educação Fiscal e Eficiência Pública: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos municipais. *Revista de educação e pesquisa em contabilidade*, v. 8, n. 4, p. 437-453, 2014.

BORGES, E. F., PEREIRA, J. M.; BORGES, G. M. C. Gestão Pública no Brasil: uma proposta da mensuração da educação fiscal do cidadão. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v.9, n.25, p. 3-15, 2015.

BORGES, E. F., PEREIRA, J. M., BORGES, G. M. D. C., SILVA, J. J. D. Educação fiscal,

terceiro setor e funções de governo: uma análise da influência do programa de educação fiscal do RN nos indicadores das funções de governo dos municípios. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, n.3, v.4, p. 39-61, 2013.

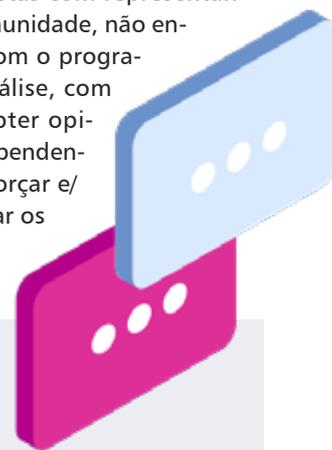
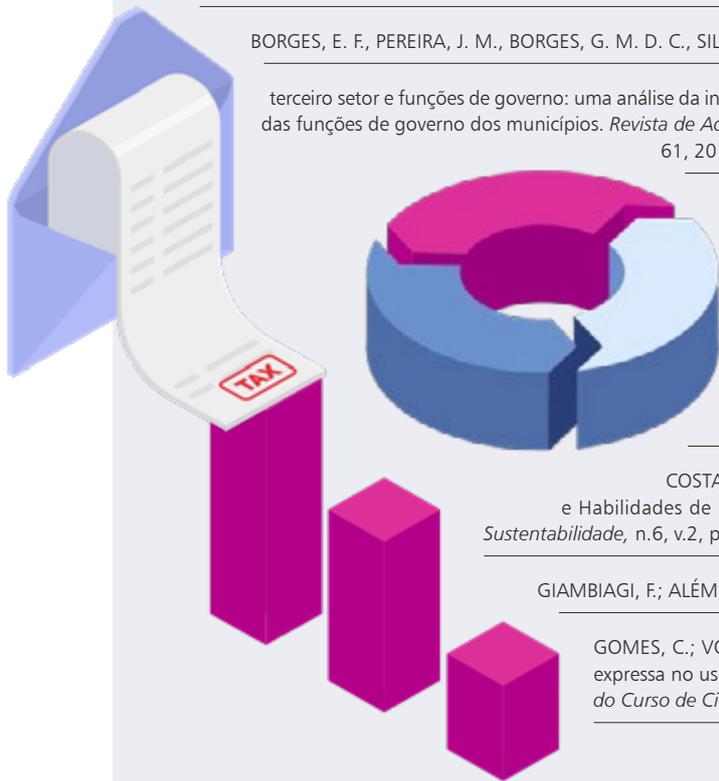
BRASIL, (2018). Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. *Regulamento do Imposto de Renda*. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51525535/do1-2018-11-23-decreto-n-9-580-de-22-de-novembro-de-2018-51525026](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51525535/do1-2018-11-23-decreto-n-9-580-de-22-de-novembro-de-2018-51525026) Acesso em: 30 novembro 2020.

BRASIL, (2014). *Lei Federal nº 13.019/2014*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

COSTA, A. J. B.; NASCIMENTO, A. P. S. Educação Fiscal: Competências e Habilidades de um auditor social. *Revista AOS - Amazônia Organizações e Sustentabilidade*, n.6, v.2, p. 29- 48, 2017.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*, v.3, 2011.

GOMES, C.; VON MENGDEN, P. R. A. A responsabilidade social do contador expressa no uso das deduções fiscais do imposto de renda. *Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis*, v.1, n.2, p. 22-47, 2013.



GRZYBOVSKI, D., HAHN, T. Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 5, p. 841-864, 2006.

KOHAMA, H. *Contabilidade Pública: teoria e prática*. São Paulo: Atlas. 2016.

KURNIAWAN, D. The influence of tax education during higher education on tax knowledge and its effect on personal tax compliance. *Journal of Indonesian Economy & Business*, v. 35, n. 1, p. 57-72, 2020.

MBILLA, S. A. E., NYEADI, J. D., GBEGBLE, M. K., AYIMPOYA, R. N. Assessing the Impact of Monitoring, Information and Communication on Banks Performance in Ghana. *Asian Journal of Economics, Business and Accounting*, v. 14, n. 3, p. 58-71, 2020.

MUKHLIS, I., UTOMO, S. H., SOESETIO, Y. The role of taxation education on taxation knowledge and its effect on tax fairness as well as tax compliance on handicraft SMEs sectors in Indonesia. *International Journal of Financial Research*, v. 6, n. 4, p. 161-169, 2015.

NADIR JÚNIOR, A.M., MACHADO, D. D. P. N., NUNCIO, E. G., NETO, M.F. A efetividade dos programas de educação fiscal e da nota fiscal paulista na construção da cidadania e no crescimento da arrecadação tributária. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, v. 16, n. 3, p. 106- 133, 2019.

OLIVEIRA, G. T. P. Por que pedir a nota fiscal? A influência da campanha sua nota valedinheiro sobre a conscientização tributária. *Revista de Ciências da Administração*, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2018.

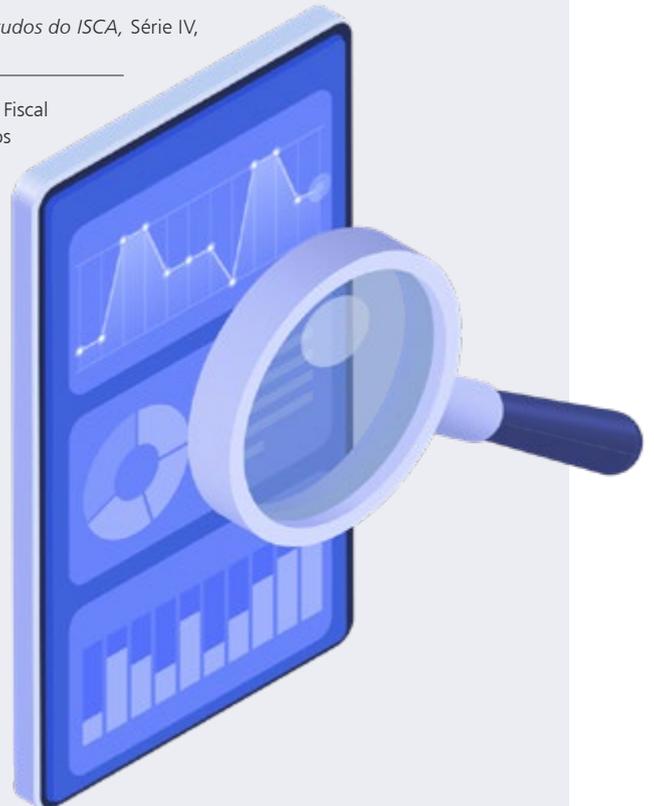
PALMA, C. C.; PITA, M. Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal: os casos do Brasil, de Espanha e de Portugal. *Revista de Finanças Públicas E Direito Fiscal*, v. 8, n. 2, p. 29-62, 2015.

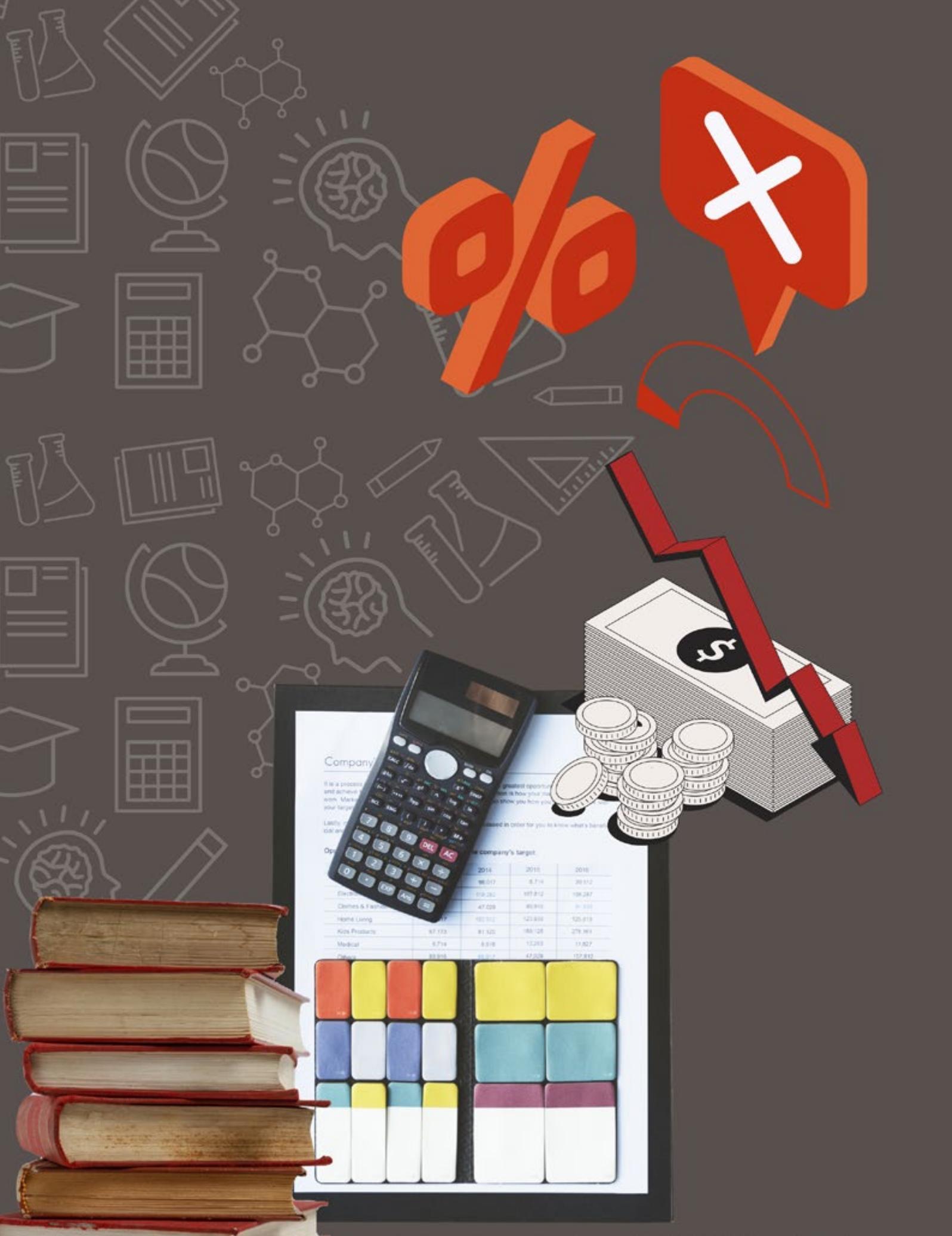
PEREIRA, D.; CRUZ, S. R. Educação fiscal: revisão da literatura. *Estudos do ISCA, Série IV*, n. 14, 2016.

REIS, A. K., PFITSCHER, E. D., CASAGRANDE, M. D. H. A Educação Fiscal no Brasil: estudo realizado nos 27 Estados da Federação, distribuídos nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul E Centro-Oeste. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v.11, n. 31, p. 37-56, 2011.

SANTA MARIA, (2020). *Educação Fiscal*. Disponível em <https://www.santamaria.rs.gov.br/educacaofiscal/> Acesso em: 30 outubro/2020.

YIN, K. R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman. 2015.





Company

It is a process of... greatest opportunity... how you... show you how you...

Latest... in order for you to know what's better...

Options... the company's target:

	2014	2015	2016
Electronics	98,012	8,714	99,912
Clothing & Footwear	118,262	107,812	108,287
Home Living	47,026	86,916	91,116
Kids Products	101,112	123,810	120,619
Medical	67,112	81,120	186,128
Books	5,714	8,618	12,219
Others	8,618	12,219	17,812



# Relações entre contabilidade pessoal e práticas financeiras não saudáveis entre universitários

O presente trabalho tem como objetivo central investigar se há associação entre a utilização de contabilidade pessoal e as práticas financeiras tidas como não saudáveis (PNS) adotadas entre universitários. Dessa forma, a pesquisa foi realizada via questionário on-line com estudantes de uma universidade federal localizada na Grande São Paulo e obteve 128 respostas válidas. Como procedimento metodológico, foram efetuadas a análise de correspondência (Anacor) e a análise de homogeneidade (Homals). Os resultados evidenciam, por meio da tabela de contingências, que, quando observada individualmente cada prática não saudável, a tendência é de que quem pratica contabilidade pessoal tenha menores chances de práticas não saudáveis. Os demais resultados dos testes de Qui-quadrado, análise de correlação, frequências e medidas/mapas de discriminação mostraram que não há uma dependência linear padrão; foram constatados apenas resultados aleatórios, não sendo possível uma associação linear. Dessa forma, conclui-se que a contabilidade pessoal pode promover uma diminuição de práticas financeiras não saudáveis entre jovens universitários, porém de maneira não linear entre as práticas.

## Samir Sayed

Doutor, mestre e bacharel em Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

*E-mail:* sayed\_sp@yahoo.com.br

## Felipe da Costa Santos

Bacharel em Administração pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

*E-mail:* felipe.ppf9c@gmail.com

## 1. Introdução

O jovem brasileiro, cada vez mais cedo, passa a ser o principal responsável por suas finanças pessoais, com acesso a instrumentos de investimentos, de dívidas, dentre outros. Entretanto, a grande maioria assume essas responsabilidades sem ter acesso à educação financeira, tanto formal quanto informal. Como retrato, no Brasil, 47% dos jovens adultos da chamada geração Z, que possuem entre 18 e 25 anos de idade, não fazem o gerenciamento de suas finanças. Entre as principais justificativas: 19% não sabem fazer, 18% possuem preguiça de fazer, 18% alegam falta de hábito ou disciplina, e 16% não fazem por não possuírem rendimentos. Nota-se que a ausência de experiência com questões que envolvem dinheiro, os impulsos consumistas e a abertura em obter crédito impulsionam o número de jovens brasileiros a se endividarem (CNDL e SPC, 2019). Apesar disso, é crescente o número de jovens dos 19 aos 24 anos idade presentes na bolsa brasileira: o percentual passou de 1% em 2016 para 10% em março de 2020. Esse aumento também é observado na faixa etária dos 25 aos 39 anos de idade possuindo presença – de 19%, em 2013, o número mais que dobrou em março de 2020, ao atingir 49% (B3, 2020). Tal movimento pode ser explicado pelo crescimento do acesso nas plataformas virtuais, que permite ao jovem interessado um aprendizado dinâmico com maior praticidade e portabilidade (TSAI et al., 2011). Dessa forma, em qualquer lugar com sinal de internet, torna-se possível aprender por meio de um *tablet*, computador portátil ou aparelho *smartphone* (ANSHARI et al., 2017).

As diversas formas de mídia, como livros, internet, rádio etc., apontam que um dos primeiros passos a serem adotados para uma vida financeira mais saudável é o controle (anotação) dos valores gastos e

recebidos (CERBASI, 2012; ARCURI, 2020; NIGRO, 2018; CVM, 2020; BACEN, 2020), o que denominamos contabilidade pessoal ou familiar. Essa técnica permite saber quanto e como os recursos estão sendo gastos, investidos e recebidos. A contabilidade pessoal pode ser compreendida como gestão financeira do patrimônio de um indivíduo. Por intermédio dela, há o registro de todo tipo de transação que envolve a pessoa física – o que é imprescindível para o controle e gerenciamento das finanças pessoais. Essas transações abrangem os registros de obtenção de bens e direitos (ativos) e obrigações (passivos) presentes em todas as operações financeiras de uma pessoa física, bem como suas receitas e despesas.

Vale destacar que, neste trabalho, criamos o termo “prática não saudável” (PNS) para referir-se as pessoas que não adotam boas práticas durante a condução das suas finanças pessoais, com o intuito de aproximar ainda mais da linguagem comum.

Nesse sentido, esta pesquisa visa estudar o comportamento dos alunos de uma universidade federal localizada na Grande São Paulo em relação ao controle de suas finanças. Dessa forma, buscamos verificar se há relação entre ter (ou não) contabilidade pessoal e práticas financeiras tidas como não saudáveis, a saber: usar cheque especial, recorrer a empréstimos, atrasar o pagamento de contas por esquecimento, atrasar o pagamento de contas por falta de recursos, atrasar o pagamento de cartão de crédito, não pagar integralmente a fatura do cartão, comprar algo que não fora planejado, e arrepende-se de gastar dinheiro.

Para alcançar esse fim, utilizaremos a Análise de Correspondência (Anacor), que mostra as associações entre um conjunto de variáveis categóricas nominais em um mapa perceptual, objetivando estudo visual de qualquer padrão ou estrutu-



ra nos dados (WHITLAKER e SMITH, 2001), e a Análise de Homogeneidade (Homals), que permite a associação de variáveis qualitativas em função de seus níveis e dos seus graus de complexidade (FÁVERO et al., 2017). A amostra é composta por 128 estudantes de uma universidade federal brasileira localizada no estado de São Paulo, especificamente nos cursos de Administração, Economia, Contabilidade e Atuária.

Já que a contabilidade pessoal fornece informação para o planejamento financeiro e a tomada de decisão, espera-se que as pessoas que não têm como costume o uso do controle financeiro adotem práticas financeiras menos saudáveis, com consequência direta na sua qualidade de vida. Nesse sentido, a utilização da contabilidade pessoal constitui importantíssimo instrumento de controle e contribui para a gestão dos recursos financeiros pessoais; a presença dessa técnica na vida de toda pessoa é imprescindível, seja para aumentar o patrimônio, controlar os recursos disponíveis ou diagnosticar a saúde financeira atual do indivíduo. Dessa forma, a pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender se há relação entre contabilidade pessoal e práticas financeiras denominadas como não saudáveis adotadas pelos jovens – o que pode determinar os comportamentos financeiros durante a vida adulta e resultar em estabilidade ou instabilidade financeira.

“As proposições habituais não levam em consideração a total importância da educação financeira, pois consideram que somente a permutação de informação é o melhor arranjo transferível para viabilizar a instrução e o bem-estar financeiro.”

## 2. Referencial Teórico

A educação financeira possui grande importância para a estabilidade do jovem, de acordo com Halfeld (2006). A organização financeira e patrimonial pode influenciar diretamente a qualidade de vida de um indivíduo, visto que, segundo Cerbasi (2004), as pessoas endividadas e que não têm dinheiro para cumprir com os seus compromissos passam a ter dificuldades no relacionamento pessoal, familiar e profissional. Nesse sentido, há um movimento nacional de estudos científicos no campo das finanças pessoais com o objetivo de compreender o comportamento dos jovens em relação ao gerenciamento de suas finanças.

Segundo Bessa, Fermiano e Denegri (2014), extrai-se que as transformações nas estruturas social, cultural, política, econômica e tecnológica impactam diretamente o comportamento de pré-adolescentes e jovens dos 10 aos 15 anos de idade, em diferentes realidades econômicas. Assim, constata-se a relevância de estudos para trazer em evidência a compreensão de mundo que esse jovem possui – a qual refletirá em seus hábitos financeiros. Nesse sentido, foi realizado um teste de alfabetização econômica com 830 crianças, na cidade de São Pau-

lo. Chamado de TAE-N, esse teste tem o objetivo de medir a compreensão econômica dos estudantes; por meio de uma abordagem de métodos qualitativos e quantitativos, foi possível obter como resultado uma socialização inábil para absorver as exigências do mundo econômico.

O resultado do estudo anterior, em nível escolar, também se reflete em esfera universitária. De acordo com Roquette, Laureano e Botelho (2014), os estudantes possuem um baixo conhecimento financeiro, chamando a atenção para dois pontos: os estudantes se autoavaliam com conhecimento além do que realmente possuem sobre o assunto; e os estudantes que possuem maior grau de conhecimento são provenientes de famílias mais abastadas financeiramente, ou seja, de alto padrão e que estão em cursos da área empresarial. Esse conhecimento também pode ser compreendido por meio do retrato demográfico do jovem estudante, pelo seu *background* financeiro, proveniente das interações familiares e culturais. Nesse sentido, conforme Pereira, Cavalcanti e Crocco (2019), é observável o desejo e a busca de configurações desejáveis e aplicáveis para o implemento de um plano nacional de capacitação financeira no contexto brasileiro. As proposições habituais não levam em

consideração a total importância da educação financeira, pois consideram que somente a permutação de informação é o melhor arranjo transferível para viabilizar a instrução e o bem-estar financeiro.

Tal compreensão é ratificada por Savoia, Saito e Santana (2007), dado que o comprometimento dos atores da esfera pública e privada é essencial no programa de aceleração de educação financeira brasileira – o que permite concluir que, no Brasil, persiste uma tratativa introdutória sobre o assunto, com um conhecimento limitado e pouca prática nos intermediadores encarregados de promover a capacitação financeira. Portanto, nessa perspectiva, faz-se necessária ágil intervenção da estrutura governamental, de instituições da esfera privada e do setor terciário, para reagir diante desse cenário. No estudo de Scheresberg (2013), pode-se extrair que os entrevistados com maior grau de educação financeira obtiveram melhores resultados financeiros: eles são menos propensos a usar métodos de empréstimo de alto custo, e eles são mais propensos a planejar a aposentadoria ou ter reservado economias para emergências. Nesse sentido, é imprescindível a adoção de práticas que estimulem o contato desse jovem, ainda na sua infância,

com conteúdos de educação financeira – pois, como afirma também o estudo de Kim (2013), ao correlacionar socialização financeira infantil e práticas financeiras nas escolhas de jovens adultos, os resultados mostram que experiências de socialização financeira foram satisfatórias, resultando em práticas financeiras benéficas na idade adulta.

A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização (IUDICIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2000, p. 42). Nesse sentido, a contabilidade pessoal, em sua natureza, é uma ferramenta importante, que fornece o máximo de informações racionais para auxiliar na tomada de decisão financeira para uma pessoa. Dessa forma, a contabilidade pessoal deve ser construída de forma que a compreensão seja acessível para qualquer pessoa. A contabilidade pessoal pode ser visualizada como um mecanismo que auxilia no controle de gastos e permite um grau maior de sucesso financeiro para o indi-

víduo, uma vez que a riqueza está associada à disciplina financeira no controle das despesas do dia a dia e no cumprimento de objetivos e metas pessoais (SOHSTEN, 2004) – e que, por conseguinte, será responsável pela melhor qualidade de vida da pessoa.

Portanto, ter êxito no controle da gastos na contabilidade pessoal é ter a informação clara de que tudo que entra e sai está devidamente organizado, levando-se em conta todas as contas, despesas, receitas que estão em débito ou que já foram pagas sob controle da pessoa. É importantíssima a continuação desse processo, pois boas práticas de controle financeiro devem ser rotineiras, tornando-se um hábito (VIGNOLI, 2017).

### 3. Aspectos Metodológicos

Essa é uma pesquisa de descritiva e explicativa, de abordagem quantitativa, por meio das técnicas de estatísticas descritivas e análise de correspondência múltipla Homals. Dessa forma, para este estudo, a contar das respostas do questionário, será possível categorizar os dados e analisar se há relação entre o conhecimento de contabilidade pessoal e práticas financeira não saudáveis entre jovens universitários.

#### 3.1 Coleta dos dados

O público-alvo para aplicação do questionário foram alunos de uma universidade federal localizada no Estado de São Paulo, mais especificamente dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências

Econômicas, Ciências Atuariais, Direito e Relações Internacionais. O questionário foi construído via Google Forms e compartilhado por e-mail com todos os estudantes matriculados nos cursos de graduação, para que pudesse abranger estudantes dos mais variados perfis, garantindo, assim, uma amostra que refletirá a realidade da comunidade universitária como um todo, no período compreendido entre outubro de 2020 e novembro de 2021. O questionário é composto por um total de 10 questões: 3 em relação à utilização de contabilidade pessoal; 3 em relação ao patrimônio e sua composição (ativos/passivos) na contabilidade pessoal; e 4 sobre controle financeiro, com o objetivo de avaliar a relação entre contabilidade pessoal e práticas financeiras não saudáveis entre os graduandos avaliados, a partir de seus hábitos financeiros. No total, foram coletadas 128 respostas.

#### 3.2 Categorização da amostra

Para a categorização mediante os questionários, dividimos a amostra entre as pessoas que controlam, ou não, suas finanças por meio das práticas de contabilidade pessoal. Assim, temos duas categorias: (i) pessoas que fazem contabilidade pessoal; e (ii) pessoas que não fazem contabilidade pessoal. No mesmo questionário, verificamos se os graduandos e as graduandas apresentam práticas financeiras não saudáveis, baseadas nas seguintes experiências pessoais: usar cheque especial, recorrer a empréstimos, atrasar o pagamento de contas por esquecimento ou por falta de recursos, atrasar o pagamento de cartão de crédito, não pagar integralmente a fatura do cartão, comprar algo que não fora planejado, e arrependê-lo de gastar o dinheiro.



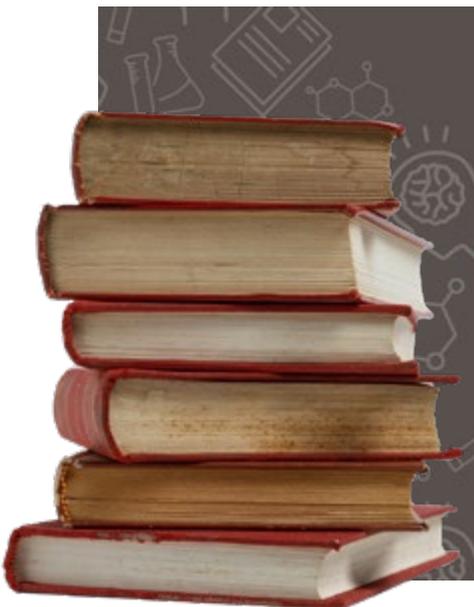
### 3.3 Descrição das variáveis

Conforme mencionado, foram utilizadas duas classificações: pessoas que fazem, ou não, contabilidade pessoal. Buscamos identificar relações entre o uso da contabilidade pessoal e as práticas não saudáveis. A partir dessas considerações, apresentamos a Tabela 1, em que descrevemos as variáveis utilizadas.

### 3.4 Procedimentos utilizados

Após a obtenção e categorização dos dados, o protocolo de análise é apresentado na Tabela 2.

Assim sendo, os dados serão analisados por meio de estatísticas descritivas, visando a conhecer o comportamento da amostra. Ademais, verificou-se se há diferenças significativas entre os grupos, mediante uso do teste de Qui-quadrado, para, por fim, verificar a interdependência sobre a distribuição gráfica entre as categorias, por meio de uma análise de correspondência múltipla (ACM), construindo uma dinâmica (mapa) que estabelece os perfis das observações e as relaciona com as variáveis analisadas. Os testes foram realizados com o uso do IBM-SPSS, versão 28.0.1.



Categoria	Conceito relacionado	Implicação	Referencial
SIM CP	Controle constante via qualquer forma (planilha, caderno, apps etc.)	Tende a ter dimensão de ativos, passivos, PL, receitas e despesas. Menos práticas não saudáveis	Carvalho e Faria (2020); Medeiros, Campos e Malaquias (2016)
NÃO CP	Nenhuma forma de controle	Não tem dimensão real de ativos, passivos, PL, receitas e despesas. Tendência a apresentar práticas não saudáveis com maior recorrência	Carvalho e Faria (2020); Medeiros, Campos e Malaquias (2016)
PNS 1	Arrependimento por compras	Sem controle de ativos, passivos, PL, receitas e despesas, tende a ter maior descontrole financeiro, comprando por impulso	Silva, Araújo, Moraes e Alves (2019)
PNS 2	Atraso no pagamento de contas por esquecimento	Sem controle de ativos, passivos, PL, receitas e despesas, tende a esquecer a pagar contas	Silva, Bilac, Cunha, Barbosa (2017); Carvalho e Faria (2020)
PNS 3	Atraso no pagamento de contas por falta de recursos	Sem controle de ativos, passivos, PL, receitas e despesas, tende a não orçar as despesas e passivos	Silva, Bilac, Cunha, Barbosa (2017), Carvalho e Faria (2020)
PNS 4	Atraso no pagamento do cartão de crédito	Sem controle de ativos, passivos, PL, receitas e despesas, tende a ter maior descontrole financeiro, refletido nos gastos de cartão de crédito e não conhecimento dos vencimentos por não ter contabilidade	Silva, Nakamura e Moraes (2014)
PNS 5	Compras não planejadas	Sem controle de ativos, passivos, PL, receitas e despesas, tende a ter maior descontrole financeiro, comprando por impulso	Silva, Araújo, Moraes e Alves (2019)
PNS 6	Uso do cheque especial	Sem controle de ativos, passivos, PL, receitas e despesas, tende a recorrer com maior frequência a cheque especial	Silva, Bilac, Cunha, Barbosa (2017); Carvalho e Faria (2020)
PNS 7	Não pagamento integral do cartão de crédito	Sem controle de ativos, passivos, PL, receitas e despesas, tende a ter maior descontrole financeiro, refletido nos gastos de cartão de crédito e não conhecimento dos vencimentos por não ter contabilidade	Silva, Nakamura e Moraes (2014)
PNS 8	Adesão a empréstimos	Sem controle de ativos, passivos, PL, receitas e despesas, tende a recorrer com maior frequência a empréstimos	Silva, Bilac, Cunha, Barbosa (2017); Carvalho e Faria (2020)

Fonte: preparado pelos autores.

Técnica	Objetivo	Procedimento	Referencial
Estatísticas descritivas	Evidenciar as ocorrências dentre os respondentes	Distribuição de frequências	Fávero e Belfiore (2017)
	Associar NÃO CP a PNS	Teste Qui-Quadrado	
Análise de Correspondência Múltipla	Identificar interdependência entre NÃO CP e PNS	Autovalores	Hair et al. (2009)
		Correlações	
		Mapa	

Fonte: preparado pelos autores.

## 4. Análise dos Resultados

### 4.1 Análise da Anacor

Utilizando a base de dado gerada no Google Forms e transferida ao Microsoft Excel, apresenta-se a tabela 3 de contingências da Anacor.

A PNS1 mostra que quem faz contabilidade pessoal tem 8% mais chances de ficar arrependido com gastos, se comparado a quem não faz. Esse movimento pode ser explicado a partir da premissa de que quem faz contabilidade pessoal possui maior grau de consciência em relação aos gastos pessoais. Também se nota que quem faz contabilidade e não se arrependeu representa apenas 13% da amostra; 16% não fazem e não se arrependem, o que mostra menor tendência de arrependimento para os que fazem contabilidade pessoal.

Já a PNS2 evidencia que quem faz contabilidade pessoal possui 3% menos chances de atrasar pagamento de contas por esquecimento – o que indica que a contabilidade pessoal pode exercer certa influência em maior controle e organização das finanças pessoais. Também se nota que quem faz contabilidade e não se atrasa no pagamento de contas por esquecimento representa 12% a mais, se comparado aos que não fazem contabilidade pessoal. Esse dado confirma a interpretação de que há uma influência no controle e na organização das finanças pessoais.

Na PNS3, observa-se que tanto quem faz contabilidade pessoal quanto quem não faz já tiveram a mesma experiência de atrasar o pagamento de contas por falta de recursos. Porém, é observável que os que fazem e não atrasam contas por falta de recursos são representados por 46% da amostra, e apenas 38% para os que não fazem e não se atrasam no pagamento de contas por falta de recursos.

Por meio da PNS4, extrai-se que

Tabela 3 – Tabela de contingência				
Uso de contabilidade pessoal				
	Prática não saudável (PNS)	SIM	NÃO	TOTAL
<b>PNS1</b>				
Sim	Contagem	53	38	91
	Esperado	49,8	41,2	91
	Resíduo	3,2	-3,2	
Não	Contagem	17	20	37
	Esperado	20,2	16,8	37
	Resíduo	-3,2	3,2	
	Total	70	58	128
	Qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
		1,605a	1	0,205
<b>PNS2</b>				
Sim	Contagem	29	32	61
	Esperado	33,4	27,6	61
	Resíduo	-4,4	4,4	
Não	Contagem	41	26	67
	Esperado	36,6	30,4	67
	Resíduo	4,4	-4,4	
	Total	70	58	128
	Qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
		2,402a	1	0,121
<b>PNS3</b>				
Sim	Contagem	11	11	22
	Esperado	12	10	22
	Resíduo	-1	1	
Não	Contagem	59	47	106
	Esperado	58	48	106
	Resíduo	1	-1	
	Total	70	58	128
	Qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
		0,236a	1	0,627
<b>PNS4</b>				
Sim	Contagem	17	8	25
	Esperado	13,7	11,3	25
	Resíduo	3,3	-3,3	
Não	Contagem	53	50	103
	Esperado	56,3	46,7	103
	Resíduo	-3,3	3,3	
	Total	70	58	128
	Qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
		2,222a	1	0,136

há duas vezes mais chances de que aqueles que não fazem contabilidade pessoal atrasem o pagamento do cartão de crédito, revelando que as pessoas que fazem contabilidade pessoal podem ter sido influenciadas a adotarem as finanças pessoais por terem tido problemas com o cartão. Outro ponto a ser destaca-

do é que os que fazem e não atrasam o pagamento do cartão de crédito são representados por 44% da amostra, contra 39% dos que não fazem e não atrasam o pagamento do cartão de crédito. Esses percentuais refletem a importância da contabilidade pessoal para o controle do pagamento cartão de crédito.

A PNS5 mostra que quem faz contabilidade pessoal e já comprou algo que não estava planejado representa 4% a mais quando comparado a quem não faz contabilidade pessoal e já comprou, revelando que as pessoas que fazem contabilidade pessoal podem ter adotado boas práticas como incentivo por possivelmente ter vivenciado a situação no passado. Os que fazem e não compram algo que não estava planejado representam 8,5% da amostra, contra 6% para os que não fazem e não compram algo que não estava planejado.

Por meio da PNS6, pode-se extrair que quem faz contabilidade pessoal e já ficou no saldo negativo no banco (cheque especial) representou praticamente duas vezes a mais do que quem não faz contabilidade pessoal e fica no cheque especial. Esse dado revela que as pessoas que fazem contabilidade pessoal adotaram a prática por possivelmente terem vivenciado a situação no passado, pois é observável que os que fazem e não ficam com saldo negativo no banco (cheque especial) totalizam um percentual de 48%, contra 41% dos que não fazem contabilidade pessoal e não se atrasam o pagamento de contas por esquecimento. Isso reflete a importância da contabilidade pessoal para práticas saudáveis.

A PNS7 mostra que quem faz contabilidade pessoal e eventualmente não paga toda a fatura do cartão representou quase duas vezes a mais do que quem não faz contabilidade pessoal. Os que fazem e já aconteceu de não pagarem integralmente a fatura do cartão são representados por 42% da amostra, contra 38% para os que não fazem contabilidade pessoal, podendo ser extraído que o não pagamento integral da fatura do cartão é um problema comum a ser combatido até que a prática não saudável seja excluída da vida da pessoa.

Tabela 3 – Tabela de contingência (continuação)

PNS5				
Sim	Contagem	59	50	109
	Esperado	59,6	49,4	109
	Resíduo	-0,6	0,6	
Não	Contagem	11	8	19
	Esperado	10,4	8,6	19
	Resíduo	0,6	-0,6	
	Total	70	58	128
	Qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
		0,093a	1	0,761
PNS6				
Sim	Contagem	9	5	14
	Esperado	7,7	6,3	14
	Resíduo	1,3	-1,3	
Não	Contagem	61	53	114
	Esperado	62,3	51,7	114
	Resíduo	-1,3	1,3	
	Total	70	58	128
	Qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
		0,584a	1	0,445
PNS7				
Sim	Contagem	16	9	25
	Esperado	13,7	11,3	25
	Resíduo	2,3	-2,3	
Não	Contagem	54	49	25
	Esperado	56,3	46,7	25
	Resíduo	-2,3	2,3	
	Total	70	58	128
	Qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
		1,087a	1	1,087a
PNS8				
Sim	Contagem	11	7	18
	Esperado	9,8	8,2	18
	Resíduo	1,2	-1,2	
Não	Contagem	59	51	18
	Esperado	60,2	49,8	18
	Resíduo	-1,2	1,2	
	Total	70	58	128
	Qui-quadrado	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)
		0,349a	1	0,555

Fonte: elaborado pelos autores com utilização do software SPSS, 2022.

Por meio da PNS8, depreende-se que quem faz contabilidade pessoal e já recorreu a empréstimos representa mais da metade das pessoas, se comparado às que não fazem contabilidade pessoal, mostrando que quem faz contabilidade pessoal pode ter se interessado pelo assunto a partir de uma experiência negativa com algum grau de proble-

ma financeiro em algum momento. Também é observável que os que fazem e nunca recorreram a empréstimos são representados por 46% da amostra, contra 39% para os que não fazem e nunca recorreram a empréstimos. Assim, é possível verificar a contribuição das finanças pessoais para uma diferença de 7% menor em recorrer a empréstimos.

Atendendo aos pré-requisitos, foram adotados os testes de Qui-quadrado de Pearson para as variáveis PNS1-PNS8, obtendo como resposta comum uma Significância assintótica acima de 0,05, mostrando, portanto, não haver dependência.

Ao analisar criticamente o resultado do comportamento das variáveis analisadas PNS1-PNS8, torna-se possível assimilar o poder e o impacto importante que a educação financeira produz para a construção de um indivíduo mais racional e de maior capacidade de tomada de decisão no que tange às finanças pessoais, e mais capaz de aplicar e administrar os recursos de maneira eficiente, promovendo uma maior estabilidade quando se comparado aos que não compartilharam desse conhecimento em seu processo de formação. Essa racionalidade alcançada traz uma espécie de luz aos olhos que estavam antes vendados, pois o indivíduo passa controlar bem melhor os seus recursos e evitar o desperdício financeiro; assim, mesmo quando os imprevistos acontecerem, ele terá um discernimento melhor para sair de tal situação desconfortável, em direção novamente à estabilidade econômica.

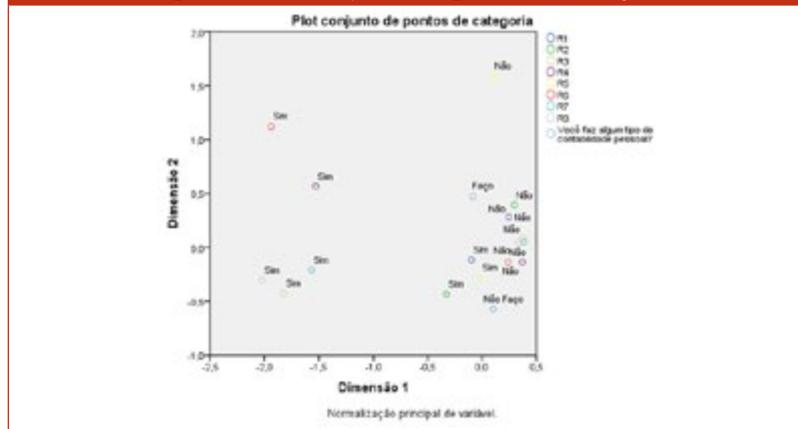
Por outro lado, entra em evidência a outra face do resultado que é a perpetuação ainda de uma realidade preocupante traduzida no distanciamento dos indivíduos brasileiros em relação ao acesso de educação financeira no Brasil, que revela que, mesmo em nível universitário (de uma universidade federal na maior cidade do país de cursos voltados para a área de negócios), ainda há um distanciamento importante das boas práticas financeiras. Essa conjuntura pode indicar a necessidade e urgência do ensino de conteúdos financeiros para toda a população, pois os números certamente são ainda mais delicados na esfera de educa-

Tabela 4 – Alfa de Cronbach				
Resumo do modelo				
Dimensão	Alfa de Cronbach	Variação contabilizada para		
		Total (valor próprio)	Inércia	% de variação
1	0,764	3,117	0,346	34,630
2	0,199	1,214	0,135	13,493
Total		4,331	0,481	
Média	0,605a	2,166	0,241	24,061

a. A Média de Alfa de Cronbach tem como base o valor próprio médio.

Fonte: elaborado pelos autores com utilização do software SPSS, 2022.

Mapa 1 – Plot Conjunto de pontos de categoria



Fonte: elaborado pelo autor com utilização do software SPSS, 2022.

Mapa 2 – Pontos de objeto rotulados por casos



Fonte: elaborado pelo autor com utilização do software SPSS, 2022.

ção básica em nível fundamental e médio, o que abrange a maior parte da população brasileira.

Para estimar a confiabilidade do questionário, foi aplicado o Alfa de Cronbach, que trouxe como resultado médio de 0,605

das dimensões 1 e 2. Sendo assim, é considerado moderado o grau de confiabilidade e consistência interna do questionário. Pode-se notar na média de valor próprio de 2,166 consistentes com inércia média também moderada.

Para o gráfico pontos de objeto rotulados por números de caso, nota-se que há uma grande distribuição de pontos mais à direita do gráfico, mostrando uma grande distribuição de respostas concentrada ao lado direito do gráfico, o que pode revelar uma certa similaridade entre as respostas de muitos dos analisados.

Para uma visualização clara da distribuição das quantificações das variáveis, foi adotado o plot conjunto de pontos de categoria, mostrando que há uma certa aproximação de quem faz contabilidade pessoal com as práticas não saudáveis, o que pode explicar que quem faz contabilidade pessoal já teve, em algum momento, uma experiência negativa por adotar uma prática não saudável e pode ter sido influenciado a adotar a boa prática, ao passo que quem não faz contabilidade pessoal encontra-se mais distante da relação com as práticas não saudáveis, possivelmente por não possuir um bom grau de consciência em relação as práticas financeiras não saudáveis.

Sendo assim, levando em conta trabalhos como o dos pesquisadores Boon e Foon (2014), que também analisaram a correlação entre métricas com a aplicação do coeficiente de correlação de Pearson, conclui-se que não há estatisticamente uma dependência linear relevante para as nove variáveis analisadas; é observável que há pelo menos uma correlação negativa em 6 das 9 linhas, representando a indicação de correlação negativa em 66,67% das linhas. Por fim, nota-se que os resultados da correlação não seguiram um padrão, tendo resultados aleatórios e dispersos em relação à prática de contabilidade *versus* as práticas não saudáveis. Portanto, a variável “práticas não saudáveis” não é explicada pela prática de contabilidade pessoal, o que indica que não há uma relação neste sentido.

Tabela 5 – Análise de correlação

Variáveis transformadas de correlações									
Dimensão: 1									
	Você faz algum tipo de contabilidade pessoal?	PNS1	PNS2	PNS3	PNS4	PNS5	PNS6	PNS7	PNS8
Você faz algum tipo de contabilidade pessoal?	1,000	0,112	-,137	-,043	0,132	-0,027	0,068	0,092	0,052
PNS1	0,112	1,000	0,091	0,052	0,010	0,073	0,058	0,184	0,060
PNS2	-0,137	0,091	1,000	0,187	0,201	0,092	0,067	0,240	0,154
PNS3	-0,043	0,062	0,187	1,000	0,559	0,132	0,371	0,559	0,709
PNS4	0,132	0,010	0,201	0,559	1,000	-0,071	0,585	0,403	0,424
PNS5	-0,027	0,073	0,092	0,132	-0,071	1,000	-0,135	0,039	0,106
PNS6	0,068	0,058	0,067	0,371	0,585	-0,135	1,000	0,396	0,434
PNS7	0,092	0,184	0,240	0,559	0,403	0,039	0,396	1,000	0,594
PNS8	0,052	0,060	0,154	0,709	0,424	0,106	0,434	0,594	1,000
Dimensão	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Valor próprio	3,117	1,215	1,141	1,014	0,768	0,670	0,478	0,383	0,215

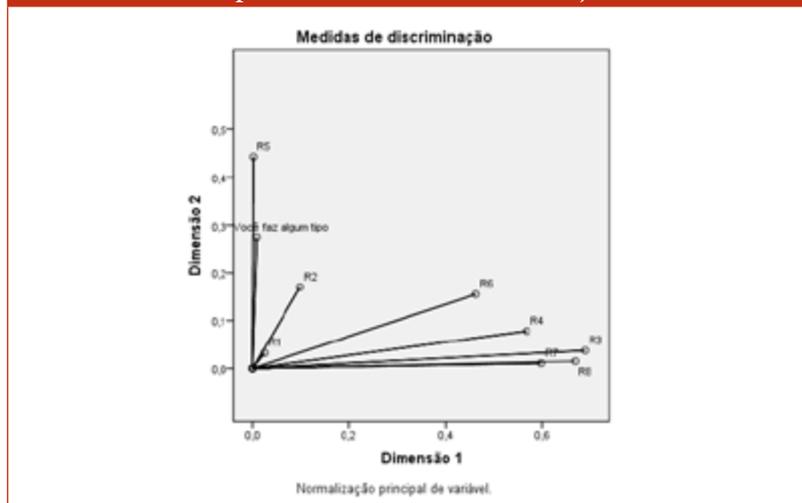
Fonte: elaborado pelos autores com utilização do software SPSS, 2022.

Tabela 6 – Medida de discriminação

Prática não saudável (PNS)	Dimensão		Média
	1	2	
Você faz algum tipo de contabilidade pessoal?	0,009	0,273	0,141
PNS1	0,024	0,032	0,028
PNS2	0,099	0,170	0,134
PNS3	0,688	0,037	0,363
PNS4	0,567	0,078	0,323
PNS5	0,002	0,443	0,222
PNS6	0,463	0,155	0,309
PNS7	0,598	0,011	0,304
PNS8	0,668	0,015	0,341
Total ativo	3,117	1,214	2,166
% de variação	34,630	13,493	24,061

Fonte: elaborado pelo autor com utilização do software SPSS, 2022.

Mapa 3 – Medidas de discriminação



Fonte: elaborado pelo autor com utilização do software SPSS, 2022.

Ao analisar as medidas de discriminação computadas na Tabela 6, mediante a comparação das variáveis, nota-se que, nas duas dimensões computadas, extrai-se um resultado disperso. Considerando a média, temos, por exemplo, uma medida muito baixa: menor que 0,15 nas variáveis “faz contabilidade pessoal” e “práticas não saudáveis” PNS1, PNS2, PNS3; o número apurado é um pouco maior nas variáveis PNS3, PNS4, PNS6 e PNS7, com resultados médios acima de 0,3. Entretanto, de forma geral, os resultados indicam uma dispersão dos dados.

Ao analisar o mapa das medidas de discriminação, observa-se uma dispersão, conforme visto na tabela de medidas de discriminação. Quando comparado quem faz contabilidade pessoal x práticas financeiras não saudáveis  $R1 = PNS1 - R8 = PNS8$ , nota-se claramente um grau de independência das variáveis que tendem a se comportar de maneira diferente, sendo observada a distribuição em todo o gráfico.

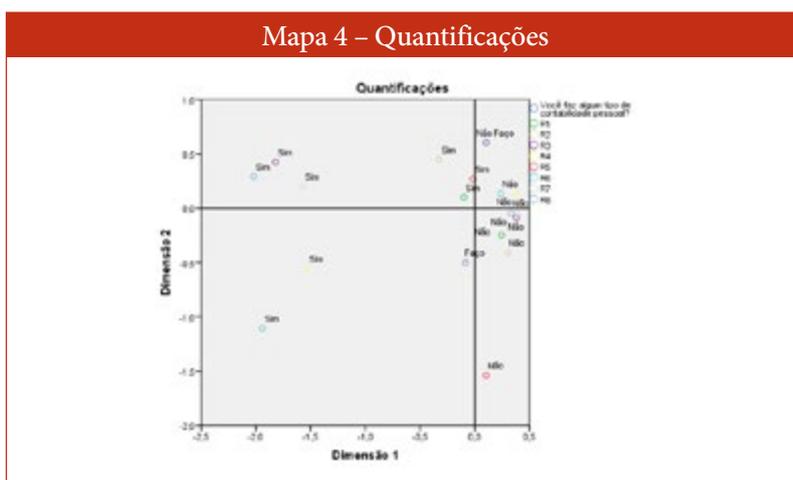
#### 4.2 Análise Homals

Tanto na dimensão 1 quanto na dimensão 2, nota-se que há uma grande dispersão das frequências, e uma contabilização muito baixa e de fraca frequência, como notado, por exemplo, na PNS2 na dimensão 1, de apenas 0,099, e 0,185 na dimensão 2.

Ao analisar o mapa para as medidas de discriminação, torna-se observável que há uma grande distribuição das variáveis nas dimensões do mapa, quando olhado em perspectiva de quem faz contabilidade pessoal x práticas financeiras não saudáveis  $R1 = PNS1 - R8 = PNS8$ , indicando uma independência das variáveis. Ao observar e analisar o mapa de quantificações, pode-se colocar em evidência os resultados obtidos de que há uma certa concentração no

Tabela 7 – Frequências marginais		
Medidas de discriminação		
Prática não saudável (PNS)	Dimensão	
	1	2
Você faz algum tipo de contabilidade pessoal?	0,009	0,303
PNS1	0,024	0,025
PNS2	0,099	0,185
PNS3	0,688	0,037
PNS4	0,567	0,075
PNS5	0,002	0,414
PNS6	0,463	0,151
PNS7	0,598	0,010
PNS8	0,668	0,014

Fonte: elaborado pelo autor com utilização do software SPSS, 2022.



Fonte: elaborado pelos autores com utilização do software SPSS, 2022.

lado direito superior do mapa; isso mostra que as pessoas que fazem contabilidade pessoal têm uma boa aproximação com a resposta “não”, indicando uma proximidade com a ausência de práticas financeiras não saudáveis, enquanto quem não faz contabilidade pessoal está mais próximo de “sim” para práticas financeiras não saudáveis.



Ao analisar o mapa para as quantificações de “você faz algum tipo de contabilidade pessoal?”, é observável que existe um distanciamento natural entre os que praticam e os que não praticam contabilidade pessoal, pois espera-se que quem faz o uso de contabilidade pessoal e quem não faz tenham comportamentos opostos na condução das finanças pessoais.

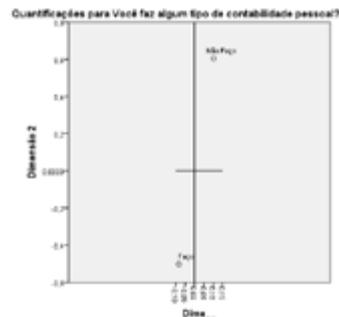
Os achados dos testes quantitativos vão em linha com os achados de Kim (2013), Roquete, Laureano e Botelho (2014) e Scheresberg (2013), já que se percebe tendência a práticas menos saudáveis, mesmo que não linear com o conhecimento e o uso de técnicas de finanças pessoais entre jovens.

## 5. Conclusões

Apesar do grande desconhecimento de educação financeira da grande maioria dos jovens universitários, nota-se também um movimento oposto de grande interesse de jovens em assuntos sobre investimentos (B3, 2020). Esse movimento pode ser compreendido pela grande facilidade de acesso a conteúdo sobre finanças pessoais nas plataformas virtuais, o que permite que o jovem interessado encontre o assunto desejado de forma prática.

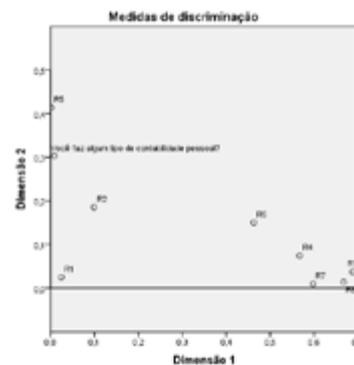
Sendo assim, a realização deste trabalho justificou-se pela necessidade de compreender como as práticas financeiras adotadas pelos jovens universitários poderão determinar os comportamentos financeiros durante a sua vida adulta. O objetivo geral da presente pesquisa consiste em estudar o comportamento dos jovens universitários em relação ao gerenciamento de suas finanças pessoais, buscando investigar se haveria associação entre contabilidade pessoal e práticas financeiras compreendidas como não saudáveis, sendo elas: usar cheque especial, recorrer

### Mapa 6 - Quantificações para: “Você faz algum tipo de contabilidade pessoal?”



Fonte: elaborado pelos autores com utilização do software SPSS, 2022.

### Mapa 5 – Medidas de discriminação



Fonte: elaborado pelos autores com utilização do software SPSS, 2022.

a empréstimos, atrasar o pagamento de contas por esquecimento, atrasar o pagamento de contas por falta de recursos, atrasar o pagamento de cartão de crédito, não pagar integralmente a fatura do cartão, comprar algo que não fora planejado e arrepende-se de gastar o dinheiro.

Mediante uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa, que coletou dados de jovens alunos de uma universidade pública do Estado de São Paulo por meio de uma *survey*, foi aplicado um questionário com um total de 10 questões: 3 em relação à utilização de contabilidade pessoal; 3 sobre o patrimônio e sua composição (ativos e pas-

sivos) na contabilidade pessoal; e 4 sobre o controle financeiro. A iniciativa teve o intuito de avaliar a relação de 128 estudantes com a contabilidade pessoal. Após a coleta dos resultados, foram utilizadas a análise de correspondência, que mostra um conjunto de variáveis categóricas nominais em um mapa perceptual, e a análise de Homogeneidade (Homals), que possibilita a associação de variáveis qualitativas em função de sua complexidade particular. Também se observou a correlação entre a prática de contabilidade pessoal *versus* práticas tidas como não saudáveis, com gráficos e tabelas plotados para simplificar a análise.

Em relação à contingência, em geral, notou-se que quem faz contabilidade pessoal tem uma tendência de melhores práticas. Entretanto, quando submetido o teste de Qui-quadrado, obteve-se como resposta comum uma Significância assintótica acima de 0,05, mostrando, portanto, não haver uma dependência. Para as medidas de discriminação, nota-se uma dispersão das variáveis e baixa frequência, mas vale destacar que os mapas de quantificações indicaram que quem faz contabilidade pessoal está mais próximo de práticas mais saudáveis, de maneira perceptiva e mostrando também que há um distanciamento considerável entre quem pratica contabilidade pessoal e quem não pratica, conforme esperado. Entretanto, quando analisada possibilidade de correla-

ção para realização de contabilidade pessoal e práticas tidas como não saudáveis, notou-se que não há estatisticamente uma dependência linear relevante para as nove variáveis analisadas; os resultados da correlação não seguiram um padrão: foram aleatórios e dispersos. Dessa forma, em linha com os trabalhos de Kim (2013), Roquete, Laureano e Botelho (2014) e Scheresberg (2013), o uso de contabilidade constitui uma prática importante para uma vida financeira mais saudável.

Portanto, conclui-se que a hipótese apresentada é válida, já que este trabalho revelou que estudantes que praticam contabilidade pessoal tendem a ter menos práticas financeiras não saudáveis; vale ressaltar, porém, que foram identificados apenas resultados aleatórios, não sen-

do possível uma associação linear. A partir dos resultados avaliados, a hipótese que surge é que a variável “práticas não saudáveis” pode ser explicada ou estar correlacionada a suas experiências de vida. Essa questão poderá ser objeto de estudo futuro, para um trabalho que busque aprofundamento sobre este tema tão importante e pouco explorado.



## Referências

ANSHARI, M.; ALMUNAWAR, M.N.; SHAHRILL, M. et al. *Smartphones usage in the classrooms: Learning aid or interference?* *Educ Inf Technol* 22, 3063–3079 (2017). Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10639-017-9572-7>>. Acesso em: 30 out. 2021.

BACEN. *Brasil: implementando a estratégia nacional de educação financeira*. Brasília, 2011. Disponível: <[https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia\\_Nacional\\_Educacao\\_Financeira\\_ENEF.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2021.

BESSA, S.; FERMIANO, M.B.; DENEGRI, M.C (2014). *Compreensão econômica de estudantes entre 10 e 15 anos*. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/276233262\\_Compreensao\\_economica\\_de\\_estudantes\\_entre\\_10\\_e\\_15\\_anos](https://www.researchgate.net/publication/276233262_Compreensao_economica_de_estudantes_entre_10_e_15_anos)>. Acesso em: 30 out. 2021.

BOON, C.Y.; FOON, J.W.J. *Altmetrics is an indication of quality research or just hot topics*. In. IATUL Conferences, 35<sup>th</sup>. Purdue University. Espoo, Finland, 2014. Proceedings. Espoo, Finland, 2014. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/264423415\\_Altmetrics\\_is\\_an\\_Indication\\_of\\_Quality\\_Research\\_or\\_Just\\_HOT\\_Topics](https://www.researchgate.net/publication/264423415_Altmetrics_is_an_Indication_of_Quality_Research_or_Just_HOT_Topics)>. Acesso em: 15 set. 2021.

B3. *Uma análise da evolução dos investidores pessoas físicas na B3*. Disponível em: <[http://](http://www.bmf.com.br/portal/pages/newsletter/BMFBOVESPA/Downloads/Estudo_PF-final.pdf)

[www.bmf.com.br/portal/pages/newsletter/BMFBOVESPA/Downloads/Estudo\\_PF-final.pdf](http://www.bmf.com.br/portal/pages/newsletter/BMFBOVESPA/Downloads/Estudo_PF-final.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2021.

CERBASÍ, G. P. *Dinheiro – Os segredos de quem têm: como conquistar e manter sua independência financeira*. São Paulo: Gente, 2005.

CNC. *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)*. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-agosto-de-2021-especial/372034>>. Acesso em: 15 set. 2021.

HALFED, M. *Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro*. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006.

---

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios Contínua 2018*. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_media/ibge/arquivos/00e02a8bb67cdec4fb22601ed264c00.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/00e02a8bb67cdec4fb22601ed264c00.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2021.

---

IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

---

KIM J. *Childhood Financial Socialization and Young Adults' Financial Management*. Disponível em: <[https://www.afcpe.org/wp-content/uploads/2018/10/v24\\_1\\_61-79.pdf](https://www.afcpe.org/wp-content/uploads/2018/10/v24_1_61-79.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2021.

---

KIYOSAKI, R. T.; LECHTER, S. L. *Pai rico, pai pobre*. 56. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

---

KOSTER, S. *Spin off firms and individual start-ups. Are they really different?* Disponível em: <<http://www.sre.wu.ac.at/ersa/ersaconfs/ersa04/PDF/287.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2021.

---

MPMA. *A Importância de Administrar bem o dinheiro*. Disponível em: <<https://www.mpama.mp.br/index.php/lista-de-noticias-ouvidoria/9261-a-importancia-de-administrar-bem-o-dinheiro>>. Acesso em: 30 out. 2021.

---

NETO, A. *Educação financeira por meio das mídias digitais*. Disponível em: <<file:///C:/Users/samsung/Desktop/1SEM+TCC/TCC/EDUCA%C3%87%C3%83O%20FINANCEIRA%20POR%20MEIO%20DAS%20M%C3%8DDIAS.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2021.

---

PEREIRA, F.; CAVALCANTI, A. CROCCO, M. *Um plano nacional de capacitação financeira: o caso brasileiro*. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/7dmpbx8YhLdbQ5bBRf45PLd/?lang=pt>>. Acesso em: 14 set. 2021.

---

ROQUETTE I.; LAUREANO R.; BOTELHO M. *Conhecimento financeiro de estudantes universitários na vertente do crédito*. *Tourism & Management Studies*, 10 (Special Issue), 2014, 129-139. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7913/1/publish>

---

[er\\_version\\_634-2486-1-PB.pdf](#)>. Acesso em: 13 set. 2021.

---

SAVOIA, F.R.J., SAITO, T.A., SANTANA, A.F. *Paradigmas da educação financeira no Brasil*. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLpb/?lang=pt>>. Acesso em: 28 out. 2021.

---

SCHERESBERG, Carlo B. *Financial Literacy and Financial Behavior among Young Adults: Evidence and Implications. Numeracy*. 6. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.352.5252&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 29 out. 2021.

---

SERASA. *Mapa de inadimplência no Brasil*. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/assets/cms/2021/Mapa-de-Inadimplencia-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2021.

---

SPC. *Educação financeira e a gestão do orçamento pessoal*. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/4072>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

---

TSAI, C.-C., CHUANG, S.-C., LIANG, J.-C., & TSAI, M.-J. (2011). *Self-efficacy in Internet-based Learning Environments: A Literature Review*. *Journal of Educational Technology & Society*, 14, 222-240. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/jeductechsoci.14.4.222>>. Acesso em: 12 set. 2021.

---

VIGNOLI, J. *Metade dos brasileiros não fazem controle do orçamento pessoal, mostra pesquisa do SPC Brasil e CNDL*. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/pesquisa/metade-dos-brasileiros-naofazem-controle-do-orcamento-pessoal-mostra-pesquisa-do-spcbrasil-e-cndl>>. Acesso em: 25 de outubro de 2017.

---

VON SOHSTEN, C. *Como cuidar bem do seu dinheiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

---

WILL, D. E. M. *Metodologia da pesquisa científica*. Livro digital. 2ª ed. Palhoça. Unisul Virtual, 2012.

---



# Relação entre o nível de conhecimento financeiro e o nível de endividamento dos servidores de uma IES brasileira: análise no período pandêmico

O presente trabalho, com característica descritiva, teve como objetivo principal verificar a relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores de uma instituição de ensino superior (IES) pública, comparando os períodos antes e durante a pandemia. Para isso, foi elaborado e aplicado um questionário on-line, e os dados coletados foram analisados com base na estatística descritiva e coeficiente de Pearson. A amostra é composta pelos servidores que responderam por completo ao questionário, e observa-se que atuam nas mais diversas funções, na universidade. Os resultados indicaram que o nível de educação financeira dos servidores é consideravelmente alto e pode ser explicado pelo respectivo nível de formação. Quanto ao nível de endividamento, pode-se verificar que os servidores, em sua maioria, encontram-se em um nível alto de endividamento, o que foi agravado ainda mais após o início da pandemia; porém, a análise dos dados utilizando o coeficiente de Pearson não permite afirmar que conhecimento financeiro influencia a condição de menores riscos de endividamento.

**Arthur Douglas Pariz de Souza**

É bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

*E-mail:* arthurdpariz2603@gmail.com

**Simone Luiza Fiorio**

É mestre em Ciências Contábeis e professora adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Possui experiência na docência em Ciências Contábeis, atuando no ensino presencial e a distância. Tem interesse em pesquisa, principalmente nos seguintes temas: Educação em Contabilidade, História da Contabilidade e Planejamento Financeiro Pessoal.

*E-mail:* simone.fiorio@ufes.br

**Thiago Carvalho Brasil**

É bacharel Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

*E-mail:* thiagouniversidade1999@gmail.com

## 1. Introdução

Em meados de dezembro de 2019, na província de Hubei e cidade de Wuhan (República Popular da China), foi identificado pela primeira vez um caso da doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-COV-2), popularmente conhecido como coronavírus (TÁVORA, 2020). A partir de então, a doença se disseminou de maneira exponencial, afetando, praticamente, todos os países do mundo. Em fevereiro de 2020, o primeiro caso foi registrado no Brasil e, então, a partir de março de 2020, a doença passou a ser considerada pandêmica, impactando, assim, drasticamente diversas áreas administrativas, sociais e econômicas do país (TÁVORA, 2020).

Devido a esse novo cenário de pandemia, uma das áreas afetadas e com maior destaque foi a economia brasileira, que sofreu imensamente diante da crise, tanto por fatores econômicos externos quanto por fatores econômicos internos.

Os fatores externos tiveram início na China. A República Popular da China, ao longo dos últimos anos, obteve um crescimento econômico substancial, concentrando aproximadamente um quinto do Produto Interno Bruto (PIB) mundial; além disso, é país-destino de parte significativa das exportações de diversas nações mundiais, in-

cluindo o Brasil. A desaceleração do crescimento econômico da China, devido ao cenário exposto, afetou, consequentemente, o desenvolvimento da economia brasileira (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Já os fatores internos afetaram a população de forma mais direta. Com o objetivo de prevenir a circulação da doença e evitar um colapso no sistema de saúde do país, os governos federal, estaduais e municipais adotaram medidas de distanciamento social. Tais medidas afetam o mercado interno de forma avassaladora, fazendo com que comércios fechassem, pessoas perdessem seus empregos e o ritmo de consumo de bens e serviços em geral mudasse, o que agravou, ainda mais, a crise financeira já existente (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

Assim, a população passou a enfrentar quadros de incerteza e diversas dificuldades. O conhecimento para elaboração de um planejamento financeiro efetivo se torna um fator decisivo para a potencialização da qualidade de vida do sujeito, em meio às circunstâncias expostas. Tal conhecimento, denominado educação financeira, consiste no estudo de gestão e de hábitos envolvendo finanças em geral, com a finalidade de auxiliar o indivíduo na tomada de decisões.

Neste contexto, o objetivo geral desta pesquisa é verificar a relação entre endividamento e conhecimento financeiro dos servidores públicos da IES, considerando o período anterior e decorso da pandemia. Em complementar, espera-se alcançar, no decorrer deste trabalho, os seguintes objetivos específicos: i) averiguar o nível de conhecimento financeiro da amostra em questão; ii) identificar o nível de endividamento prévio ao cenário de pandemia; e iii) verificar o nível de endividamento no decorrer da pandemia.

No Brasil, este tema, embora seja objeto de dezenas de pesquisas, recebe uma abordagem ainda pouco profunda. Ademais, é notório o descaso das autoridades em relação à capacitação adequada da população no tocante ao assunto (FERREIRA; TAUE; ANGELIS, 2007). Além disso, foram encontrados poucos estudos sobre o tema Finanças Pessoais em relação aos servidores públicos, principalmente no tocante ao contexto de pandemia, fazendo-se, assim, necessário pesquisá-lo, a fim de contribuir para a sua difusão, bem como para a criação de novas pesquisas relacionadas à área de educação financeira.

Escolheu-se os servidores públicos, pois esta classe não foi direta e economicamente afetada pela crise da pandemia, por ter estabilidade do cargo, conforme previsto no art. 41 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

E optou-se por estudar os profissionais que atuam na referida IES, prevendo-se menores barreiras para a coleta das informações necessárias para a elaboração e o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que este estudo é realizado por pessoas pertencentes à comunidade acadêmica.

## 2. Plataforma Teórica

### 2.1 Educação financeira

Para Jacob et al. (apud LUCCI et al., 2006: 04), o termo “educação”, na área de finanças, está diretamente ligado ao conhecimento básico para a compreensão e funcionamento de atividades financeiras (engloba desde termos financeiros até normas sociais). Já o termo “financeira” está relacionado a uma ampla gama de atividades que envolvem dinheiro e estão presentes no cotidiano das pessoas – como, por exemplo, o gerenciamento de um cartão de crédito, o controle de orçamento ou, até mesmo, a decisão de aquisição de seguros ou investimentos.



“O conhecimento para elaboração de um planejamento financeiro efetivo se torna um fator decisivo para a potencialização da qualidade de vida do sujeito, em meio às circunstâncias expostas.”

Adotada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2004), a combinação dos termos “educação” e “financeira” define a educação financeira como um processo em que indivíduos, sejam eles consumidores ou investidores, podem melhorar sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, por meio da informação. Desta forma, eles podem, conscientes das ameaças e oportunidades existentes, tomar decisões com maior qualidade, visando ao bem-estar e à proteção financeira.

Com isso em mente, e diante o cenário de crise mundial atual, o conhecimento da população, de forma geral, em relação a questões financeiras torna-se cada vez mais essencial, visto que diversos aspectos da vida pessoal de um indivíduo giram em torno de fatores monetários. Diante do exposto, e de acordo com a OCDE (2004), a educação financeira, quando inserida no contexto de finanças pessoais, é fundamental para auxiliar os consumidores a administrar, ganhar, gastar, poupar e consumir seu dinheiro de forma eficiente.

Ainda, segundo Camargo (2007), a educação financeira é representada, de maneira sucinta, pela administração do dinheiro. A

gestão financeira pessoal consiste, basicamente, em estabelecer e seguir um plano para manutenção ou aquisição de ativos financeiros e, assim, formar o patrimônio do indivíduo em questão e, conseqüentemente, aumentar sua qualidade de vida.

## 2.2 Finanças pessoais e educação financeira

As finanças pessoais têm por objeto de estudo e análise as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e dos desejos individuais. Em uma economia baseada em moeda e crédito, as finanças pessoais compreendem o manejo do dinheiro, próprio e de terceiros, para obter acesso às mercadorias, bem como a alocação de recursos físicos (força de trabalho e ativos pertencentes ao indivíduo), com a finalidade de obter dinheiro e crédito (PIRES, 2006).

Segundo Lizote et al. (2017), atualmente, a economia sofre diversas mudanças e se encontra passiva a fatores globais; assim, o planejamento financeiro tende a ser mais valorizado no momento de se tomar uma decisão.

De acordo com Medeiros e Lopes (2014), o controle das entra-

das e saídas de recursos deve ser controlado e monitorado não só pelas empresas, como muitos pensam, mas também pelos indivíduos em suas finanças pessoais, pois, como Pires (2006) afirma, o objetivo das finanças pessoais é assegurar que as despesas do indivíduo (ou da família) sejam sustentadas por recursos obtidos de fontes sobre as quais tenha controle, de modo a garantir a independência de recursos de terceiros.

A importância da educação financeira pode ser percebida sob várias perspectivas, dentre as quais se destaca o bem-estar pessoal, e as conseqüências de sua falta podem levar à inclusão do nome em sistemas de proteção ao crédito (FRANKENBERG, 1999), tendo em vista que a grande oferta de crédito à população gerou o aumento da inadimplência. Esse problema ocorre porque a maior parte das pessoas não possuem orientação e educação no tocante ao tema em questão (INSTITUTO AKATU, 2006, apud MIRANDA, LEAL, ARAÚJO, 2017).

Nesse contexto, verifica-se a relevância que o planejamento financeiro e as finanças pessoais têm quanto às decisões financeiras de um indivíduo, principalmente em cenários de instabilidade.

### 2.3 Endividamento

De acordo com Marques e Frade (2003), o endividamento é o saldo devedor de um agregado, uma obrigação, o que significa dizer que endividamento é a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo e, ao se apossar desse recurso, estabelece-se um compromisso de devolver tal montante, normalmente acrescido de juros e correção monetária e em data futura estabelecida. Em caso de descumprimento do compromisso assumido com outrem, o endividamento se torna uma inadimplência, ou seja, o não pagamento pontual dos compromissos financeiros por parte do devedor. A situação mais grave que pode decorrer do endividamento é o sobre-endividamento, também designado por falência ou insolvência, que consiste nos casos em que o devedor está completamente impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de pagar uma ou mais dívidas (MARQUES; FRADE, 2003).

O atraso no pagamento de contas é também uma das formas de endividamento, bem como a dívida com impostos devidos e não pagos, que se tornam um problema, sobretudo por trabalhadores autônomos e empreendedores. Na falta eventual de recursos, o pagamento

de mensalidades de seguros, planos de saúde, aluguéis, mensalidades escolares, compras a prazo etc. pode levar as famílias a contrair novas dívidas, e a ausência de planejamento financeiro torna-se um fator determinante para o mau endividamento (CERBASI, 2004).

Ademais, há várias formas e fontes de crédito que cooperam para o endividamento e podem ser utilizadas: cheque especial, cartão de crédito, crediário, crédito imobiliário, crédito consignado, crédito produtivo (investimentos e capital de giro), hipotecas, empréstimos com terceiros com promessa de juros (agiotagem – o que juridicamente é proibido), parentes e amigos. Uma situação de inadimplência pode levar um indivíduo a realizar mais de um financiamento e chegar a uma situação de múltiplo endividamento. Para Marques e Frade (2003), o uso do crédito em si não se configura como um mal para o indivíduo, uma vez que, quando usado de forma correta, o crédito se torna uma ferramenta que pode melhorar a acessibilidade a certos bens e serviços. O problema existe quando esta regalia é ofertada de forma facilitada, ou seja, com poucos critérios para a concessão.

Segundo Fiorentini (2004), o consumidor se endivida por diversos fatores: dificuldade financeira pessoal que impossibilita o cumprimento de suas obrigações, desemprego, falta de controle nos gastos, compras para terceiros, atraso de salário, comprometimento da renda com despesas supérfluas, redução da renda, doenças, má-fé, dentre outros. Todos estes fatores são agravados em época de crise econômica do país.

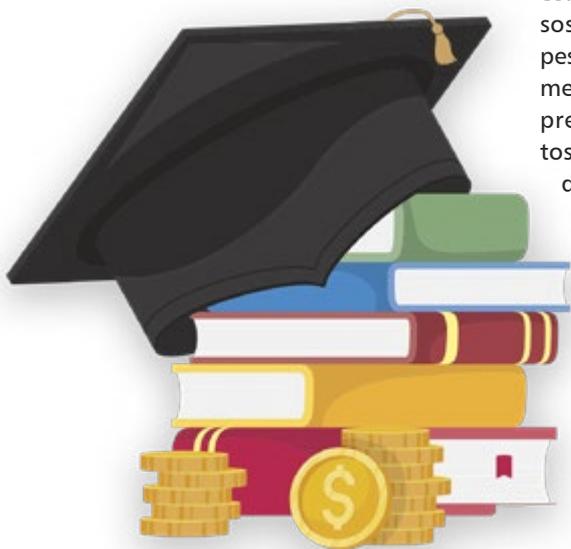
Dentro deste contexto, pode-se observar que a educação financeira – sobretudo se combinada com instrumentos como leis de proteção ao consumidor

e regulamentação dos empréstimos e do funcionamento de bancos, financeiras e comércio – é fundamental para reduzir o problema do endividamento. Nesse sentido, pode-se dizer que a educação financeira e o endividamento estão atrelados, uma vez que aquela coopera com o sistema econômico, pois permite aos agentes consumir produtos e serviços de forma financeiramente adequada, reduzindo, assim, o descumprimento de obrigações com terceiros (PINHEIRO, 2008).

### 2.4 Estabilidade dos servidores públicos

Em países em desenvolvimento e de regime capitalista, como o Brasil, pessoas economicamente ativas passam por períodos de incertezas em relação ao mercado de trabalho, devido à alta rotatividade em relação a exigências e tendências do mercado. Desta forma, a estabilidade no emprego representa, de certa forma, segurança financeira para o indivíduo, permitindo-lhe planejar a vida, de maneira eficaz, sob o aspecto profissional e pessoal. Tal segurança, em meio ao cenário apresentado, torna-se instrumento de desejo (DINIZ et al, 2012.)

A Constituição Federal de 1988 assegura a estabilidade no serviço público, em virtude de aprovação em concurso, após a passagem dos dois anos de exercício. Em complemento, a Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1998 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1998), que modifica o art. 41 da Constituição Federal, estabelece que “são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público” e, em seu § 4º, determina que, “como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade”.



“Os resultados obtidos tornaram possível inferir que os servidores investigados realizam consumo consciente e gerenciam seus recursos de forma adequada, tendo em vista que apresentaram conhecimento sobre planejamento e educação financeira.”

### 2.5 Estudos anteriores

A pesquisa realizada por Silva e Gomes (2018) teve por objetivo verificar o conhecimento acerca do gerenciamento dos recursos financeiros pessoais para os servidores lotados no Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) do Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os resultados obtidos tornaram possível inferir que os servidores investigados realizam consumo consciente e gerenciam seus recursos de forma adequada, tendo em vista que apresentaram conhecimento sobre planejamento e educação financeira. Os autores concluíram, ainda, que o nível de conhecimento sobre finanças justifica-se pelo nível de escolaridade do indivíduo, uma vez que a amostra foi composta por indivíduos que possuem desde nível superior incompleto até doutorado.

Corroborando os resultados do estudo citado, a pesquisa realizada por Silva, Teixeira e Beiruth (2016) buscou investigar o perfil dos servidores públicos municipais de Tangará da Serra, do Estado de Mato Grosso, em relação ao conceito de educação financeira, e, também, analisar o perfil financeiro destes servidores. A partir da análise dos dados, foi possível concluir que os servidores, na definição do perfil geral relacionado à educação financeira, apresentam

baixo conhecimento sobre o endividamento e renda – fato considerado positivo, pois estes dois construtos são analisados de forma que, quanto menor, melhor. Esses funcionários públicos apresentam um nível satisfatório de educação financeira, assim como conhecimento sobre juros e planejamento de gastos.

Em outro estudo, desenvolvido por Jubini, Balbino e Bessa (2017), objetivou-se analisar o nível de conhecimento e a aplicabilidade sobre finanças pessoais de um grupo de servidores de uma Instituição de Ensino Pública Federal. A pesquisa constatou que, apesar de grande parte dos servidores estarem cientes da importância do conhecimento financeiro, mais da metade dos entrevistados disseram que não acompanham suas finanças com frequência. Conclui-se, então, que o nível de conhecimento e aplicabilidade sobre educação financeira destes servidores é insatisfatório, o que contradiz os estudos apresentados acima.

## 3. Metodologia

### 3.1 Tipologia da pesquisa

Segundo Marconi e Lakatos (2002), o método é o conjunto de atividades sistêmicas e racionais que

permitem alcançar o objetivo da pesquisa com maior segurança e economia, definindo caminhos a serem seguidos e ajudando na tomada de decisões do pesquisador.

Optou-se em se utilizar, para alcançar o objetivo proposto por esta pesquisa, o estudo de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, por meio do procedimento técnico de levantamento.

Este trabalho classifica-se como uma pesquisa descritiva, pois objetiva identificar de que forma a crise causada pelo coronavírus afetou o nível de endividamento dos servidores da IES. Para Richardson (1999), uma pesquisa descritiva é aquela cujo propósito é fazer afirmações a fim de descrever aspectos de uma população ou analisar a distribuição de certas características.



Com relação à abordagem metodológica, a pesquisa se classifica como quantitativa. Richardson (1999) considera que esse tipo de pesquisa tem o objetivo de delinear ou analisar características de fatos ou fenômenos, avaliar programas ou isolar variáveis principais, utilizando métodos formais caracterizados pela precisão e pelo controle estatístico.

Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados, esta pesquisa valeu-se de um levantamento que se caracterizou pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer. Solicitou-se informações a um grupo significativo de pessoas sobre o problema em estudo, para que, posteriormente, mediante uma análise, seja possível obter conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2002). Foi utilizado, como instrumento para coleta dos dados, um questionário, aplicado de forma direta, por meios digitais.

### 3.2 População e amostra

Devido ao objetivo da pesquisa, optou-se por analisar apenas os servidores ativos da IES, considerados mais apropriados por estarem efetivamente envolvidos com o contexto abordado. Dessa forma, excluiu-se da amostra os servidores aposentados, pois compreendeu-se, ainda na fase de levantamento de dados, que se trata de um grupo numeroso e com características diferentes dos servidores em atividade, o que poderia interferir no resultado do trabalho. Frisa-



Quadro 1 – Síntese do instrumento de coleta de dados		
Bloco	Variáveis/Componentes	Referências
I. Perfil dos respondentes	Idade	Elaborado pelo Autor
	Gênero	
	Estado Civil	
	Número de Dependentes	
	Número de residentes	
	Escolaridade	
	Função	
	Área de Formação	
	Campus	
	Setor	
Renda		
Bloco	Variáveis/Componentes	Referências
II. Planejamento e percepção de conhecimento financeiro	6 Questões: B1, B2, B3, B4, B5, B6	Elaborado pelo Autor
III. Quiz (avaliação de conhecimento Financeiro)	5 Questões: C1, C2, C3, C4, C5	Lusard e Mitchell (2011)
IV. Composição e nível de endividamento	5 Questões: E1, E2, F1, F2, F3	Elaborado pelo Autor

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor, 2022.

-se que servidores ativos são aqueles em efetivo exercício, ou seja, no desempenho tanto das atribuições de um cargo efetivo quanto das atribuições de um cargo comissionado.

### 3.3 Obtenção de dados

Para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, foi adotado o método de coleta de dados por meio de questionário estruturado e disponibilizado de forma direta aos servidores da instituição em questão, em formato digital, mediante a plataforma de pesquisa da própria entidade, “Enquetes IES”, entre 27 de setembro de 2021 e 2 de fevereiro de 2022. Vale ressaltar que, a fim de aumentar o número da amostra, o convite para participar da pesquisa foi realizado 3 vezes distintas: 27 de setembro de 2021, data de abertura; 17 de novembro de 2021; e, por fim, 22 de janeiro de 2022.

O universo estudado é composto de 3.965 (três mil novecentos e sessenta e cinco) servidores públicos que atuam ativamente na Universidade Federal do Espírito Santo. Como retorno, teve-se o número de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco); porém, foram considerados 359 (trezentos e

cinquenta e nove) respondidos, e 129 (cento e vinte e nove) foram descartados, por não conterem todas as respostas e/ou terem sido enviados com questões respondidas de forma errada. Nesse sentido, a amostra pesquisada corresponde a 336 (trezentos e trinta e seis) servidores, o que representa 8,52% do universo estudado.

O roteiro de perguntas contém 27 (vinte e sete) questões, sendo 24 (vinte e quatro) objetivas e 3 (três) discursivas. O formulário foi organizado em quatro blocos. O primeiro buscou identificar e conhecer o perfil dos servidores; o segundo procurou conhecer as práticas financeiras e a autopercepção acerca do nível de conhecimento financeiro; o terceiro buscou verificar – por meio de um quiz composto por cinco questões baseadas nos estudos de Lusard e Mitchell (2011), nas quais diversos conceitos de conhecimento financeiro foram explorados de forma sucinta – o nível de educação financeira dos servidores. Por fim, o quarto bloco tratou de investigar o nível de endividamento prévio e no decorrer de pandemia, bem como os elementos que o compõem. O questionário da pesquisa foi elaborado de acordo com o Quadro 1.

“A mensuração ocorre de forma similar à aferição do conhecimento financeiro. Assim, também foram estipulados 5 níveis: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. A classificação varia de acordo com o nível de comprometimento da renda.”

### 3.4 Análise de dados

Para a análise de dados desta pesquisa, utilizou-se estatística descritiva. Nesta etapa, foram aplicadas tabelas de distribuição de frequência e representações gráficas. Além disso, outra técnica estatística foi utilizada: o coeficiente de Pearson, frequentemente usado em estudos sociais a fim de testar a significância entre duas variáveis numéricas (BARBETTA, 2010).

Para tal, as variáveis qualitativas do estudo foram transformadas em quantitativas, uma vez que cada variável qualitativa recebeu um valor numérico a partir de zero. Por fim, os cálculos estatísticos da pesquisa foram realizados no software R Studio e Excel, programa de planilhas editáveis do software Office 365.

Outrossim, para medir o nível de conhecimento financeiro dos servidores, os autores propuseram a adoção de pontuação para as questões referentes ao bloco três do questionário. Ao fim, é realizado o somatório da pontuação do servidor, e o conhecimento financeiro dos servidores é mensurado entre 5 níveis: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. Estipulou-se a pontuação mínima de 0, e a máxima, 75.

Este estudo optou por atribuir pontuações diferentes para

cada questão, de acordo com o tema abordado.

De forma semelhante, foi medido o nível de endividamento dos servidores; porém, neste caso, foi proposto que os entrevistados transcrevessem de forma discursiva, em percentual, quão comprometida sua renda encontrava-se antes da pandemia e quanto passou a ser comprometida no decorrer deste cenário. Vale ressaltar que os respondentes foram instruídos, a fim de calcular encontrar esse valor percentual, a utilizar a seguinte razão:

A mensuração ocorre de forma similar à aferição do conhecimento financeiro. Assim, também foram estipulados 5 níveis: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. A classificação varia de acordo com o nível de comprometimento da renda.

No capítulo seguinte, serão apresentadas as análises dos dados coletados, a partir dos procedimentos metodológicos descritos neste item.

## 4. Resultados e Discussões dos Resultados

Este capítulo ocupa-se de descrever os resultados após a coleta e o tratamento dos dados, de acordo com os objetivos propostos. Os da-

dos coletados permitiram: i) verificar o nível de conhecimento financeiro dos servidores que atuam na IES; ii) verificar o nível de endividamento antes, no início e no decorrer da pandemia da Covid-19; e iii) verificar se há correlação entre o nível de conhecimento financeiro e o nível de endividamento dos servidores.



#### 4.1 Perfil dos servidores que atuam na IES

De modo a assegurar a confiabilidade da pesquisa, nenhum dado que possibilitasse a identificação do entrevistado foi soliciitado. Dessa forma, o perfil dos respondentes pode ser retratado apenas em números, como disposto na Tabela 1.

A Tabela 1 permite avaliar o perfil dos respondentes quanto aos dados sócios demográficos. A partir desses dados, observou-se que as características predominantes são: sexo feminino, com 54,46%; em relação à faixa etária, 33,93% têm entre 31 e 40 anos, e 31,25% têm entre 41 e 50 anos; no que se refere ao estado civil, 60,71% dos entrevistados são casados. Quanto ao nível de escolaridade, 41,37% possuem doutorado, 26,49% possuem mestrado, e 25,30% possuem pós-graduação; as áreas predominantes de formação acadêmica são: Ciências Humanas e Sociais, com 32,44%, e Ciências Exatas, com 27,68%. Quanto à função dos respondentes dentro da universidade, 38,39% da amostra atua como professor(a) do magistério superior, e mais de 65% dos entrevistados atuam no Campus de Goiabeiras.

Outros dados apurados durante a pesquisa tratam a respeito da renda e dos números de dependentes e moradores, como exposto nas Tabelas 2 e 3.



Tabela 1 – Tabela de distribuição de frequência das características sociodemográficas

Variável		n	%n
Gênero	Feminino	183	54,46%
	Masculino	153	45,54%
Idade	18 a 25 anos	0	0,00%
	26 a 30 anos	22	6,55%
	31 a 40 anos	114	33,93%
	41 a 50 anos	105	31,25%
	51 a 60 anos	69	20,54%
	Mais de 61 anos	26	7,74%
Estado Civil	Solteiro	91	27,08%
	Casado	204	60,71%
	Separado/Divorciado	38	11,31%
	Viúvo (a)	3	0,89%
Escolaridade	Médio completo	4	1,19%
	Superior incompleto	5	1,49%
	Graduação	14	4,17%
	Pós-Graduação	85	25,30%
	Mestrado	89	26,49%
	Doutorado	139	41,37%
Área de formação	Ciências Naturais	27	8,04%
	Ciências da Saúde	43	12,80%
	Ciências Exatas	93	27,68%
	Ciências Humanas e Sociais	109	32,44%
	Ciências Sociais Aplicadas	64	19,05%
Função	Atuação na área da saúde	19	5,65%
	Atuantes na administração central, economia e contabilidade	32	9,52%
	Atuação no setor de Comunicação	5	1,49%
	Atuação na área da engenharia	7	2,08%
	Atuantes na área das tecnologias da informação	8	2,38%
	Bibliotecário(a) / Documentalista / Arquivista	11	3,27%
	Cozinheiro(a)	0	0,00%
	Motorista	1	0,30%
	Professor(a) magistério superior	129	38,39%
	Recepcionista	1	0,30%
	Secretário(a) executivo(a)	7	2,08%
Técnico(a) em administração	Técnico(a) em administração	68	20,24%
	Tradutor(a) intérprete de linguagem	2	0,60%
	Técnico em assuntos educacionais	17	5,06%
	Outros	29	8,63%
Campus onde atua	Goiabeiras	220	65,48%
	Maruípe	44	13,10%
	Alegre	33	9,82%
	São Mateus	39	11,61%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor, 2022.

Tabela 2 – Renda dos entrevistados

Variável	Nível	n	%n
Renda	Até R\$ 1.000,00	0	0,00%
	R\$ 1.000,00 a R\$ 2.500,00	1	0,30%
	R\$ 2.500,01 a R\$ 5.000,00	97	28,87%
	R\$ 5.000,01 a R\$ 7.500,00	79	23,51%
	R\$ 7.500,01 a R\$ 10.000,00	70	20,83%
	Mais de R\$ 10.000,00	89	26,49%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor, 2022.

Observa-se que a renda dos respondentes se concentra mais entre R\$ 2.500,01 e R\$ 5.000,00, e acima de R\$ 10.000,00, respectivamente.

Ainda, pode-se verificar que 37,50% dos respondentes dividem a moradia com mais de uma pessoa, e 28,57% dividem com mais duas. Do total, 38,39% dos entrevistados não possuem dependentes e 33,33% possuem um, conforme apresentado na Tabela 3.

#### 4.2 Nível de conhecimento financeiro

Para a avaliação do nível conhecimento financeiro, utilizou-se um sistema de pontuação em que os autores propuseram pontuações distintas para cada questão, de acordo com o tema abordado. O respondente pôde ser classificado entre cinco níveis:

- Muito baixo: quando o somatório da pontuação é menor que 15;
- Baixo: quando o somatório da pontuação encontra-se entre 16 e 30;
- Médio: quando o somatório da pontuação se encontra entre 31 e 45;
- Alto: quando o somatório da pontuação se encontra entre 46 e 60; e
- Muito alto: quando o somatório da pontuação se encontra entre 61 e 75.

A métrica do nível de conhecimento foi feita a partir do resultado dos entrevistados. O Quadro 2 ilustra de forma objetiva a relação entre tema e a distribuição de pontos.

Após o somatório da pontuação, tem-se o valor final para enquadrar, de forma adequada, os servidores, dentro de seu respectivo nível de conhecimento. A Tabela 4 revela a métrica utilizada para definir o nível de conhecimento financeiro dos servidores e a distribuição de nível de conhecimento financeiro da amostra.

Tabela 3 – Número de dependentes e moradores na residência

Variável	Nível	n	%n
Número de residentes na moradia	Moro sozinho	52	15,48%
	Moro com + 1 pessoa	126	37,50%
	Moro com + 2 pessoas	96	28,57%
	Moro com + 3 pessoas	43	12,80%
	Moro com + 4 pessoas	15	4,46%
	Moro com + 5 pessoas	2	0,60%
	Moro com 6 ou mais pessoas	2	0,60%
Número de dependentes	Nenhum	129	38,39%
	1	112	33,33%
	2	65	19,35%
	3	19	5,65%
	4 ou mais	11	3,27%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor, 2022.

Quadro 2 – Distribuição de pontos

Bloco	Questões	Tema	Pontos
III.	C1. Suponha que você tem R\$ 100 na poupança, que rende 2% ao ano. Qual o valor na conta no fim do primeiro ano?	Juros simples	5
III.	C2. Considere o mesmo caso da pergunta anterior. Você não faz movimentação alguma na conta acima. Ao fim de 5 anos, qual o valor que você teria na conta?	Juros composto	10
III.	C3. Imagine que a taxa de juros da sua poupança foi de 1% ao ano, e a inflação foi de 2% ao ano. Após 1 ano, quanto você seria capaz de comprar com o dinheiro dessa poupança?	Inflação	15
III.	C4. Esta afirmação é verdadeira ou falsa: "uma hipoteca de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais mais elevados do que uma hipoteca de 30 anos, mas o total de juros pagos ao longo do empréstimo será menor"?	Juros no longo prazo	20
III.	C5. Esta afirmação é verdadeira ou falsa: "a compra de ações de uma única empresa geralmente gera um retorno mais seguro do que um fundo mútuo de ações"?	Diversificação de riscos	25
		Total	75

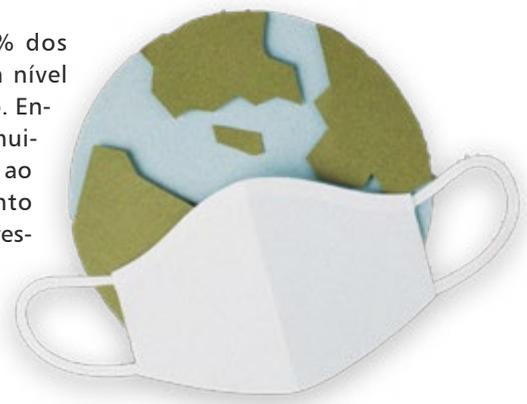
Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor, 2022.

Tabela 4 - Nível de conhecimento financeiro

Nível	n	%n
Muito baixo	25	7,44%
Baixo	36	10,71%
Médio	26	7,74%
Alto	67	19,94%
Muito alto	182	54,17%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor, 2022.

Observa-se que 54,17% dos entrevistados possuem um nível de conhecimento muito alto. Entre os servidores de nível muito alto, 52,20% referem-se ao gênero masculino, enquanto os 47,80% restantes dizem respeito ao gênero feminino. Dessa forma, a Tabela 5 realiza a mesma análise, porém considera também o gênero dos respondentes.



A Tabela 5 demonstra que há uma diferença considerável quando se analisa os grupos separadamente. Enquanto 62,09% dos respondentes homens estão classificados no nível “muito alto” de conhecimento financeiro, somente 47,54% das mulheres alcançaram o mesmo nível. Ainda, a partir do cálculo das médias de acertos das questões, pode-se verificar que respondentes do gênero masculino acertam em média 83,92% das questões, e os respondentes do gênero feminino acertam em média 71,58%.

A princípio, essa diferença pode parecer não tão significativa; porém, devido às diferentes pontuações atribuídas a cada questão, quando se realiza a média da pontuação da amostra total, temos como resultado uma pontuação de 52,90 para o gênero feminino e de 61,64 para o gênero masculino.

A diferença apresentada é suficiente para classificar o nível de conhecimento financeiro, de acordo com os parâmetros apresentados anteriormente, das respondentes mulheres como “Alto” e dos respondentes homens como “Muito alto”. Curiosamente, os homens, segundo os dados retirados da questão B4 (trata da segurança de lidar com seu dinheiro) apresentaram, também, uma pontuação média maior que as mulheres entrevistadas.

A média dos respondentes homens é aproximadamente 2,81, enquanto, para as respondentes mulheres, gira em torno de 2,27. Para o cálculo da média, foram atribuídos pesos às respostas, da seguinte forma: nada seguro (1); não muito seguro (2); razoavelmente seguro (3); e muito seguro (4).

Os resultados indicam que os homens possuem um maior nível de conhecimento financeiro. Essa informação valida resultados obtidos em outros estudos, posto que indivíduos do gênero masculino, além de possuírem um comportamento finan-

Tabela 5 – Nível de conhecimento financeiro masculino e feminino

Gênero	Nível	n	%n
Feminino	Muito baixo	20	10,93%
	Baixo	21	11,48%
	Médio	20	10,93%
	Alto	35	19,13%
	Muito alto	87	47,54%
Masculino	Muito baixo	5	3,27%
	Baixo	15	9,80%
	Médio	6	3,92%
	Alto	32	20,92%
	Muito alto	95	62,09%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor, 2022.

ceiro melhor, também são mais inclinados a integrar o grupo com maior nível de alfabetização financeira (POTRICH, VIEIRA, CERETTA, 2013; POTRICH, VIEIRA, KIRCH, 2015).

A métrica considerada neste estudo leva em consideração a amostra como um todo, independentemente do gênero, como demonstrado na Tabela 4.

#### 4.3 Nível de endividamento

Para a mensuração do nível de endividamento dos entrevistados, foi proposto que os respondentes apontassem, de forma percentual, o grau de endividamento no qual se encontravam antes e no decorrer do cenário de pandemia. A fim de estabelecer uma métrica mais confiável e próxima à realidade, os respondentes foram instruídos a utilizar a seguinte razão para encontrar o valor final:

$$\frac{\text{ENDIVIDAMENTO}}{\text{RENDA}}$$

Onde:

- Renda: Variável numérica representada pelo rendimento mensal recebido pelo entrevistado; e
- Endividamento: Variável numérica, equivalente à prestação mensal com empréstimos, financiamentos, crédito pessoal, aluguel, despesas com subsistência, entre outros.

A mensuração ocorre de forma

similar à mensuração do conhecimento financeiro; assim, também é dividida em 5 níveis:

- Muito baixo: quando a razão entre endividamento e renda é menor ou igual a 20%;
- Baixo: quando a razão entre endividamento e renda se encontra entre 20% e 40%;
- Médio: quando a razão entre endividamento e renda se encontra entre 40,01% e 60%;
- Alto: quando a razão entre endividamento e renda se encontra entre 60,01% e 80%; e
- Muito alto: quando a razão entre endividamento e renda se encontra acima de 80,01%.



Após a coleta das respostas, os respondentes foram classificados de acordo com seu nível de endividamento. A Tabela 6 demonstra o nível de endividamento dos servidores antes e durante do cenário de pandemia.

É possível observar que, antes da pandemia, 43,75% dos servidores possuíam um nível alto ou muito alto de endividamento, e 73,41% dos participantes afirmam que o cartão de crédito faz parte da composição de seu endividamento, seguido de financiamento de imóvel (27,30%) e crédito consignado (23,40%).

Logo após a coleta das respostas referentes ao grau de endividamento no decorrer da pandemia da Covid-19, foi possível estabelecer, de forma mais precisa, se, de fato, houve um aumento ou uma diminuição do comprometimento da renda dos entrevistados com dívidas, determinado pela diferença entre o grau de endividamento antes e no decorrer da pandemia. Verificou-se que a pandemia afetou de forma negativa 45% da amostra, tendo em vista que o grau de endividamento desses respondentes aumentou diante do novo cenário. Outros 39% mantiveram o mesmo grau de endividamento, enquanto 16% alcançaram um efeito positivo, tendo em vista que seu endividamento diminuiu.

Em um comparativo, pode-se verificar, na Tabela 6, um aumento significativo no nível "Muito alto" que era de 16,96%, conforma a Tabela 6, e passou a ser de 30,06%. Agora, 54,46% da amostra estão classificadas entre os níveis de endividamento "Alto" e "Muito alto". Esse resultado mostra que o efeito pandemia definitivamente afetou o bolso dos servidores da IES.

Esses resultados podem acompanhar as afirmações de Marques e Frade (2003), pois, mesmo apurando um aumento no endividamento, principalmente no cartão de crédito, não se pode afirmar que tenha

**Tabela 6 – Nível de endividamento dos servidores antes e durante o cenário da pandemia da Covid-19**

Nível	Antes (%)	Durante (%)
Muito baixo	18,15%	18,45%
Baixo	13,69%	12,80%
Médio	24,40%	14,29%
Alto	26,79%	24,40%
Muito alto	16,96%	30,06%

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor, 2022.

**Tabela 7 - Coeficiente de Correlação Pearson e significâncias**

Variáveis	D	M	I	P	N.C.F	E.P.P	E.D.P
<b>Perfil</b>	-	-	-	-	-	-	-
D	<b>1.00</b>	0.67	0.26	-0.28	0.03	0.15	0.12
M	0.67	<b>1.00</b>	0.13	-0.22	0.07	0.15	0.13
I	0.26	0.13	<b>1.00</b>	-0.10	-0.15	0.04	0.05
<b>Variáveis</b>	<b>D</b>	<b>M</b>	<b>I</b>	<b>P</b>	<b>N.C.F</b>	<b>E.P.P</b>	<b>E.D.P</b>
P	-0.28	-0.22	-0.10	<b>1.00</b>	0.09	-0.32	-0.36
<b>Nível de conhecimento financeiro</b>	-	-	-	-	-	-	-
N.C.F	0.03	0.07	-0.15	0.09	<b>1.00</b>	<b>-0.09</b>	<b>-0.11</b>
<b>Nível de endividamento</b>	-	-	-	-	-	-	-
E.P.P	0.15	0.15	0.04	-0.32	-0.09	<b>1.00</b>	<b>0.82</b>
E.D.P	0.12	0.13	0.05	-0.36	-0.11	0.82	<b>1.00</b>

Legenda: Dependentes (D); Número de moradores na mesma residência (M); Idade (I); Pessoas que poupam (P); Nível de conhecimento financeiro (N.C.F); Grau de endividamento pré-pandemia (E.P.P); Grau de endividamento no decorrer da pandemia (E.D.P). (É importante ressaltar que, para a variável "Pessoas que poupam", foram adotados valores binários, sendo considerado 0 quando o indivíduo não poupa e 1 quando o indivíduo poupa.)

Fonte: Dados da pesquisa. \*Significativo a 5%.

sido por mau uso do mesmo, mas sim pelas mudanças financeiras que ocorreram no mundo por causa da pandemia, corroborando o estudo de Fiorentini (2004) sobre as formas de se endividar.

#### 4.4 Análise da relação entre variáveis

Esta seção aborda as associações existentes entre as variáveis coletadas no presente estudo. Para medir a correlação positiva ou negativa das variáveis confrontadas, foi calculado o coeficiente de Pearson. Segundo Hair, Anderson, Tatham e Black (2005), o coeficiente de correlação mede a força de associação entre duas variáveis numéricas. Os valores indicam a força da associação entre as variáveis, sendo:

- Valores menores que 0,20 indicam correlações leves (quase imperceptíveis);

- Valores entre 0,21 e 0,40 indicam correlação pequena, mas definida;
- Valores entre 0,41 e 0,70 indicam correlação moderada;
- Valores entre ,71 e 0,90 indicam correlação elevada; e
- Valores acima de 0,90 indicam associação muito forte.

A Tabela 7 apresenta alguns resultados do Teste de Correlação de Pearson. As variáveis de nível de conhecimento financeiro e nível de endividamento anterior e no decurso pandemia foram correlacionadas, como proposto no objetivo principal deste estudo. A correlação apresentou-se como leve (quase imperceptível) e negativa, em ambos os casos. Constatou-se o valor resultante entre o teste de correlação -0.09 para as variáveis nível de conhecimento financeiro e endividamento pré-pandemia, e -0.11 para as variáveis nível de conhecimento financeiro e endividamento no decurso da pandemia.

Ainda na Tabela 7, é possível observar uma correlação pequena, mas definida e negativa, entre o endividamento pré-pandemia e pessoas que poupam (-0.32). Caso semelhante ocorreu entre endividamento no decurso da pandemia e pessoas que poupam (-0.36). Isso indica que, quanto mais o indivíduo poupa, menor é seu nível de endividamento. Curiosamente, a correlação entre pessoas que poupam e nível de conhecimento financeiro apresentou-se como leve, quase imperceptível (0.09).

## 5. Conclusão

A pesquisa buscou verificar a relação entre o nível de conhecimento financeiro e o nível de endividamento dos servidores da IES. Para isso, foram considerados dois cenários distintos: o primeiro cenário anterior ao início da pandemia, e o segundo considera o cenário de pandemia ocasionada pela doença respiratória aguda causada pelo coronavírus.

A fim de alcançar o objetivo, foram aplicados questionários de forma digital aos servidores da Universidade Federal do Espírito Santo, o que resultou no total de 336 respostas apropriadas para análise. Quanto ao perfil dos servidores, verificou-se que 54,46% são do gênero feminino, têm idade média entre 31 e 50

anos, e o salário predomina entre as faixas de R\$ 2.500,01 a 5.000,00, em 28,87%, e mais de R\$ 10.000,00, em 26,49%. Constatou-se também que 97,33% dos participantes possuem formação igual ou superior a uma graduação, além de serem, em grande maioria, casados e sem filhos ou com pelo menos um filho.

Tal perfil pode ser explicado pelo fato de que todos os participantes possuem vínculo efetivo em uma instituição de ensino superior federal, e têm, como diferenciais para a possibilidade de melhor planejamento financeiro, a estabilidade funcional e a remuneração, tendo em vista que a média do Espírito Santo, em 2020 era de 3,9 salários mínimos (IBGE, 2020).

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e do uso do coeficiente de Pearson. Os autores dispuseram um teste e propuseram um sistema de pontuação baseado no conceito explorado em cada questão, com intuito de mensurar o nível de conhecimento dos servidores.

Em um primeiro momento, verificou-se que 74,11% dos servidores possuem um nível de conhecimento financeiro alto ou muito alto, divergindo dos resultados encontrados por Jubini, Balbino e Bessa (2017); porém, deve-se destacar que as métricas utilizadas pelos citados autores foram diferentes, mas corroboram os achados de Silva e Gomes (2018).

Ainda sobre o conhecimento financeiro, destaca-se que os resultados indicam que homens possuem um maior nível de conhecimento financeiro em comparação às mulheres. Observou-se também que os homens se declaram mais seguros com relação a suas finanças.

Buscou-se, também, apurar o nível de endividamento dos entrevistados. Antes do cenário de pandemia, cerca de 43,75% dos servidores estavam classificados como nível de endividamento alto ou muito alto; porém, quando se considera o cenário de pandemia, 44,94% dos respondentes sofrem com um aumento no grau de endividamento. Neste novo cenário, 54,46% dos respondentes passam a ser classificados como nível de endividamento alto ou muito alto.

Por fim, procurou-se estabelecer a correlação entre o nível de conhecimento financeiro e o nível de endividamento dos servidores, por meio do coeficiente de Pearson. O resultado foi uma correlação leve (quase imperceptível) e negativa em ambos os cenários. Conclui-se que o nível de conhecimento financeiro não influencia a condição de menores riscos de endividamento.

Sugere-se que novas pesquisas sejam desenvolvidas para identificar a influência de fatores comportamentais no nível de endividamento, levando em consideração, também, o nível de conhecimento financeiro.

## Referências

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 7 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

BRASIL 1988: BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMARGO, C. *Planejamento Financeiro Pessoal e Decisões Financeiras Organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

CERBASSI, G. *Casais inteligentes enriquecem juntos*. São Paulo: Gente, 2004.

- DINIZ, T. et al. *Estabilidade no Emprego e o Comportamento do Servidor Público Municipal*. Resende, RJ. Dissertação. 2012.
- FIORENTINI, S. R. B., Ed. *Inadimplência: como evitar e resolver*. Sebrae, 2004
- FRANKENBERG, Louis. *Seu Futuro Financeiro: você é o maior responsável*. Gulf Professional Publishing, 1999.
- GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HAIR, J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L. & BLACK, W. *Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- IBGE. Salário médio mensal. Cadastro Central das Empresas. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vitoria/pesquisa/19/29765?tipo=ranking&indicador=29765>>.
- JUBINI, Taís da Rocha Sousa; DE SOUSA BALBINO, José Mauro; BESSA, Lucas Marin. *Finanças Pessoais: uma pesquisa com servidores de uma instituição de ensino pública federal*. Revista Científica Intelletto, v. 2, n. 1, 2017.
- LIZOTE, Suzete Antonieta et al. *Finanças Pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma Instituição de Ensino Superior*. Revista da UNIFEFE, v. 1, n. 19, 2017.
- LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. *A influência da Educação Financeira nas Decisões de Consumo e Investimento dos Indivíduos*. IN IX SEMEAD, 2006
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. *Financial Literacy and Retirement Planning in the United States*. Journal of Pension Economics and Finance, 2011.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARQUES E FRADE 2003: MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. *Regular o Sobre-Endividamento*. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.
- MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan; LOPES, Taize de Andrade Machado. *Finanças pessoais: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria-RS*. Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, v. 7, n. 2, 2014.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA: *Nota Informativa: o coronavírus e seu impacto econômico no Brasil*. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-informativa-coronavirus.pdf>. Acesso em 16 mar. 2021.
- MIRANDA, Rhayane Aparecida Ferreira; LEAL, Edvalda Araújo; ARAÚJO, Tamires Sousa. *Finanças Pessoais: um estudo das associações entre o conhecimento sobre finanças e as características dos estudantes universitários da área de negócios*. In: CONGRESSO ANPCONT. 2017
- ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *OECD's Financial Education Project*. Assessoria de Comunicação Social, 2004.
- PINHEIRO, R. P. *Educação Financeira e Previdenciária: a nova fronteira dos fundos de pensão*. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.
- PIRES, Valdemir. *Finanças Pessoais: fundamentos e dicas*. Piracicaba: Editora Equilíbrio, 2006.
- POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; PARABONI, Ana Luíza. *O que Influencia a Alfabetização Financeira dos Estudantes Universitários. XII Seminários em Administração*, 2013.
- POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. *Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas*. Revista Contabilidade & Finanças-USP, 2015.
- SILVA, Jadson Santos; GOMES, Ana Karla de Lucena Justino. *Educação e Planejamento Financeiro: um estudo com servidores de uma instituição de ensino superior pública*. Refas-Revista Fatec Zona Sul, 2018.
- SILVA, Rogério; TEIXEIRA, Arilda; BEIRUTH, Aziz Xavier. *Finanças Pessoais e Educação Financeira: o perfil dos servidores públicos de um município do Centro-Oeste brasileiro*. Revista Unemat de contabilidade, 2016.
- TÁVORA, Fernando Lagares. *Impactos do Novo Coronavírus (Covid-19) no Agronegócio brasileiro*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2020.



	Number	IQ	Time	Deliver	Mode
	1	122	122	123	1
	2	123	123	124	2
	3	124	124	125	3
	4	125	125	126	4
	5	126	126	127	5
	6	127	127	128	6
	7	128	128	129	7
	8	129	129	130	8
	9	130	130	131	9
	10	131	131	132	10
	11	132	132	133	11
	12	133	133	134	12
	13	134	134	135	13
	14	135	135	136	14
	15	136	136	137	15
	16	137	137	138	16
	17	138	138	139	17
	18	139	139	140	18
	19	140	140	141	19
	20	141	141	142	20
	21	142	142	143	21
	22	143	143	144	22
	23	144	144	145	23
	24	145	145	146	24
	25	146	146	147	25
	26	147	147	148	26
	27	148	148	149	27
	28	149	149	150	28
	29	150	150	151	29
	30	151	151	152	30
	31	152	152	153	31
	32	153	153	154	32
	33	154	154	155	33
	34	155	155	156	34
	35	156	156	157	35
	36	157	157	158	36
	37	158	158	159	37
	38	159	159	160	38
	39	160	160	161	39
	40	161	161	162	40
	41	162	162	163	41
	42	163	163	164	42
	43	164	164	165	43
	44	165	165	166	44
	45	166	166	167	45
	46	167	167	168	46
	47	168	168	169	47
	48	169	169	170	48
	49	170	170	171	49
	50	171	171	172	50

# Associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira: uma revisão integrativa

Com o crescente mercado financeiro, surge a busca por mais conhecimentos financeiros para poder tomar as melhores decisões sobre novos produtos e serviços financeiros. Uma maneira de adquirir esses conhecimentos é por meio da educação financeira, que também contribuirá para uma boa alfabetização financeira. Nesse contexto, esse artigo tem como objetivo fazer uma revisão integrativa da literatura para identificar qual é a associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira. Para atingir o objetivo, foi realizada uma pesquisa na base de dados *Web of Science* (WOS), dos quais foram escolhidos 10 artigos para o estudo. Os documentos foram sistematizados quanto aos objetivos; às abordagens teóricas; aos métodos utilizados; às críticas sobre os programas de educação financeira, de alfabetização financeira e de sua mensuração; às conclusões e propostas de pesquisas futuras. Os resultados apresentam que os programas de educação financeira aumentam os conhecimentos financeiros, além de contribuírem para outros fatores, e que as medidas criadas para mensurar a alfabetização financeira são eficazes. Assim, a educação financeira contribui para o aumento de conhecimento financeiro – que, por sua vez, influencia a atitude e impacta o comportamento financeiro e, juntos, contribuem para uma boa alfabetização financeira.

## André Luiz Medeiros

Graduado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (Ufla), é mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Itajubá (Unifei) e doutor em Administração pela Ufla. Atua como professor efetivo da Unifei.  
*E-mail:* andremedeiros@unifei.edu.br

## Andréa Aparecida da Costa Mineiro

Possui graduação em Administração, mestrado em Engenharia de Produção e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Líder de vários temas na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), e autora de diversos trabalhos.  
*E-mail:* andreamineiro@unifei.edu.br

## Juliana Lima de Rezende Guida

Possui graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (2008) e especialização e Gestão Pública pela Faculdade do Noroeste de Minas – Finom (2010). Aluna do Mestrado Profissional em Administração pela Universidade Federal de Itajubá (Unifei).  
*E-mail:* julimarezende@gmail.com

## Victor Eduardo de Mello Valerio

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011), possui mestrado e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Itajubá. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Itajubá no Instituto de Engenharia de Produção e Gestão.  
*E-mail:* victor.dmv@unifei.edu.br

## 1. Introdução

Com o mercado financeiro em ascensão, surgem novos produtos e serviços financeiros que demandam um maior conhecimento, seja na hora de procurar algum empréstimo ou aplicar o dinheiro poupado (JOBIM; LOSEKANN, 2015). E, sem um conhecimento dos conceitos financeiros básicos, os indivíduos não conseguirão tomar decisões relacionadas à gestão dos recursos financeiros de maneira correta (KLAPPER; LUSARDI; OUDDHEUSDEN, 2015).

O conhecimento financeiro é a base essencial da educação financeira. Já a alfabetização financeira, além de abranger o conhecimento, também envolve mais dois aspectos: o comportamento e a atitude financeira das pessoas. É necessário compreender que o termo alfabetização financeira é diferente do termo educação financeira; se utilizados como sinônimos, podem gerar transtornos, visto que a alfabetização financeira vai além da educação financeira (POTRICH et al., 2016).

De acordo com Goyal e Kumar (2020), a alfabetização financeira prepara os indivíduos para gerir suas finanças de maneira que consigam controlar suas despesas do dia a dia, manter uma reserva de emergência, programar a educação dos filhos e aproveitar para curtir a aposentadoria.

Já a educação financeira é o meio de adquirir conhecimentos e informações necessários a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade (BCB, 2013). E, para Huston (2010), a educação financeira é essencial para aumentar o conhecimento financeiro e, assim, contribuir para uma boa alfabetização financeira.

Diante do exposto, é necessário entender qual é a associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeí-

ra. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é fazer uma revisão integrativa da literatura, para identificar qual é a associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira. Para tanto, foram selecionados 10 artigos, a serem sistematizados de forma a se analisar os objetivos da pesquisa; as abordagens teóricas mencionadas; o método utilizado; as críticas sobre os programas de educação financeira, da alfabetização financeira e de sua mensuração; as conclusões e propostas de pesquisas futuras.

O trabalho, além da introdução, está estruturado em mais quatro seções. Na primeira, foi abordada a literatura sobre conhecimento financeiro, educação e alfabetização financeira. Na segunda, descreveu-se os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa, baseados em uma revisão integrativa. Na terceira, mencionou-se os resultados encontrados; e, na última seção, foram relatadas as considerações finais, contribuições, limitações e sugestões de estudos futuros.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Conhecimento financeiro

A busca pelo conhecimento é cada vez mais imprescindível na vida das pessoas, uma vez que elas precisam tomar decisões de forma consciente quanto às suas finanças pessoais. Com o mercado financeiro em constante evolução e com diversidade de produtos, o conhecimento financeiro é essencial para contribuir para o processo decisório (MENDES, 2021).

O conhecimento financeiro geralmente é mensurado por meio de perguntas que são assinaladas como certas ou incorretas. Quanto mais respostas corretas, maior será o conhecimento financeiro (ROTHWELL; WU, 2019). A Organização



de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) possui, em seu questionário, perguntas de conhecimento financeiro capazes de demonstrar, de uma maneira geral, qual é o nível de conhecimento básico que a pessoa possui, e sua capacidade de adquirir informações financeiras e responder a questões específicas (OCDE, 2016).

De acordo com a OCDE (2016), o conhecimento financeiro é um elemento essencial da educação financeira, pois ajuda os indivíduos a equiparar os produtos e serviços financeiros e a tomar as decisões certas. O conhecimento necessário de termos financeiros e a aptidão de colocar as habilidades de matemática em prática em uma situação financeira fazem com que as pessoas ajam com segurança para gerir suas finanças e, assim, não deixem que notícias ruins impactem seu bem-estar financeiro.

As autoras Lusardi e Mitchell (2014) frisam que o conhecimento financeiro é imprescindível – tanto na vida profissional das pessoas quanto na aposentadoria, em relação à tomada de decisões sobre empréstimo, poupança e investimento.

“Possuir conhecimentos e habilidades financeiros tem se tornado cada vez mais essencial, devido à complexidade dos produtos financeiros, o que exige dos consumidores maiores responsabilidades financeiras.”

## 2.2 Educação financeira

A educação financeira não responde somente a aprender a economizar, reduzir despesas, guardar e acumular dinheiro, mas também vai muito além disso (TEIXEIRA, 2015). De acordo com o mesmo autor, por meio da educação financeira, é possível ter uma melhor qualidade de vida, tanto no presente como no futuro, de maneira a obter uma segurança financeira nos momentos de imprevistos.

De acordo com Huston (2010), a educação financeira é uma ferramenta que tem como objetivo aumentar o capital humano de um indivíduo, ou seja, aumentar o conhecimento financeiro. Um mecanismo bem construído de educação financeira, que mensura de forma correta o conhecimento e a utilização de finanças pessoais, colabora para enfatizar a importância da educação financeira em relação ao aumento do capital humano, de forma a melhorar o bem-estar financeiro das pessoas.

A educação financeira pode ser definida, de acordo com a OCDE, como o processo pelo qual as pessoas conseguem melhorar seus entendimentos sobre os conceitos e produtos utilizados no mercado financeiro. Por meio dos conhecimentos adquiridos, elas serão capa-

zes de analisar melhores os riscos financeiros e tomarem decisões mais sábias, melhorando, assim, sua vida financeira (ENEF, 2021).

Com a expansão dos programas de educação financeira nos últimos dez anos, os estudos sobre a eficiência dessas iniciativas também aumentaram (WALSTAD; REBECK; MACDONALD, 2010).

Possuir conhecimentos e habilidades financeiros tem se tornado cada vez mais essencial, devido à complexidade dos produtos financeiros, o que exige dos consumidores maiores responsabilidades financeiras. Com isso, os ambientes escolares são frequentemente citados como um meio de oferecer a educação financeira para os alunos. Porém, as pesquisas que evidenciam impactos positivos de educação financeira ainda relatam que existem *insights* restringidos (BATTY; COLLINS; ODDERS-WHITE, 2014).

O estudo sobre educação financeira deveria ser abordado com alunos do ensino fundamental, contribuindo, assim, para o crescimento dos conhecimentos financeiros ao longo da vida. Ensinar crianças gera mais benefícios, já que o ensino começa do zero e as pessoas nessa faixa etária não possuem hábitos negativos ou influência dos pais. Todavia, existem

poucos estudos sobre a eficiência dos programas de educação financeira tendo como público-alvo alunos do ensino fundamental (BATTY; COLLINS; ODDERS-WHITE, 2014). Já para Johan, Rowlingson e Appleyard (2020), hábitos financeiros positivos podem ser desenvolvidos pelos jovens por meio de conversa com os pais sobre assuntos financeiros.

Os autores Walstad, Rebeck e Macdonald (2010); Batty, Collins e Odders-White (2014); Rothwell e Wu (2019); e Johan, Rowlingson e Appleyard (2020) procuraram investigar se, com o programa de educação financeira, os conhecimentos financeiros aumentavam. Porém, Rothwell e Wu (2019) não puderam chegar à conclusão de que o programa de educação financeira é eficaz ou aumentou o conhecimento financeiro, visto que foram analisados dados de outra pesquisa. Os demais autores concluíram que o programa foi eficiente em relação ao aumento do conhecimento financeiro.

Para se ter uma vida financeira mais tranquila e equilibrada, é necessário colocar em prática o conhecimento adquirido em educação financeira, de modo a contribuir para uma melhor administração das finanças pessoais (BCB, 2013).

A educação financeira deveria abordar também a habilidade financeira e autoeficácia em adquirir e utilizar os conhecimentos financeiros, para que, juntos, melhorem a tomada de decisões financeiras dos indivíduos – e não apenas foquem no termo conhecimento financeiro como a única maneira de contribuir para a alfabetização financeira (WARMATH; ZIMMERMAN, 2019).

Assim, a educação financeira é uma ação contínua na vida das pessoas, devido à necessidade de adquirir novos conhecimentos financeiros, tendo em vista a constante mudança dos produtos financeiros. Desse modo, os adultos conseguem se manter informados e atualizados mediante o complexo mercado financeiro, e as crianças e os jovens, preparadas para compreender o mundo financeiro (JOHAN; ROWLINGSON; APPLEYARD, 2020).

### 2.3 Alfabetização financeira

O conhecimento financeiro tem sido utilizado por alguns estudiosos apenas como um elemento da alfabetização financeira e, por isso, é considerado como uma das dificuldades que se tem de conceituar o termo alfabetização financeira (KNOLL; HOUTS, 2010).

Embora haja vários conceitos sobre alfabetização financeira, a maior parte descreve que é a capacidade de interpretar e analisar as informações financeiras, as quais são essenciais na hora de tomar decisões de maneira consciente, de modo a obter um melhor futuro em relação à administração das finanças pessoais (POTRICH et al. 2016).

Já para a OECD/INFE (2018), a alfabetização financeira é definida como a junção de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento – aspectos essenciais na hora de tomar as decisões de maneira consciente e, assim, conseguir uma vida financeiramente melhor.

Para Amagir et al. (2020), a alfabetização financeira pode ser definida como a união dos seguintes componentes: conhecimento financeiro, atitudes financeiras, autoeficácia financeira e comportamento financeiro. Juntos, esses fatores influenciam a tomada de decisões financeiras.

De acordo com Lusardi (2019), as pessoas estão vivendo mais, estão mais propensas a novos produtos financeiros e estão tomando mais decisões financeiras no decorrer da vida; porém, o nível de alfabetização financeira é baixo no mundo inteiro, ainda mais nos grupos vulneráveis da sociedade. Com essa realidade, melhorar o nível de alfabetização financeira deveria ser prioridade dos governos.

Segundo a OCDE (2016), nos últimos dez anos, foram realizadas várias pesquisas para mensurar o nível de alfabetização financeira em diversos países. A

OCDE e a Rede Internacional de Educação Financeira (INFE) tiveram a iniciativa de mensurar a alfabetização financeira dos indivíduos adultos e, com isso, têm cooperado com outras pesquisas, mediante um questionário com questões sobre conhecimentos, atitudes e

comportamentos financeiros. A aplicação de um questionário comum entre diversos países facilita a comparação dos dados, além de possibilitar o estudo dos fatores sociodemográficos, entre outros.

Porém, para Knoll e Houts (2010), como o estudo da alfabetização financeira é recente no campo da pesquisa, não existe uma medida padronizada para mensurá-la. Isso não quer dizer que não existe uma consistência na maneira como a alfabetização financeira foi mensurada na teoria e na prática. Annamaria Lusardi e Olivia Mitchell são algumas das autoras mais citadas em estudos recentes de alfabetização financeira. As questões utilizadas por elas têm sido adotadas em vários estudos (KNOLL; HOUTS (2010).

Para Fessler, Silgoner e Weber (2019), o contexto descrito pela OCDE quanto à alfabetização financeira é muito apropriado, pois foca não somente o conhecimento financeiro, mas também as atitudes financeiras e o comportamento financeiro – que, juntos, são fatores para o bem-estar financeiro. Esses componentes agrupados podem ser a maneira de inovar a educação financeira, ao preencher as lacunas do conhecimento financeiro e, assim, contribuir para um comportamento financeiro positivo e ajudar famílias em condições vulneráveis.

Desse modo, a alfabetização financeira deveria ser considerada como uma escala formativa de conhecimento financeiro, habilidade e autoeficácia – a serem utilizados como componentes da alfabetização financeira. Essa escala pode ajudar pesquisas futuras a inovar o ensino da educação financeira, de modo que não foque somente o aumento do conhecimento financeiro por meio de programas de educação financeira (WARMATH; ZIMMERMAN, 2019).



“A partir do momento que se define o objetivo geral da pesquisa, é preciso fazer uma revisão da literatura. Diversos métodos podem ser utilizados na revisão bibliográfica, com a finalidade de sintetizar os conhecimentos de determinado assunto, mediante pesquisas realizadas anteriormente.”

### 3. Procedimentos Metodológicos

A partir do momento que se define o objetivo geral da pesquisa, é preciso fazer uma revisão da literatura. Diversos métodos podem ser utilizados na revisão bibliográfica, com a finalidade de sintetizar os conhecimentos de determinado assunto, mediante pesquisas realizadas anteriormente (MEDINA; PAILAQUILÉN, 2010). Um deles é a revisão sistemática, que tem como finalidade buscar na literatura as abordagens relevantes sobre o assunto, de acordo com o objetivo do estudo, por meio de métodos explícitos e organizados para fazer a coleta e a análise do referencial teórico que será utilizado na revisão (MEDINA; PAILAQUILÉN, 2010; BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

A revisão bibliográfica sistemática pode ser dividida em meta-análise, sistemática, qualitativa e integrativa (WHITTEMORE e KNAFL, 2005; MEDINA; PAILAQUILÉN, 2010; BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). Nesse estudo, será utilizada a revisão integrativa, com a finalidade de atingir o objetivo proposto sobre qual a associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira.

A revisão integrativa permite fazer a síntese de diversos estudos empíricos e teóricos já publicados, a fim de adquirir uma maior compreensão de um assunto específico. Por intermédio dela, é possível relatar as principais abordagens utilizadas, quais foram os resultados encontrados e apontar lacunas para estudos futuros (WHITTEMORE; KNAFL, 2005; BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Para a realização da revisão integrativa desta pesquisa, adotou-se os cinco passos propostos por Whittemore e Knafl (2005): identificação do problema da pesquisa; pesquisa literária; seleção dos artigos; análise dos artigos; e apresentação dos resultados.

Etapa 1 – Identificação do problema da pesquisa: esta etapa busca compreender o foco da pesquisa, de maneira a conduzir os critérios de buscas. Neste momento, é identificado o problema da pesquisa, de modo claro e objetivo. Nesse sentido, para o desenvolvimento desta pesquisa, procurou-se entender a associação existente entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira.

Etapa 2 – Pesquisa literária: esta etapa visa identificar a literatura relevante sobre a questão de pesquisa, de maneira a obter uma amostra com maior abrangência, visando rigor, eficiência e autenticidade aos resultados encontrados. Os artigos foram pesquisados na base internacional de dados *Web of Science* (WOS). As palavras utilizadas para a seleção de estudos foram: *financial literacy\**, *financial education\** e *knowledge\**, no campo Título. Para abranger a busca por termos similares, foi utilizado o caractere de truncagem (\*). Foram considerados todos os anos de publicação até o presente momento. Ao todo, foram encontrados 54 artigos.



Etapa 3 – Seleção dos artigos: com o intuito de escolher os artigos mais adequados ao problema da pesquisa e de maneira a obter consistência dos dados, nesta fase são definidos os parâmetros de inclusão e exclusão dos trabalhos. Adotou-se os seguintes parâmetros de inclusão: somente artigos publicados em periódicos (10 excluídos); áreas relacionadas a economia, negócio, finanças empresariais e gestão (16 excluídos); idioma: inglês (2 excluídos); acessibilidade (3 excluídos); enquadramento na temática, quando analisados título e resumo (7 excluídos). Assim, restaram 16 artigos. Deste total, foram selecionados os 10 artigos mais citados para leitura na integralidade, conforme relacionado no Quadro 1.

Etapa 4 – Análise dos artigos: nesta fase, os dados coletados de modo qualitativo são resumidos, analisados e ordenados conforme o objetivo da pesquisa. Para facilitar a sintetização dos artigos, foi utilizado o *software* Microsoft Excel®. Nesta etapa, foram feitas as análises gerais dos artigos – o que inclui avaliação de fatores como título, nome dos autores, local e ano da publicação, objetivos, teorias utilizadas, procedimentos metodológicos adotados, local de estudo, maneira como os dados foram coletados e analisados, críticas aos programas de educação financeira e mensuração da alfabetização financeira, e considerações finais. Após a coleta dos dados, os resultados foram agrupados de acordo com os objetivos da pesquisa; principais fundamentos teóricos; procedimentos metodológicos utilizados; críticas aos programas de educação financeira, da alfabetização financeira e de sua mensuração; conclusões e resumo para propostas futuras.

Etapa 5 – Apresentação dos resultados: após a análise dos arti-

Quadro 1 – Os 10 artigos selecionados para a revisão integrativa

	Artigos selecionados	Citações
1	WALSTAD, William B.; REBECK, Ken; MACDONALD, Richard A. The Effects of Financial Education on the Financial Knowledge of High School Students. <i>Journal Of Consumer Affairs</i> , [S.L.], v. 44, n. 2, p. 336-357, jun. 2010. Wiley. <a href="http://dx.doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01172.x">http://dx.doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01172.x</a> .	95
2	KNOLL, Melissa A. Z.; HOUTS, Carrie R. The Financial Knowledge Scale: an application of item response theory to the assessment of financial literacy. <i>Journal Of Consumer Affairs</i> , [S.L.], v. 46, n. 3, p. 381-410, 30 ago. 2012. Wiley. <a href="http://dx.doi.org/10.1111/j.1745-6606.2012.01241.x">http://dx.doi.org/10.1111/j.1745-6606.2012.01241.x</a> .	70
3	BATTY, Michael; COLLINS, J. Michael; ODDERS-WHITE, Elizabeth. Experimental Evidence on the Effects of Financial Education on Elementary School Students' Knowledge, Behavior, and Attitudes. <i>Journal Of Consumer Affairs</i> , [S.L.], v. 49, n. 1, p. 69-96, 29 dez. 2014. Wiley. <a href="http://dx.doi.org/10.1111/joca.12058">http://dx.doi.org/10.1111/joca.12058</a> .	56
4	WARMATH, Dee; ZIMMERMAN, David. Financial Literacy as More than Knowledge: the development of a formative scale through the lens of bloom's domains of knowledge. <i>Journal Of Consumer Affairs</i> , [S.L.], v. 53, n. 4, p. 1602-1629, 14 out. 2019. Wiley. <a href="http://dx.doi.org/10.1111/joca.12286">http://dx.doi.org/10.1111/joca.12286</a> .	18
5	ROTHWELL, David W.; WU, Shiyu. Exploring the Relationship between Financial Education and Financial Knowledge and Efficacy: evidence from the canadian financial capability survey. <i>Journal Of Consumer Affairs</i> , [S.L.], v. 53, n. 4, p. 1725-1747, jul. 2019. Wiley. <a href="http://dx.doi.org/10.1111/joca.12259">http://dx.doi.org/10.1111/joca.12259</a> .	8
6	JOHAN, Irni; ROWLINGSON, Karen; APPELYARD, Lindsey. The Effect of Personal Finance Education on The Financial Knowledge, Attitudes and Behaviour of University Students in Indonesia. <i>Journal Of Family And Economic Issues</i> , [S.L.], v. 42, n. 2, p. 351-367, 18 nov. 2020. Springer Science and Business Media LLC. <a href="http://dx.doi.org/10.1007/s10834-020-09721-9">http://dx.doi.org/10.1007/s10834-020-09721-9</a> .	6
7	FESSLER, Pirmin; SILGONER, Maria; WEBER, Rosa. Financial knowledge, attitude and behavior: evidence from the austrian survey of financial literacy. <i>Empirica</i> , [S.L.], v. 47, n. 4, p. 929-947, 27 set. 2019. Springer Science and Business Media LLC. <a href="http://dx.doi.org/10.1007/s10663-019-09465-2">http://dx.doi.org/10.1007/s10663-019-09465-2</a> .	6
8	AMAGIR, Aisa; GROOT, Wim; BRINK, Henriëtte Maassen van Den; WILSCHUT, Arie. Financial literacy of high school students in the Netherlands: knowledge, attitudes, self-efficacy, and behavior. <i>International Review Of Economics Education</i> , [S.L.], v. 34, p. 100185, jun. 2020. Elsevier BV. <a href="http://dx.doi.org/10.1016/j.iree.2020.100185">http://dx.doi.org/10.1016/j.iree.2020.100185</a> .	5
9	RAMALHO, Thiago Borges; FORTE, Denis. Financial literacy in Brazil – do knowledge and self-confidence relate with behavior? <i>Rausp Management Journal</i> , [S.L.], v. 54, n. 1, p. 77-95, 11 fev. 2019. Emerald. <a href="http://dx.doi.org/10.1108/rausp-04-2018-0008">http://dx.doi.org/10.1108/rausp-04-2018-0008</a> .	5
10	GILL, Andrew; BHATTACHARYA, Radha. The effects of a financial literacy intervention on the financial and economic knowledge of high school students. <i>The Journal Of Economic Education</i> , [S.L.], v. 50, n. 3, p. 215-229, 3 jun. 2019. Informa UK Limited. <a href="http://dx.doi.org/10.1080/00220485.2019.1618761">http://dx.doi.org/10.1080/00220485.2019.1618761</a> .	4

Fonte: Elaborado pelos autores.

gos, o aprofundamento sobre o assunto e a comparação entre os estudos, os resultados foram agrupados, conforme a Etapa 4, e descritos, com a finalidade de contribuir para lacunas existentes sobre o tema.



Com o intuito de enfatizar os cinco passos de Whittemore e Knafel (2005), o Quadro 2 sintetiza as etapas metodológicas.

Mediante o quadro anterior, foi possível obter uma síntese dos cinco passos de Whittemore e Knafel (2005), utilizados para realizar a revisão integrativa dos estudos.

#### 4. Resultados

Os resultados foram organizados de acordo com os objetivos da pesquisa; os principais fundamentos teóricos; os procedimentos metodológicos utilizados; as críticas aos programas de educação financeira e mensuração da alfabetização financeira; as conclusões e o resumo para propostas futuras.

Os objetivos das pesquisas norteiam a compreensão da importância da educação financeira como uma ferramenta de aumentar os conhecimentos financeiros e mensurar a alfabetização financeira das pessoas. Walstad, Rebeck e Macdonald (2010) avaliaram se os materiais do *Financing Your Future* (FYF) utilizados na aula colaboraram no aumento do conhecimento dos alunos sobre finanças pessoais. Já Batty, Collins e Odders-White (2014) buscaram entender se, de fato, a educação financeira impacta o conhecimento financeiro dos alunos do ensino fundamental e se colabora em relação a mudanças na atitude financeira e no comportamento financeiro. Os autores Johan, Rowlingson e Appleyard (2020) mensuraram a capacidade financeira dos alunos da Universidade IPB da Indonésia. Rothwell e Wu (2019) analisaram dados de uma pesquisa e compararam resultados de quem participou e quem não participou do programa de educação financeira, para avaliar os conhecimentos subjetivo e objetivo e a autoeficácia financeira. No estudo feito por Fessler, Silgoner, Weber (2019),

#### Quadro 2 – Síntese das etapas metodológicas

<b>Identificação do problema da pesquisa</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Qual é a associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira?</li> </ul>
<b>Pesquisa literária</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Termos utilizados no campo Título: financial literacy*, financial education* e knowledge*</li> <li>Base: WOS</li> <li>Seleção Inicial: 54 artigos</li> </ul>
<b>Seleção dos artigos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Critérios de exclusão dos artigos: somente artigos publicados em periódicos; áreas relacionadas a economia, negócio, finanças empresariais e gestão; idioma; acessibilidade; enquadramento na temática, quando analisados título e resumo; e seleção dos 10 mais citados.</li> <li>Seleção final: 10 artigos</li> </ul>
<b>Análise dos artigos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Agrupamento dos dados de acordo com: os objetivos da pesquisa; principais fundamentos teóricos; procedimentos metodológicos utilizados; críticas sobre os programas de educação financeira, da alfabetização financeira e de sua mensuração, conclusões e resumo para propostas futuras.</li> </ul>
<b>Apresentação dos resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Foram demonstrados de acordo com o agrupamento dos dados.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores.

foi analisada a relação entre o conhecimento financeiro, as atitudes financeiras e os comportamentos financeiros, utilizando dados de uma pesquisa pronta.

Knoll e Houts (2012) criaram uma medida de alfabetização financeira cujo foco era o conhecimento financeiro. Os autores Warmath e Zimmerman (2019) também criaram uma medida de alfabetização financeira para poder identificar uma melhor definição do termo, baseada na aplicação de métodos de escala formativa. Amagir et. al (2020) investigaram qual componente da alfabetização financeira precisa ser mais aprofundado para colaborar nas decisões financeiras tomadas pelos jovens. Gill e Bhattacharya (2019) verificaram se a alfabetização financeira no ensino médio é eficaz; se o treinamento de alfabetização financeira realmente aumenta o conhecimento financeiro; se a aula de economia oferece noções básicas para gerir decisões sobre orçamento, poupança e investimento; e se, com a aula de educação financeira, perde-se o conhecimento em economia. Ramalho e Forte (2019) investigaram se os modelos utilizados na definição de alfabetização financeira se aplicam de maneira parecida a todos os grupos de pessoas, com diversos conhecimentos financeiros reais e percebidos.

As abordagens teóricas encontradas nas pesquisas apontam para a importância da educação financeira como um meio de aumentar os conhecimentos financeiros. Walstad, Rebeck e Macdonald (2010) abordam as diversas pesquisas feitas para verificar a eficácia dos programas de educação financeira ministrados para os jovens nas escolas. Batty, Collins e Odders-White (2014) relatam que algumas pesquisas enfatizam que o programa de educação financeira impacta o aumento do conhecimento financeiro; porém, pesquisas demonstram que não há impactos significativos em relação ao conhecimento financeiro. Johan, Rowlingson e Appleyard (2020) se basearam em estudos anteriores para retratar que, além do curso de finanças pessoais, outros fatores – como a área de graduação do aluno, o nível de renda, a socialização financeira, a convivência no trabalho e o status socioeconômico – são variáveis que interferem na mensuração da capacidade financeira. Rothwell e Wu (2019) discorrem sobre o conhecimento financeiro; a autoeficácia financeira; os programas de educação financeira e seus impactos; a relação entre idade e gênero, no âmbito do conhecimento financeiro. Fessler, Silgoner e Weber (2019) não contribuíram para a abordagem teórica dos assuntos relatados.

Já outras pesquisas relatam que, na maioria dos estudos, não há uma definição certa de alfabetização financeira, nem um padrão para mensurá-la. Knoll e Houts (2012) mencionam que não há uma definição certa e nem um instrumento eficaz para mensurar a alfabetização financeira. Warmath e Zimmerman (2019) também relatam que não há uma definição geral para a alfabetização financeira – que, segundo os autores, deveria ser considerada como uma escala formativa de conhecimento financeiro, habilidade e autoeficácia. Já na pesquisa de Amagir et. al (2020), a alfabetização financeira é conceituada como a união dos termos conhecimento financeiro, atitudes em combinação com o dinheiro, autoeficácia financeira e comportamento financeiro. Gill e Bhattacharya (2019) também não trouxeram novas colaborações sobre o tema. Ramalho e Forte (2019) abordam que, mesmo com o aumento das pesquisas sobre a alfabetização financeira, não há um consenso sobre a definição do termo; esses pesquisadores também mencionam a relação entre o conhecimento financeiro real e o percebido.

O Quadro 3 sintetiza e demonstra os procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas analisadas.

Por meio do Quadro 3, foi possível ressaltar o método e o instrumento utilizados, o local do estudo e o público-alvo dos artigos avaliados. Com as análises dos artigos, foram encontradas críticas aos programas de educação financeira, de alfabetização financeira e de sua mensuração. Para Walstad, Rebeck e Macdonald (2010), os materiais utilizados com os alunos devem ser claros e objetivos para que os estudantes aprendam o mesmo conteúdo. Os professores precisam ser muito bem treinados para conseguirem utilizar os materiais e ensinar os alunos. Os questionários para medir os conhecimentos adquiridos após

Quadro 3 – Síntese da metodologia utilizada					
	Autores	Metodologia	Instrumento utilizado	Local de estudo	Público-alvo
1	Walstad, Rebeck e Macdonald (2010)	Survey	Questionário	Maryland, Minnesota, Nova York e Texas	Alunos do último ano do ensino médio
2	Knoll e Houts (2012)	Análise de dados obtidos em diversas pesquisas de grande escala, feitas nos Estados Unidos, com pessoas com idade de 18 anos ou mais	-	-	-
3	Batty, Collins e Odders-White (2014)	Survey	Questionário	Distrito de Eau Claire e Amarillo	Alunos de 4º e 5º anos
4	Fessler, Silgoner e Weber (2019)	Análise de dados retirados da Pesquisa Austríaca de Alfabetização Financeira	-	-	-
5	Gill e Bhattacharya (2019)	Survey	Questionário	Califórnia	Alunos do ensino médio
6	Ramalho e Forte (2019)	Análise de dados disponibilizados na pesquisa de Garber e Koyama (2016)	-	-	-
7	Rothwell e Wu (2019)	Análise de dados retirados das pesquisas CFCS 2009 e 2014, no Canadá, com pessoas com idade de 18 anos ou mais	-	-	-
8	Warmath e Zimmerman (2019)	Análise de dados retirados do painel Survey Sampling International, na América do Norte, com pessoas com idade de 18 anos ou mais	-	-	-
9	Amagir et. al (2020)	Survey	Questionário	Holanda	Alunos do ensino médio
10	Johan, Rowlingson e Appleyard (2020)	Survey	Entrevistas	Indonésia	Alunos de graduação

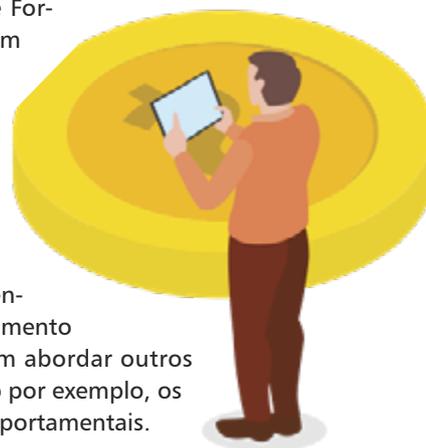
Fonte: Elaborado pelos autores.

o curso devem estar validados e ser confiáveis. É necessário realizar um pré-teste antes e após o curso para a coleta dos dados e, assim, viabilizar a avaliação de mudanças em relação ao conhecimento financeiro. Os dados devem ser analisados por meio de métodos estatísticos apropriados para descobrir se houve alterações significativas nos resultados, além de identificar outros fatores que interferem nos resultados. Batty, Collins e Odders-White (2014)

criticam os programas de educação financeira com foco nos jovens. Essas iniciativas deveriam ser trabalhadas com as crianças, tendo

em vista que elas não possuem hábitos formados e influências familiares e sociais firmados.

Já Ramalho e Forte (2019) fazem crítica aos programas de educação financeira que abordam somente o desenvolvimento do conhecimento financeiro sem abordar outros fatores, como por exemplo, os aspectos comportamentais.



“Gill e Bhattacharya (2019) descobriram que as aulas de alfabetização financeira contribuíram para o aumento do conhecimento financeiro; os autores, porém, não identificaram evidências quanto à eficiência do teste de alfabetização financeira e à perda de conhecimento econômico obtido mediante as aulas de alfabetização financeira.”

De acordo com Knoll e Houts (2012), não existe padrão para mensurar o nível de alfabetização financeira. Cada pesquisa utiliza perguntas diversificadas e, assim, torna-se difícil fazer comparações entre os estudos, pois a medida analisada em um estudo não é a mesma utilizada em outro estudo. Para Warmath e Zimmerman (2019), a alfabetização financeira deveria ser tratada como uma escala formativa de conhecimento, habilidade e autoeficácia – e não somente como uma forma de aumentar o conhecimento financeiro, que é o foco da maioria dos programas de educação financeira. Fessler, Silgoner e Weber (2019) criticam as pontuações definidas pela OCDE em relação ao conhecimento financeiro, à atitude financeira e ao comportamento financeiro, tendo em vista que não leva em conta as diversidades existentes entre os países.

Na sequência, são descritas as principais conclusões a que os autores chegaram ao realizarem suas pesquisas. Walstad, Rebeck e Macdonald (2010) concluíram que o programa de FYF foi eficiente, pois aumentou o conhecimento dos alunos participantes; os autores, porém, não puderam concluir se esse conhecimento ficará retido e por quanto tempo. Já no estudo de Batty, Collins e Odders-White (2014),

os resultados evidenciaram que um bom programa de educação financeira ajuda a aumentar o conhecimento financeiro do grupo participante; identificou-se ainda que os conhecimentos adquiridos são retidos até um ano depois, além de melhorarem a atitude e contribuírem para comportamentos financeiros positivos. Nos estudos de Johan, Rowlingson e Appleyard (2020) os resultados evidenciaram que o curso de educação financeira contribuiu para o aumento do conhecimento financeiro, porém não teve impactos significativos nas atitudes financeiras e no comportamento financeiro. Rothwell e Wu (2019) não puderam afirmar que um programa de educação financeira pode impactar o aumento do conhecimento financeiro e da autoeficácia financeira; vale ressaltar que os autores apresentaram essa conclusão mediante a análise de dados de uma pesquisa pronta. Fessler, Silgoner e Webers (2019) descobriram que resultados positivos de conhecimento e atitude contribuem para o aumento do comportamento financeiro.

De acordo com Knoll e Houts (2012), a medida construída e testada psicometricamente em relação ao item conhecimento financeiro é eficaz e poderá ser utilizada por outros pesquisadores. Warmath e Zim-

merman (2019) acreditam que estudos futuros podem utilizar a medida desenvolvida por eles, baseada em uma escala formativa de conhecimento, habilidade e autoeficácia, para ajudar a melhorar o bem-estar financeiro das pessoas. Em um estudo realizado na Holanda, Amagir et. al (2020) apontam níveis de alfabetização financeira mais baixos entre jovens: de níveis mais baixos no ensino médio; com pouca aptidão em relação a matemática; imigrantes; com baixo status socioeconômico; cuja mãe não possui graduação; e que não abordam assuntos financeiros com a família e colegas. Gill e Bhattacharya (2019) descobriram que as aulas de alfabetização financeira contribuíram para o aumento do conhecimento financeiro; os autores, porém, não identificaram evidências quanto à eficiência do teste de alfabetização financeira e à perda de conhecimento econômico obtido mediante as aulas de alfabetização financeira. Ramalho e Forte (2019) concluíram que o conhecimento financeiro tem aspectos positivos, visto que influencia a autoconfiança – e, juntos, esses dois fatores influenciam o comportamento financeiro de maneira positiva, quando estudada a alfabetização financeira de um grupo de pessoas como um todo.

Porém, o modelo de alfabetização financeira não se aplica a pessoas com pouco conhecimento financeiro e baixa autoconfiança, assim como aquelas com muita ou pouca confiança.

A seguir, o Quadro 4 apresenta uma síntese de propostas para pesquisas futuras, conforme extraído dos artigos analisados.

A Figura 1 sintetiza a associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira.

Mediante os estudos dos artigos e de acordo com Potrich et. al (2016), a Figura 1 representa que, por meio da educação financeira, os conhecimentos financeiros aumentam de maneira que influenciam a atitude financeira, e ambos impactam o comportamento financeiro; todos juntos colaboram para uma boa alfabetização financeira.

Após a análise dos artigos, foi possível identificar que muitos estudos buscaram compreender a eficácia da educação financeira utilizada como uma ferramenta para aumentar o conhecimento financeiro. Nesse aspecto, em relação aos pontos positivos, os programas de educação financeira contribuem para o aumento do conhecimento financeiro, além de contribuir para outros fatores, como a atitude e o comportamento financeiro; porém, não se sabe por quanto tempo esse conhecimento fica retido. Outras pesquisas buscaram criar uma medida de alfabetização financeira e identificar como mensurá-la. As medidas criadas se mostraram eficazes, porém não existe um padrão para mensurar a alfabetização financeira.

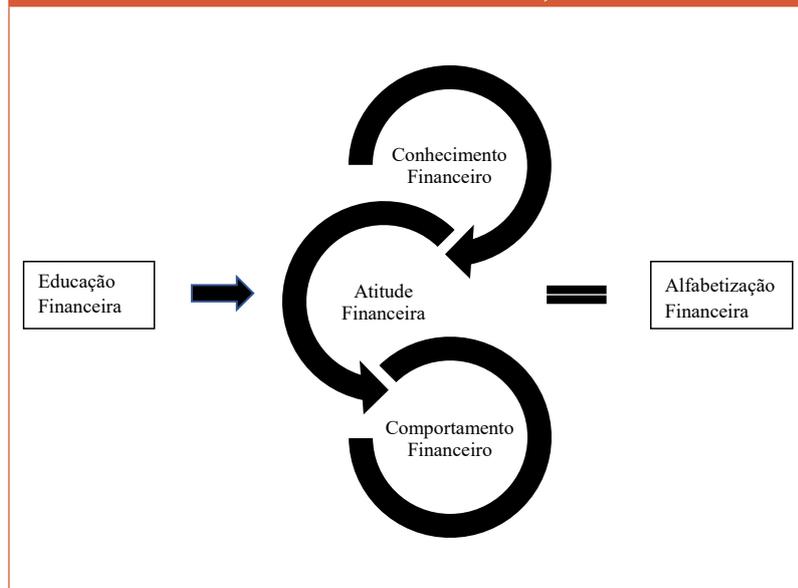
Diante do contexto apresentado, percebe-se a necessidade de ampliar os estudos sobre a educação financeira como um meio de adquirir e aumentar os conhecimentos financeiros, desde que consideradas outras variáveis em conjunto, para que, assim, haja uma boa alfabetização financeira.

Quadro 4 – Síntese de propostas futuras

Propostas futuras	Autores
Conseguir o consentimento dos pais por meio de formulários online quando as pesquisas forem feitas com alunos menores de idade; implementar o curso de educação financeira nas escolas infantis; acompanhar os jovens desde o ensino fundamental até a idade adulta, documentando a educação financeira durante esse período, e tentar fazer mais pesquisas com alunos do ensino fundamental, mediante programas de educação financeira, a fim de verificar os impactos do curso, a curto e longo prazo.	Batty, Collins e Odders-White (2014)
Implementar um tipo de programa de educação financeira que seja mais eficaz para aumentar a capacidade financeira.	Johan, Rowlingson e Appleyard (2020)
Implementar programas de acordo com a idade e o gênero da população, e analisar os impactos da educação financeira na alfabetização financeira.	Rothwell e Wu (2019)
Comparar dados de conhecimento financeiro, atitudes financeiras e comportamentos financeiros extraídos de pesquisas realizadas em países diferentes.	Fessler, Silgoner e Weber (2019)
Criar itens de escala para medir a alfabetização financeira.	Knoll e Houts (2012)
Estudar fatores que afetam a alfabetização financeira.	Warath e Zimmerman (2019)
Realizar mais estudos sobre a autoeficácia financeira dos jovens e verificar se os estilos parentais influenciam na alfabetização financeira dos adolescentes.	Amagir et. al (2020)
Abordar mais estudos com aplicação dos tópicos Gestão do Dinheiro e Investimento Financeiro nas salas de aulas e depois aplicar questionários com mais perguntas testando cada tópico abordado.	Gill e Bhattacharya (2019)
Fazer outras pesquisas para reaplicar o modelo estrutural de alfabetização financeira proposto, utilizando as variáveis Atitude Financeira, Autoconfiança e Comportamento; incluir o componente Autocontrole para verificar a relação entre a atitude financeira e o conhecimento financeiro; e acrescentar as naturezas comportamentais adicionais como variáveis previstas ou para servir de base como referências para novas mensurações de vários grupos.	Ramalho e Forte (2019)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 1 – Síntese da associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira



Fonte: Elaborado pelos autores.

“Os estudos basearam-se em Survey – por meio de questionário e entrevista para a coleta de dados, tendo como público-alvo alunos de ensino fundamental, médio e superior – e também na análise de dados referentes a outros estudos que tiveram como público-alvo adultos com mais de 18 anos.”

## 5. Considerações Finais

Com o surgimento de novos produtos e serviços financeiros, e o mercado financeiro em constante crescimento, a busca pelo conhecimento financeiro é essencial para auxiliar a tomada de decisões financeiras (JOBIM; LOSEKANN, 2015; MENDES, 2021).

De acordo com a ENEF (2021) e BCB (2013), a educação financeira é um processo pelo qual é possível adquirir e melhorar o conhecimento financeiro. Assim, esse processo contribui para a alfabetização financeira – que, de acordo com Potrich et. al (2014), é a habilidade de adquirir, compreender e analisar esses conhecimentos fundamentais na tomada de decisões financeiras.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo foi fazer uma revisão integrativa da literatura, para identificar a associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira.

Com as análises dos artigos, identificou-se que a maioria estava focada em investigar se o programa de educação financeira aumentava o conhecimento financeiro. Outros trabalhos focaram a criação de medidas eficazes para mensurar a alfabetização financeira: uma pesquisa procurou analisar qual componente da alfabe-

tização financeira precisava ser mais estudado para contribuir com as decisões financeiras tomadas pelos jovens; outra analisou se os modelos utilizados na definição de alfabetização financeira se aplicavam de maneira semelhante a todos os grupos de pessoas com diversos conhecimentos financeiros reais e percebidos.

Os estudos basearam-se em Survey – por meio de questionário e entrevista para a coleta de dados, tendo como público-alvo alunos de ensino fundamental, médio e superior – e também na análise de dados referentes a outros estudos que tiveram como público-alvo adultos com mais de 18 anos.

Após as análises das conclusões dos artigos, percebeu-se que os programas de educação financeira contribuem para o aumento do conhecimento financeiro, além de contribuírem para outros fatores. As medidas criadas para mensurar a alfabetização financeira são eficazes. Em um estudo realizado na Holanda, verificou-se o baixo nível de alfabetização financeira entre jovens: imigrantes; que tinham pouco conhecimento em matemática; cuja mãe não tinha ensino superior, entre outros fatores. Os conhecimentos financeiros apresentaram pontos positivos em relação à autoconfiança, o que impactou positivamente o comportamento fi-

nanceiro, quando analisada a alfabetização financeira de um conjunto de pessoas como um todo. Esse aspecto, porém, não se aplica a grupos com baixo conhecimento financeiro e baixa autoconfiança, assim como aquelas com muita ou pouca confiança.

Dentre as críticas encontradas nos artigos relacionadas aos programas de educação financeira, de alfabetização financeira e de sua mensuração, podem-se destacar as recomendações mais relevantes: elaborar um pré-teste antes e após o programa de educação financeira para a coleta de dados, a fim de analisar as mudanças do conhecimento financeiro; promover programas de educação financeira focadas só no público jovem, preferencialmente no público infantil; implementar um programa de educação financeira que analise outros fatores além do conhecimento financeiro; adotar um padrão para mensurar o nível de alfabetização financeira, dificultando, assim, a comparação entre os resultados; abordar a alfabetização financeira como uma escala em formação, composta por elementos como conhecimento financeiro, habilidade e autoeficácia; e considerar a diversidade dos países nas pontuações definidas pela OCDE em relação ao conhecimento financeiro, à atitude financeira e ao comportamento financeiro.

Os resultados deste estudo contribuem para que haja mais discussões sobre a associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira, além de demonstrarem o que falta para melhorar os programas de educação financeira para que eles sejam mais eficazes. Por fim, o trabalho aponta a necessidade de padronizar a mensuração da alfabetização financeira.

Assim, após a análise dos artigos, é possível concluir que a educação financeira contribui para o aumento do conhecimento financeiro – que

impacta a atitude financeira e o comportamento financeiro. Esses três fatores, juntos, colaboram para uma boa alfabetização financeira.

Este estudo limitou-se à procura de artigos somente na base WOS e relacionou os termos “alfabetização financeira” ou “educação financeira” com o termo “conhecimento”, no campo Título, retornando com poucos resultados. Com isso, sugere-se que, além de buscar artigos em outras bases, sejam feitas outras pesquisas com os termos “conhecimento financeiro”, “alfabetização fi-

nanceira” ou “educação financeira”.

Como propostas de agendas futuras, sugere-se que sejam feitas pesquisas no intuito de analisar a eficácia dos programas de educação financeira, em conjunto com outros fatores, como a atitude financeira, o comportamento financeiro, entre outros em relação ao conhecimento financeiro. Também devem ser criadas novas medidas para mensurar a alfabetização financeira, abordando-a como uma escala formativa de conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro.

## Referências

AMAGIR, Aisa; GROOT, Wim; BRINK, Henriëtte Maassen van Den; WILSCHUT, Arie. *Financial literacy of high school students in the Netherlands: knowledge, attitudes, self-efficacy, and behavior. International Review Of Economics Education*, [S.L.], v. 34, p. 100185, jun. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.iree.2020.100185>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (BCB) *Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais*. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: < [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Cuidando\\_do\\_seu\\_dinheiro\\_Gestao\\_de\\_Financas\\_Pessoais/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf) >. Acesso em: 25 set. 2021.

BATTY, Michael; COLLINS, J. Michael; ODDERS-WHITE, Elizabeth. *Experimental Evidence on the Effects of Financial Education on Elementary School Students' Knowledge, Behavior, and Attitudes. Journal Of Consumer Affairs*, [S.L.], v. 49, n. 1, p. 69-96, 29 dez. 2014. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/joca.12058>

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5 (11), p. 121-136, 2011. Disponível em: < <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906> >. Acesso em: 16 out. 2021.

ENEF, 2021. Informações da página da Estratégia Nacional de Educação Financeira. *Plano Diretor da Enef. Quem somos*. Disponível em: < <https://www.vidaedinheiro.gov.br> >. Acesso em: 25 set. 2021.

FESSLER, Pirmin; SILGONER, Maria; WEBER, Rosa. *Financial knowledge, attitude and behavior: evidence from the austrian survey of financial literacy. Empirica*, [S.L.], v. 47, n. 4, p. 929-947, 27 set. 2019. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10663-019-09465-2>.

GILL, Andrew; BHATTACHARYA, Radha. *The effects of a financial literacy intervention on the financial and economic knowledge of high school students. The Journal Of Economic Education*, [S.L.], v. 50, n. 3, p. 215-229, 3 jun. 2019. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00220485.2019.1618761>.

GOYAL, Kirti; KUMAR, Satish. *Financial literacy: a systematic review and bibliometric analysis. International Journal Of Consumer Studies*, [S.L.], v. 45, n. 1, p. 80-105, 4 ago. 2020. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/ijcs.12605>.

HUSTON, S. J. *Measuring Financial Literacy. Journal of Consumer Affairs, Blackwell Publishing Ltd*, v. 44, n. 2, p. 296 – 316, 2010. ISSN 1745-6606. <http://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>

JOBIM, Suelen Seixas Azambuja; LOSEKANN, Vanderleia Leal. ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA: mensuração do comportamento e conhecimento financeiros dos universitários da universidade da região da campanha, rio grande do sul. *Revista Sociais e Humanas*, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 125-139, 21 mar. 2016. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2317175818835>.

JOHAN, Irni; ROWLINGSON, Karen; APPELYARD, Lindsey. *The Effect of Personal Finance Education on The Financial Knowledge, Attitudes and Behaviour of University Students in Indonesia*. *Journal Of Family And Economic Issues*, [S.L.], v. 42, n. 2, p. 351-367, 18 nov. 2020. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10834-020-09721-9>.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; OUDHEUSDEN, P.V. *Financial Literacy Around the World: insights from the standard & poor's ratings services global financial literacy survey*. p. 1-27, 2015. Disponível em: [https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/Finlit\\_paper\\_16\\_F2\\_singles.pdf](https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/Finlit_paper_16_F2_singles.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

KNOLL, Melissa A. Z.; HOUTS, Carrie R.. *The Financial Knowledge Scale: an application of item response theory to the assessment of financial literacy*. *Journal Of Consumer Affairs*, [S.L.], v. 46, n. 3, p. 381-410, 30 ago. 2012. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1745-6606.2012.01241.x>.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S.. *The Economic Importance of Financial Literacy: theory and evidence*. *Journal Of Economic Literature*, [S.L.], v. 52, n. 1, p. 5-44, 1 mar. 2014. American Economic Association. <http://dx.doi.org/10.1257/jel.52.1.5>.

LUSARDI, Annamaria. *Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications*. *Swiss Journal Of Economics And Statistics*, [S.L.], v. 155, n. 1, 24 jan. 2019. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1186/s41937-019-0027-5>.

MEDINA, Eugenia Urra; PAILAQUILÉN, René Mauricio Barría. *Systematic Review and its Relationship with Evidence-Based Practice in Health*. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, [S.L.], v. 18, n. 4, p. 824-831, ago. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-11692010000400023>.

MENDES, Yara de Matos. *Análise do nível de educação financeira dos professores do Instituto Federal de Minas Gerais do Campus Bambuí*. 2021. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Administração, Universidade Federal de Itajubá, Bambuí - Mg, 2021.

OECD/INFE (Organization for Economic Co-operation and Development / International Network on Financial Education) *Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion*. OECD. France, 2018. Disponível em: < <https://www.oecd.org/financial/education/2018-INFE-FinLit-Measurement-Toolkit.pdf>> . Acesso em 25 Set. 2021.

OECD/INFE *Internacional survey of adult financial literacy competencies*. OECD. Paris, 2016. Disponível em: <https://oecd-org.ez38.periodicos.capes.gov.br/finance/OECD-INFE-International-Survey-of-Adult-Financial-Literacy-Competencies.pdf> . Acesso em 23 Out. 2021.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. *Are you financially literate? Discover in the Financial Literacy Thermometer*. *Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 153-170, 14 jan. 2016. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/base.2016.132.05>.

RAMALHO, Thiago Borges; FORTE, Denis. *Financial literacy in Brazil – do knowledge and self-confidence relate with behavior?* *Rausp Management Journal*, [S.L.], v. 54, n. 1, p. 77-95, 11 fev. 2019. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/rausp-04-2018-0008>.

ROTHWELL, David W.; WU, Shiyu. *Exploring the Relationship between Financial Education and Financial Knowledge and Efficacy: evidence from the canadian financial capability survey*. *Journal Of Consumer Affairs*, [S.L.], v. 53, n. 4, p. 1725-1747, jul. 2019. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/joca.12259>.

TEIXEIRA, James. *Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira*. 2015. 159 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/11025>. Acesso em: 12 jun. 2022.

WALSTAD, William B.; REBECK, Ken; MACDONALD, Richard A.. *The Effects of Financial Education on the Financial Knowledge of High School Students*. *Journal Of Consumer Affairs*, [S.L.], v. 44, n. 2, p. 336-357, jun. 2010. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01172.x>.

WARMATH, Dee; ZIMMERMAN, David. *Financial Literacy as More than Knowledge: the development of a formative scale through the lens of bloom's domains of knowledge*. *Journal Of Consumer Affairs*, [S.L.], v. 53, n. 4, p. 1602-1629, 14 out. 2019. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/joca.12286>.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. *The integrative review: updated methodology*. *Journal Of Advanced Nursing*, [S.L.], v. 52, n. 5, p. 546-553, dez. 2005. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>.



# Influência da educação financeira no bem-estar pessoal

O bem-estar e seus fatores são um assunto que sempre intrigou autores e pesquisadores. Suas ligações com os aspectos financeiros sempre estiveram presentes nos estudos; a educação financeira pode contribuir para a melhoria desses indicadores. Com o crescimento do consumismo e do capitalismo, saber lidar com o dinheiro é considerado algo essencial atualmente, e as consequências do mau uso desse patrimônio podem prejudicar a qualidade de vida do indivíduo; nesse âmbito, este trabalho tem por objetivo analisar a influência da educação financeira e sua relação com nível de bem-estar pessoal. Este estudo caracteriza-se como descritivo, quanto ao seu objetivo, e como uma *survey*, ou levantamento de dados, com relação à abordagem – ela apresenta-se de forma quantitativa. Para coleta de dados, foi utilizado questionário elaborado em plataforma on-line e enviado por e-mail para pessoas selecionadas aleatoriamente, com análises estatísticas, para obter os objetivos propostos no trabalho. Ao fim da pesquisa, foram obtidos 331 questionários respondidos e válidos – que, com base na análise, apresentaram uma influência significativa relacionada à educação financeira na qualidade de vida dos entrevistados; pessoas com maior experiência, maior educação financeira e principalmente mulheres casadas apresentaram os índices maiores.

## Tainara Carine de Carli

Graduada em Ciências Contábeis pela UNC, é especialista em Controladoria, Auditoria e Perícia pela mesma universidade. Possui MBA em Gestão Empresarial pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci e atua na área fiscal, contábil e financeira há mais de nove anos. É registrada no CRCSC.

*E-mail:* tai\_decarli@hotmail.com

## Marciano da Silveira Piazzentini

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Paulista (2012), é contador na MSP Contabilidade Eireli. Possui experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis e pós-graduação lato sensu em Controladoria, Auditoria e Perícia pela UNC e em Planejamento Tributário pela Unoesc. É mestrando em Administração pela UNC.

*E-mail:* msp@mspcontabilidade.cnt.br

## Emerson Jorge da Silva

Graduado em Administração pela Universidade de Rio Verde (2004), tem especialização em Administração Financeira e especialização em Controladoria e Custos pela Unoesc. Possui MBA em Gestão Empresarial pela FGV e atualmente é gerente de Planejamento e Gestão da Irani Papel e Embalagem S/A e mestrando em Administração pela UnC.

*E-mail:* emersonsilva.irani@gmail.com

## Fernando Maciel Ramos

Doutor em Ciências Contábeis pela Unisinos, é mestre em Ciências Contábeis pela Furb. É especialista em Contabilidade Gerencial, Controladoria, Auditoria e Perícia Contábil pelo Uninter e graduado em Ciências Contábeis pela Unisul. Atua como docente no Programa de Mestrado Profissional em Administração, Engenharia Civil, Sanitária e Ambiental da UnC.

*E-mail:* framos@unc.br

## 1. Introdução

As pesquisas (IVO, 2007; SIQUEIRA, 2008; SCORSOLINI-COMIN, 2012; ONUSIC, 2013; MENDES, 2014; PINHEIRO, 2015) sobre bem-estar vêm crescendo em grande amplitude, e estão sendo aplicadas a diversas áreas. É fácil encontrar temas de estudo sobre bem-estar no trabalho, na terceira idade, relacionado à felicidade, etc. Silva (2006) relata que um fator que possui incidência enorme na qualidade de vida são as mudanças da economia mundial, as quais são constantes.

É visível que o mercado financeiro sofreu e vem sofrendo várias transformações nos últimos anos; atualmente, cada indivíduo pode escolher o que, como e quando deseja consumir algo, o valor que está disposto a pagar, seus prazos de pagamentos e suas taxas de juros (DINAN; KOHN, 2007). Nesse âmbito, observa-se que o controle financeiro pode ser causado pela falta de planejamento e pela ausência de conhecimentos sobre as finanças pessoais (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2012; PALUDO, 2014); indivíduos que nunca tiveram contato com a educação financeira têm grandes possibilidades de cair em endividamentos.

Apesar de as análises já realizadas não serem conclusivas, é

possível afirmar que existe uma relação entre o nível de educação financeira e o bem-estar. Nesse contexto, a pesquisa apresenta sua questão-problema: Qual a influência da educação financeira na qualidade de vida? Objetiva-se, portanto, analisar a influência da educação financeira e sua relação com nível de bem-estar pessoal.

O presente estudo justifica-se por abordar teoricamente um assunto bem relevante e atual, que apresenta também um cunho social. Apesar de ser bem conhecida e ter muita importância, a educação financeira ainda é pouco mencionada em escolas, e até mesmo pelos cidadãos; seu impacto sobre o bem-estar também é um assunto pouco debatido no dia a dia. Este trabalho poderá ser utilizado como instrumento de estudo, auxiliando a compreensão dos impactos da educação financeira no bem-estar.

Este trabalho classifica-se como descritivo, e a obtenção dos dados ocorreu por meio da utilização de uma *survey* composta por 20 questões. Inicialmente foi efetuada investigação por meio de questionário para permitir a caracterização e mensurar o nível de educação financeira e bem-estar dos respondentes. O questionário foi enviado via e-mail e obteve 331 respostas válidas, as quais foram tratadas inicialmente por meio de estatística descritiva; posteriormente, foi aplicado o teste de regressão linear múltipla para identificar o efeito do nível de educação financeira sobre o bem-estar individual. Os resultados demonstram que o nível de educação financeira se relaciona de forma positiva com o nível de bem-estar, o que indica que o conhecimento de finan-

ças pessoais é aplicado no seu cotidiano e melhora a sensação de bem-estar e qualidade de vida.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Educação financeira

Sabe-se que a necessidade econômica sempre foi algo presente na história, desde seu princípio; quando não existia dinheiro em forma de moeda, eram realizadas trocas entre o que as pessoas tinham e o que elas desejavam. Nesse âmbito, D'Aquino (2008) afirma que a utilização de objetos e utensílios como moeda de troca foi muito comum em diversos momentos da história. Com o passar dos anos, o capitalismo tornou-se algo muito presente na sociedade, e a educação financeira ganhou grande importância, pois atualmente existem produtos financeiros em grande variedade (SILVA DA ROSA, 2022).

Matta (2007) afirma que a educação financeira pode ser compreendida como um aglomerado de informações que auxiliam os indivíduos a manipularem seus rendimentos, realizando a gestão dos recursos. Já Brüggen et al. (2017) analisam o bem-estar financeiro e complementam que a educação financeira vai além de saber utilizar contas e/ou poupanças – é algo que deve ser utilizado para saber escolher, dentre um grande número de alternativas, qual lhe renderá melhores resultados no futuro, constituindo objetivos financeiros e sua liberdade financeira.

O conceito de educação financeira ainda pode ser composto por quatro áreas: (I) noções básicas sobre dinheiro; (II) contabilização de finanças pessoais e contratação de empréstimos; (III) entendimento sobre investimentos e/ou aplicações; e (IV) discernimento de como proteger o capital (HUSTON, 2010).



“Como citam Freitas et al. (2011), a economia, no seu contexto global, é algo que está em constante oscilação, e seus resultados afetam a todos; a diminuição das vagas de trabalho, por exemplo, inviabiliza a realização de atividades de lazer e, muitas vezes, de educação, relacionando-se diretamente com o bem-estar.”

O autor declara ainda que não basta apenas conhecer: deve-se aplicar cada uma dessas áreas.

O dinheiro, para Domingos (2022), é uma forma de os indivíduos conquistarem seus sonhos e seus objetivos. Ele afirma ainda que se deve investir e poupar, mas sempre com o foco em seus objetivos – seja ele um carro, uma casa ou outro. Ainda nesse âmbito, Bussinger (2005) declara que, em algum momento da vida, independentemente de raça, cor, credo, religião e afins, o fato de ter que manusear dinheiro é algo indiscutível na sociedade atual, e os indivíduos que não apresentarem conhecimentos nessa área podem perder diversas oportunidades.

No Brasil, pode-se considerar o tema “finanças” como o algo que tem exigido habilidade por parte da população. Além disso, os brasileiros não têm o costume de falar sobre dinheiro, e a maioria carece de planejamento financeiro (MARTIN, 2022). Há pouco tempo, percebeu-se a necessidade de falar sobre esse tema.

## 2.2 Bem-Estar

Bem-estar, satisfação e felicidade têm conceitos abrangentes e são utilizados por diferentes áreas de pesquisas; a abrangência de tais de-

finições vêm pelo fato de esses termos apresentarem uma diversidade de componentes (SOUZA, 2008).

Os indicadores sociais podem deter grande influência na definição de qualidade de vida, e devem ser incluídos elementos subjetivos pela concepção do indivíduo (DIENER; SUH, 1997). Dessa forma, Cruz (2003) afirma que se pode compreender o bem-estar subjetivo como a própria capacidade de avaliação – uma avaliação pessoal, que está relacionada a critérios subjetivos, como o sentimento e os valores.

Segundo Ferrer-i-Carbonell (2002), pode-se dividir os componentes do bem-estar em dois grupos: variáveis objetivas e subjetivas. As variáveis objetivas referem-se a fatores externos, como, por exemplo, idade, renda e sexo, dentre outros; e as variáveis subjetivas estão relacionadas a fatores internos, entre os quais se pode incluir a satisfação com o trabalho, a satisfação financeira, etc.

Quando se fala em bem-estar, logo se relaciona com qualidade de vida, e muitas vezes com saúde, educação, dentre outros itens; porém, segundo alguns autores (GRUSSNER, 2007; MATTA, 2007; SOUZA, 2008; DE FREITAS, TIMOSKI; DE FRANCISCO, 2011; SOUZA, 2012), este termo pode estar liga-

do à economia. Como citam Freitas et al. (2011), a economia, no seu contexto global, é algo que está em constante oscilação, e seus resultados afetam a todos; a diminuição das vagas de trabalho, por exemplo, inviabiliza a realização de atividades de lazer e, muitas vezes, de educação, relacionando-se diretamente com o bem-estar.

## 2.3 Relações de finanças pessoais versus bem-estar

É visível a todos a importância da educação financeira. Lucci, Zerrener, Verrone e Santos (2006) apresentam que se pode observar a educação financeira sob várias perspectivas, dentre elas: (I) o bem-estar pessoal; e (II) o bem-estar da sociedade.

Na perspectiva do bem-estar pessoal, os indivíduos são responsáveis por suas decisões e estão cientes de que essas podem lhes trazer diversas consequências, sejam elas positivas ou negativas. Podem-se citar o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e o Serviço de Assessoria S.A. (SERASA), nos quais inadimplentes têm seu nome inscrito e isso prejudicá-los no consumo de novos bens e até mesmo em sua carreira profissional (LUCCI et al., 2006; OLIVEIRA, 2021).

No âmbito de bem-estar da sociedade, pode-se citar como consequência a sobrecarga dos sistemas públicos, que já são precários, e o aumento da taxa básica dos juros para tentar conter o consumo excessivo da população (MARCONI, 2022). Também é possível afirmar que as consequências financeiras afetam a economia como um todo, sendo que uma população educada financeiramente deverá contribuir para a eficiência do mercado e para o bem-estar geral (WISNIEWSKI, 2011; FOX; HOFFMAN; WELCH, 2004; SARMA; PAIS, 2010).

O bem-estar associado à educação financeira é um tema que pode ser encontrado em outros estudos. Dos Santos (2012) observou a relação entre as finanças pessoais, o planejamento financeiro e as percepções sobre a qualidade de vida dos alunos de Ciências Contábeis do turno noturno da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); para tal, foi realizado um questionário com 156 alunos. Após análise, os autores concluíram a existência de uma percepção positiva na qualidade de vida dos alunos; porém, esta, segundo eles, não está ligada diretamente com a elaboração do orçamento. Sendo assim, não foi possível constatar se a boa gestão das finanças pessoais está diretamente vinculada com suas percepções em relação à qualidade de vida.

Paludo (2014) realizou um estudo que tem como objetivo analisar a relação entre a qualidade de vida e o endividamento pessoal; para tal, aplicou-se um questionário com amostra de 209 cidadãos do meio-oeste catarinense, com idade superior a 20 anos. Na constatação final, os autores observaram que, em relação ao endividamento, as mulheres apresentam maior índice que os homens; observou-se também que, quanto maior o grau de estudo, maior é a renda do indivíduo, e que

as pessoas mais jovens estão mais propensas a se endividar, sendo que as endividadas possuem alto nível de estresse e um baixo nível de qualidade de vida.

Picolli e Silva (2015), também por meio de um estudo, investigaram o nível de educação e gestão financeira dos funcionários de uma instituição de ensino do meio-oeste catarinense, por meio da aplicação de um questionário com uma amostra de 103 funcionários de tal instituição. Ao fim de sua pesquisa, os autores observaram que os entrevistados apresentavam um bom nível de educação financeira e uma preocupação com o futuro, e a grande maioria possui poupanças e/ou previdências.

### 3. Materiais e Métodos

Para Beuren (2004), Collis e Hussey (2005), o delineamento de uma pesquisa pode-se dar por meio de seu objetivo, dentre outros quesitos. Nessa perspectiva, é possível classificar a pesquisa como descritiva quanto ao seu objetivo e, no que se refere à coleta de dados, ela apresenta-se como uma *survey*, ou levantamento de dados; quanto à abordagem, apresenta-se de forma quantitativa.

Uma pesquisa descritiva, para Cervo e Bervian (2007), é aquela em que serão feitas análises das relações entre as variáveis. Partindo desse pressuposto, a pesquisa é descritiva, pois visa realizar a análise da relação da educação financeira no bem-estar pessoal.

Esta pesquisa apresenta-se como uma *survey*, ou levantamento de dados, devido à utilização de questionário. Tripodi, Fellin e Meyer (1981) complementam que se utiliza *survey* quando se quer caracterizar uma população e, para tal, é realizado um levantamento por meio de questionário.



No que se refere à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como quantitativa. Richardson (1999) afirma que, em uma pesquisa quantitativa, os dados podem ser quantificados no momento da coleta, bem como no momento das suas análises. Uma pesquisa quantitativa deverá verificar a influência sobre as variáveis, que devem estar predefinidas, e apresentar resultados com conclusões exatas e precisas (MICHEL, 2005).

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário mediante a plataforma Google Docs®, o que viabilizou o envio do instrumento de forma on-line pelo banco de e-mails. O questionário é dividido em quatro blocos e apresenta 20 questões – 19 são fechadas e obrigatórias, 1 é aberta e opcional.

O primeiro bloco inclui questões de caracterização dos respondentes, ao abordar questões como gênero, idade, nível de escolaridade, renda e estado civil. O segundo bloco refere-se a educação financeira, realização de cursos sobre o tema, planejamento financeiro pessoal, compras, investimentos e conhecimentos sobre os juros.

No terceiro bloco, estão as questões referentes ao nível de endividamento, como, por exemplo, percentual de renda comprometida com obrigações, utilização de empréstimos, limite de conta-corrente, linhas de crédito e afins, existência de dívidas oriundas de renegociações e obrigações em atrasos, entre outras.

“Uma pesquisa descritiva, para Cervo e Bervian (2007), é aquela em que serão feitas análises das relações entre as variáveis. Partindo desse pressuposto, a pesquisa é descritiva, pois visa realizar a análise da relação da educação financeira no bem-estar pessoal.”

As questões apresentadas nos blocos dois e três já foram utilizadas por Barros (2010), Mello (2010) e Paludo (2014), mas foram adaptadas para este trabalho. Para realização da mensuração do índice de endividamento, optou-se pela combinação binária para questões de respostas Sim (1) e Não (0); para questões com mais de uma alternativa, foram utilizadas escalas de 1 a 6, permitindo ao respondente alcançar até 15 pontos no bloco de endividamento e 13 pontos no bloco que se refere à educação financeira. Para cálculo do índice individual de educação financeira e endividamento, a nota obtida foi dividida pelo total de pontos que o respondente poderia alcançar. A partir da soma dos pontos obtidos pelos respondentes, obteve-se o índice de endividamento, ante a representatividade no total de pontos que poderiam alcançar.

O quarto e último bloco refere-se ao bem-estar e utiliza para mensuração a proposta por Flanagan (1982), a qual analisa 15 itens em cinco divisões: bem-estar físico e material; relação com outras pessoas; atividades sociais, comunitárias e cívicas; desenvolvimento pessoal e realização; e recreação. A escala original de Flanagan (1982) apresentava 5 pontuações;

Burckhardt et al. (1989) utilizaram a escala modificando a graduação de respostas para 7 pontuações. Neste estudo, foi utilizada a escala de Flanagan (1982) com a pontuação de Burckhardt et al. (1989). As respostas podem variar de muitíssimo satisfeito (7) até muitíssimo insatisfeito (1); o respondente pode alcançar pontuação máxima de 105 pontos, o que representa o melhor índice de bem-estar, ou mínima pontuação de 15, a qual representa menor índice de bem-estar.

A escala de Flanagan (1982) já foi utilizada em alguns estudos (BURCKHARDT et al., 1989; SOUZA, 1999; LENTZ; COSTENARO; GONÇALVES; NASSAR, 2000; DOS SANTOS, 2002; GARLET, 2007; DOS SANTOS ALVES; LACERDA; DE MENEZES, 2010).

Após a realização da coleta, os dados foram transformados em planilha eletrônica para facilitar a análise. Para realização das análises, o software *Statistical Package for the Social* – SPSS versão 22.0.0.0 foi utilizado na aplicação de testes estatísticos de Correlação de Pearsons e Regressão Linear Múltipla. Os resultados demonstram adequada a estimação por regressão linear múltipla.

Hair et al. (2005) definem a regressão linear múltipla como uma técnica estatística utilizada para

analisar a relação entre uma variável dependente em função de variáveis independentes. De acordo com Fávero e Belfiore (2017), o teste de regressão linear múltipla permite avaliar a relação de uma variável dependente a partir de variáveis explicativas.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), delimita-se como população o conjunto total de indivíduos que se pretende estudar; já a amostra é a parte que representa a parcela da população que será realmente objeto de estudo.

A amostra final do estudo é composta por 331 respondentes, considerando apenas pessoas que possuem renda própria. Este excluente deve-se ao fato de a pesquisa ser voltada a aspectos financeiros.

Para atingir esta amostra final, o questionário foi enviado para 897 endereços de e-mails das bases da Universidade do Contestado (UNC) e de profissionais de contabilidade registrados no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina (CRCSC). Houve uma taxa de resposta de 36,9%; a amostra é não probabilística e aleatória, já que o questionário foi encaminhado por e-mail aos possíveis respondentes. As características dos componentes da amostra estão descritas na seção de análise dos dados.

## 4. Análises dos Dados

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos com a realização da pesquisa e a discussão destes ante a literatura.

### 4.1 Índices de educação financeira, endividamento e bem-estar

A partir dos questionários, obteve-se 331 respostas válidas, as quais inicialmente foram caracterizadas por gênero, faixa etária, nível de escolaridade, renda mensal e estado civil. A maioria dos respondentes é do sexo feminino (62,2%) e 37,8% são do sexo masculino. A faixa etária predominante (42,6%) é de 21 a 30 anos, seguida de 17,2% com idade entre 31 e 40 anos; as outras margens não apresentam expressividade. Pode-se observar, também na Tabela 1, que a maioria dos respondentes (43,8%) são graduados ou estão em fase de graduação.

Observou-se, na Tabela 1, que a faixa de renda mensal líquida dos respondentes é de mais de R\$3.500,00, com um percentual de 34,7%; em seguida, 26,3% apresentam renda entre R\$788,01 e R\$1.500,00; e 21,5%, entre R\$1.500,01 e R\$2.500,00. Em relação ao estado civil, 50,2% dos respondentes são solteiros e 49,2% encontram-se casados(as) ou em contrato de união estável; somente 0,6% dos entrevistados são viúvos(as).

Tabela 1 – Caracterização dos Respondentes

Tabela 1 – Caracterização dos Respondentes			
<b>Painel A: Gênero</b>			
		Frequência	Porcentagem (%)
Válido	Feminino	206	62,2%
	Masculino	331	37,8%
	Total	331	100,00%
<b>Painel B: Identificação da Faixa Etária</b>			
		Frequência	Porcentagem (%)
Válido	Até 20 anos	49	14,8%
	De 21 a 30 anos	141	42,6%
	De 31 a 40 anos	57	17,2%
	De 41 a 50 anos	50	15,1%
	Mais de 50 anos	34	10,3%
	Total	331	100,00%
<b>Painel C: Indicadores do nível de escolaridade</b>			
		Frequência	Porcentagem (%)
Válido	Ensino Fundamental/Ensino Médio	22	6,6%
	Ensino Técnico Profissionalizante	10	3,0%
	Especialização(ando)	78	23,6%
	Graduação(ando)	145	43,8%
	Mestrado(ando)/Doutorado(ando)	76	23,0%
	Total	331	100,00%
<b>Painel D: Indicadores de renda mensal líquida</b>			
		Frequência	Porcentagem (%)
Válido	Mais de R\$3.500,00	115	34,7%
	De R\$2.500,01 a R\$3.500,00	37	11,2%
	De R\$1.500,01 a R\$2.500,00	71	21,5%
	De R\$788,01 a R\$1.500,00	87	26,3%
	Menos de R\$788,00	21	6,3%
	Total	331	100,00%
<b>Painel E: Estado Civil</b>			
		Frequência	Porcentagem (%)
Válido	Solteiro(a)	166	50,2%
	Casado(a)/União Estável	163	49,2%
	Viúvo(a)	2	0,6%
	Total	331	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2015).



A Tabela 2 demonstra o *score* de educação financeira em relação às características dos respondentes. Pode-se perceber que o gênero feminino apresenta menor taxa (59,57%) que o masculino (64,74%), o que significa que as mulheres possuem um menor índice de educação financeira em relação ao sexo oposto, segundo os dados desta pesquisa.

Outro dado apresentado na Tabela 2 é que as pessoas com faixa etária de 41 a 50 anos possuem um elevado índice de educação financeira (71,23%), seguido das pessoas com mais de 50 anos (64,71%). Em relação à escolaridade, pode-se perceber que os mestres/mestrandos ou doutores/doutorandos apresentam melhores indicadores (65,28%), seguidos dos especializados/especializandos com 64,30% – o que contradiz a ideia de Grüssner (2007), que afirma que nem sempre os profissionais bem qualificados apresentam um alto índice de educação financeira.

Os casados(as) ou que se encontram com contrato de união estável possuem melhor índice nesse quesito (63,14%). Em se tratando de renda, as pessoas que possuem rendimentos mensais superiores a R\$3.500,00 apresentam o maior *score* (66,02%), e o menor foi apresentado pelas pessoas que recebem menos de R\$788,00 – ou seja, as pessoas com maior rendimento indicaram ser mais educadas financeiramente. Esta afirmativa contradiz D’Aquino (2008); segundo o autor, se um indivíduo não é educado financeiramente, não saberá nem poupar e nem gastar, independentemente da sua renda.

Em relação aos indicadores de endividamento, a Tabela 3 revela que o gênero feminino apresenta maior percentual de endividamento (45,86%). Os respondentes com idade entre 31 e 40 anos possuem um alto endividamento, cerca de 48,07%, e o menor índice (30,78%) foi apresentado pelos que possuem idade superior a 50 anos.

Tabela 2 – Índice de educação financeira em relação às características dos respondentes

		Índice de Educação Financeira			
		Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
IEDF Global		7,69%	100,00%	59,66%	20,96%
Gênero	Feminino	7,69%	100,00%	59,57%	20,83%
	Masculino	15,38%	100,00%	64,74%	20,26%
Faixa Etária	Até 20 anos	15,38%	100,00%	54,79%	20,69%
	De 21 a 30 anos	7,69%	100,00%	57,94%	21,75%
	De 31 a 40 anos	15,38%	92,31%	54,93%	19,85%
	De 41 a 50 anos	30,77%	100,00%	71,23%	17,64%
	Mais de 50 anos	23,08%	100,00%	64,71%	17,88%
Nível de Escolaridade	Ensino Fundamental/Ensino Médio	15,38%	76,92%	44,76%	17,39%
	Ensino Técnico Profissionalizante	15,38%	100,00%	61,54%	29,68%
	Especialização(ando)	15,38%	100,00%	64,30%	21,79%
	Graduação(ando)	7,69%	100,00%	56,34%	20,13%
	Mestrado(ando)/Doutorado(ando)	23,08%	100,00%	65,28%	18,35%
Renda	Menos de R\$788,00	7,69%	92,31%	50,18%	22,64%
	De R\$788,01 a R\$1.500,00	15,38%	100,00%	53,93%	20,97%
	De R\$1.500,01 a R\$2.500,00	15,38%	100,00%	59,59%	20,38%
	De R\$2.500,01 a R\$3.500,00	23,08%	92,31%	58,84%	19,71%
	Mais de R\$3.500,00	15,38%	100,00%	66,02%	19,76%
Estado Civil	Solteiro(a)	7,69%	100,00%	56,44%	21,75%
	Casado(a)/União Estável	15,38%	100,00%	63,14%	19,67%
	Viúvo(a)	38,46%	46,15%	42,31%	5,44%

Fonte: dados da pesquisa (2015).

Tabela 3 – Índice do endividamento em relação às características dos respondentes

		Índice de Endividamento			
		Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
IENDV Global		13,33%	100,00%	42,26%	18,84%
Gênero	Feminino	13,33%	100,00%	45,86%	18,45%
	Masculino	13,33%	93,33%	36,32%	18,01%
Faixa Etária	Até 20 anos	13,33%	100,00%	44,90%	15,38%
	De 21 a 30 anos	13,33%	100,00%	44,92%	16,78%
	De 31 a 40 anos	13,33%	93,33%	48,07%	22,91%
	De 41 a 50 anos	13,33%	80,00%	33,33%	18,76%
	Mais de 50 anos	13,33%	80,00%	30,78%	15,48%
Nível de Escolaridade	Ensino Fundamental/Ensino Médio	13,33%	76,92%	44,76%	17,39%
	Ensino Técnico Profissionalizante	13,33%	93,33%	50,00%	27,44%
	Especialização(ando)	13,33%	80,00%	39,15%	16,69%
	Graduação(ando)	13,33%	100,00%	47,13%	18,17%
	Mestrado(ando)/Doutorado(ando)	13,33%	86,67%	34,74%	18,99%
Renda	Menos de R\$788,00	13,33%	100,00%	46,35%	19,49%
	De R\$788,01 a R\$1.500,00	13,33%	100,00%	49,96%	17,78%
	De R\$1.500,01 a R\$2.500,00	13,33%	86,67%	42,91%	15,27%
	De R\$2.500,01 a R\$3.500,00	13,33%	93,33%	45,05%	20,93%
	Mais de R\$3.500,00	13,33%	100,00%	34,38%	18,07%
Estado Civil	Solteiro(a)	13,33%	100,00%	43,90%	17,22%
	Casado(a)/União Estável	13,33%	100,00%	40,557%	20,37%
	Viúvo(a)	40,00%	46,67%	43,33%	4,71%

Fonte: dados da pesquisa (2015).

Os respondentes que possuem nível técnico profissionalizante demonstraram maior índice (50,00%) de endividamento, seguidos dos graduados/graduandos, com 47,13%. Para Silva (2013), os indivíduos educados financeiramente são mais protegidos do endividamento, pois não apresentam possibilidade de cair em armadilhas. No que se refere a rendimentos, as pessoas que apresentam renda de R\$788,01 a R\$1.500,00 demonstraram maior endividamento (49,96%) – característica apresentada também pelos solteiros, com um score de 43,90%.

Os indicadores relacionados ao bem-estar, dispostos na Tabela 4, apresentam que o gênero masculino (80,21%), com idade entre 41 e 50 anos (80,45%), que possuem ensino fundamental (80,52%), ou mestres/mestrandos ou doutores/doutorandos (80,25%) possuem maior nível de qualidade de vida.

Outras características relacionadas ao alto nível de bem-estar referem-se às pessoas que têm rendimentos mensais líquidos superiores R\$3.500,00, as quais apresentam um score de 80,60%, e aos(as) casados(as) ou que possuem contrato de união estável (80,85%).

#### 4.2 Relações entre educação financeira e bem-estar

O foco principal desse estudo é analisar a relação da educação financeira com o bem-estar pessoal. A educação financeira, segundo alguns autores (FOX; HOFFMAN; WELCH, 2004; LUCCI et al., 2006; SARMA; PAIS, 2010; WISNIEWSKI, 2011), pode estar relacionada e influenciar o bem-estar pessoal, pelo fato de estar associada à economia individual e global.

Para verificar a relação entre as variáveis, foi realizado o teste de Correlação de Pearson, e seus resultados são demonstrados na Tabela 5.

Tabela 4 – Índice do bem-estar em relação às características dos respondentes

		Índice de Bem-Estar			
Média Global		14,29%	100,00%	78,31%	13,68%
Gênero	Feminino	14,29%	100,00%	77,15%	14,90%
	Masculino	16,19%	100,00%	80,21%	11,20%
Faixa Etária	Até 20 anos	16,19%	99,05%	75,86%	15,29%
	De 21 a 30 anos	14,29%	100,00%	78,09%	13,38%
	De 31 a 40 anos	25,71%	100,00%	77,34%	13,27%
	De 41 a 50 anos	31,43%	97,14%	80,95%	10,09%
	Mais de 50 anos	31,43%	100,00%	80,45%	17,21%
Nível de Escolaridade	Ensino Fundamental/Ensino Médio	57,14%	100,00%	80,52%	11,34%
	Ensino Técnico Profissionalizante	31,43%	93,33%	75,71%	22,91%
	Especializado/Especializando	47,62%	97,14%	79,96%	8,71%
	Graduado/Graduando	14,29%	100,00%	76,24%	15,71%
Renda	Mestre/Mestrando Doutor/Doutorando	31,43%	100,00%	80,25%	12,48%
	Menos de R\$788,00	14,29%	87,62%	66,58%	22,83%
	De R\$788,01 a R\$1.500,00	33,33%	100,00%	78,85%	11,64%
	De R\$1.500,01 a R\$2.500,00	23,81%	100,00%	77,75%	14,79%
	De R\$2.500,01 a R\$3.500,00	33,33%	93,33%	77,61%	12,72%
Estado Civil	Mais de R\$3.500,00	31,43%	100,00%	80,60%	11,47%
	Solteiro(a)	14,29%	100,00%	75,86%	15,38%
	Casado(a)/União Estável	23,81%	100,00%	80,85%	11,28%
	Viúvo(a)	70,48%	77,14%	73,81%	4,71%

Fonte: dados da pesquisa (2015).

Tabela 5 – Correlação de Pearson

		IEDF	IQV	IENDV	MASC	FEM	IDD	ESC	REND	SOLT	CAS	VIU
IEDF	Correl.	1	,270**	-,641**	,189**	-,189**	,197**	,248**	,248**	-,154**	,164**	-,065
	N		331	331	331	331	331	331	331	331	331	331
IQV	Correl.		1	-,203**	,108*	-,108*	,101	,072	,154**	-,180**	,184**	-,026
	N			331	331	331	331	331	331	331	331	331
IENDV	Correl.			1	-,246**	,246**	-,248**	-,227**	-,302**	,087	-,088	,004
	N				331	331	331	331	331	331	331	331
MASC	Correl.				1	-,1000**	,175**	,199**	,316**	-,083	,093	-,061
	N					331	331	331	331	331	331	331
FEM	Correl.					1	-,175**	-,199**	-,316**	,083	-,093	,061
	N						331	331	331	331	331	331
IDD	Correl.						1	,431**	,680**	-,484**	,460**	,153**
	N							331	331	331	331	331
ESC	Correl.							1	,557**	-,259**	,265**	-,038
	N								331	331	331	331
REND	Correl.								1	-,428**	,427**	,005
	N									331	331	331
SOLT	Correl.									1	-,988**	-,078
	N										331	331
CAS	Correl.										1	-,077
	N											331
VIU	Correl.											1
	N											

\*\* A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

\* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Legenda: IEDF = Índice de Educação Financeira; IQV = Índice de Qualidade de Vida; IENDV = Índice de Endividamento; MASC = Masculino; FEM = Feminino; IDD = Idade; ESC = Escolaridade; REND = Rendimento; SOLT = Solteiro; CAS = Casado/Contrato de União Estável; VIU = Viúvo;

Fonte: dados da pesquisa (2015).

A partir da Tabela 5, pode-se identificar que a educação financeira (IEDF) possui uma relação positiva e significativa com as variáveis IQV, MASC, IDD, ESC, REND e estado civil CAS, e uma correlação significativa e negativa com o nível de ENDV e o estado civil SOL.

A correlação positiva entre o IEDF e o IQV demonstra que, quanto maior o nível de educação financeira, maior também será a qualidade de vida pessoal; o inverso também é verdadeiro. Para Mattos (1998), essas associações podem ser esclarecidas pelo fato de que, quanto mais plena a percepção da população em relação à sua vida financeira e outros componentes, maior será o seu índice de qualidade de vida.

A correlação com o gênero MASC significa os respondentes do gênero MASC apresentam maior IEDF. Lynn (1993), em sua pesquisa, demonstrou que os homens realizam melhor destinação do seu dinheiro do que as mulheres. Santos (2009), Cretta (2016) e Gonçalves (2021) argumentam, em seus estudos, que as mulheres estão mais propensas ao endividamento e que isso se deve também ao consumismo e ao capitalismo intenso na sociedade atual. Tal fato também foi constatado nesta pesquisa: o gênero FEM apresenta correlação negativa com o IEDF.

O nível de escolaridade (ESC) e sua realização com IEDF são esclarecidos nos estudos de Disney e Gathergood (2011), que indicam que os níveis de educação financeira estão relacionados positivamente com o grau de educação escolar. Isso porque, geralmente, pessoas que possuem maior nível de escolaridade apresentam maior idade, e consequentemente maior experiência e conhecimentos sobre a área financeira.

Os indicadores de estado civil SOLT e IENDV apresentaram correlação negativa em relação ao IEDF. Geralmente os indivíduos que não detêm comprometimento com de-

Variáveis	Beta	T	Sig.	VIF
Constante		13,395	,000	
IEDF	,215	3,058	,002	1,765
IENDV	-,046	-,640	,523	1,824
FEM	-,038	-,677	,499	1,154
IDD	-,064	-,825	,410	2,142
ESC	-,060	-,922	,357	1,493
REND	,088	1,066	,287	2,448
CAS	,149	2,416	,016	1,364
VIU	,009	,169	,866	1,079
ANOVA				
R	,318			
R <sup>2</sup>	,101			
Sig.	,000			
Durbin Watson	1,876			
N	331			

Fonte: dados da pesquisa (2015).

pendentes apresentam maiores gastos em aquisição de bens materiais, pois frequentemente não apresentam obrigações financeiras domiciliares (NOGUEIRA, 2009).

De Souza et al. (2022), assim como este estudo, também constatarem uma correlação negativa entre o endividamento e a educação financeira. Essa relação era esperada, pois, conforme já disposto pela teoria, Cerbassi (2004) relata que a inexistência de conhecimento e a carência de planejamento podem contribuir para o endividamento. Sendo assim, a educação financeira constitui um método para aquisição de conhecimento sobre a área.

No que se refere ao IQV, este obteve correlações significativamente positivas com o gênero MASC, com o estado civil CAS e com REND; e correlação negativa com o gênero FEM e com o estado civil SOLT também no que se refere ao IENDV. Esses dados demonstram que as pessoas que se encontram em fase de endividamento ou endividadas possivelmente apresentarão um IQV baixo em relação aos indivíduos não endividados.

O IENDV demonstra correlação positiva somente com o gênero FEM. Segundo Bussinger (2005), as mulheres devem ter mais atenção no que se refere às suas finanças do que as

pessoas do sexo oposto, pois possuem menos controle de seus gastos.

A correlação negativa foi apresentada pelo gênero MASC, a IDD, a ESC e com o REND. Modigliani e Brumberg (1954) relataram que as pessoas que poupam mais são as que possuem maior experiência, pois realizam mais planos futuros, não apresentam desordem em suas finanças e afastam-se do endividamento. As pessoas mais jovens estão mais propensas ao endividamento, pois não possuem experiência de mercado nem conhecimento adequado sobre suas finanças (FURNHAM, 1984; TANG, 1992).

Gathergood (2011), em sua pesquisa, apresentou que os solteiros possuem maior índice de endividamento. Nos resultados aqui analisados, não houve significância nas correlações entre IENDV e estado civil.

A Tabela 6 apresenta o teste de regressão linear múltipla, demonstrando a influência das variáveis independentes sobre a dependente.

Foram excluídas do modelo de equação as variáveis MASC e SOLT, pelo fato de que são variáveis excluídas – ou seja, se o respondente é do gênero feminino, logo ele não é do gênero masculino; o mesmo ocorre sobre o estado civil – solteiro.

Segundo o estudo realizado, pode-se afirmar que o modelo proposto possui um poder de explicação de 10,10% sob a variável Índice de Qualidade de Vida. Identifica-se ainda que as variáveis IEDF e CAS apresentaram influência significativa sob o IQV; em ambas as variáveis, a influência é positiva, o que colabora com os achados do teste de correlação de Pearsons.

Kern (2009) e Cardozo (2011) afirmam que, quanto maior o nível de educação financeira de uma pessoa, melhor será seu índice de bem-estar, pois, quanto maiores forem seus conhecimentos, mais sensatas serão as decisões acerca de suas finanças pessoais.

Nenhuma pessoa deve viver só. Robbins (2000) descreve que as relações positivas com outros indivíduos estão diretamente ligadas ao bem-estar, pois trazem sensações de qualidade de vida, felicidade, prazer e realização, diminuindo as taxas de mortalidade e fazendo bem ao corpo, ao espírito e à mente de cada pessoa.

A variável ENDV, apesar de não se demonstrar significativa no resultado do teste de regressão realizado, apresenta um beta negativo, ou seja, influencia negativamente na qualidade de vida. Esse resultado colabora para o estudo de Paludo (2014), em que a autora evidencia a relação entre o endividamento e a qualidade de vida: os indivíduos endividados possuem um baixo índice de qualidade de vida.

É possível observar, ao fim da análise, como resultado do estudo, a relação existente entre o índice de educação financeira e o bem-estar da população. Os resultados do teste de regressão possuem efeitos significativos e confirmam que a educação financeira contribui para que os indivíduos tenham uma vida financeira saudável, o que consequentemente leva ao aumento dos índices de bem-estar.

## 5. Considerações Finais

A questão da qualidade de vida vem sendo discutida por muitos estudiosos; porém, ainda é pouco falada no dia a dia da população. Pesquisas e autores (FOX; HOFFMAN; WELCH, 2004; LUCCI et al., 2006; SARMA; PAIS, 2010; WISNIEWSKI, 2011; PALUDO; RAMOS, 2014) apontam que a educação financeira constitui um elemento relevante no favorecimento do bem-estar pessoal. Diante disso, este estudo ocupou-se de investigar a influência da educação financeira na qualidade de vida. Investigar as relações dessas variáveis é importante, pois, com o aumento do consumismo e do capitalismo, a educação financeira tornou-se essencial na vida dos indivíduos e interfere de modo significativo na qualidade de vida da população.

Com base nos dados analisados, pode-se perceber que as pessoas com idade média, entre 41 e 50 anos, apresentam bons indicadores de bem-estar (80,45%). Outra característica é a relação entre a qualidade de vida e o gênero masculino (80,21%) – respondentes desta categoria também apresentam menos índice de endividamento em comparação ao sexo oposto. A pesquisa demonstrou que pessoas casadas ou em contrato de união estável possuem menor propensão ao endividamento e, consequentemente, os solteiros apresentam maior propensão. Constatou-se também que, quanto maior a experiência de vida e a escolaridade, melhor será o índice de educação financeira.

Os dados apresentados nos resultados da pesquisa deixam evidente a existência da influên-



cia da educação financeira na qualidade de vida; pessoas com maior nível de escolaridade e casadas apresentam-se com maiores indicadores de bem-estar. Este trabalho colabora com os estudos de Paludo (2014), Kern (2009) e Cardozo (2011), Robbins (2000), Picolli e Silva (2015), Dos Santos (2012), entre outros, que apontam a educação financeira como um dos elementos necessários para obtenção de melhor qualidade de vida.

Apesar de os resultados sinalizarem influência da educação financeira na qualidade de vida, é necessário avaliá-los com parcimônia, pois pode haver aspectos não observados no instrumento de coleta de dados e que podem interferir nessa relação. Assim, sugere-se que novos estudos agreguem outras variáveis que podem estar relacionadas, ou não, na associação entre educação financeira e bem-estar pessoal.

Futuramente, podem ser realizadas pesquisas referentes ao bem-estar, por meio de estudos de casos em empresas, *survey* com população delimitada por classes profissionais, idade, entre outras características demográficas. Pode-se estudar também qual a influência das finanças no bem-estar, segundo a percepção de determinado público.

## Referências

- BARROS, C. A. R. de. (2010). *Educação Financeira e Endividamento*. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração de Empresas da Escola Superior de Administração, Direito e Economia – ESADE, Porto Alegre, RS, Brasil.
- BEUREN, I. M. *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. (2. ed.) São Paulo: Atlas, 2004.
- BRÜGGEN; E. C.; HOGREVE; J.; HOLMLUND; M.; KABADAYI; S.; LÖFGREN; M. (2017). Financial well-being: A conceptualization and research agenda. *Journal of Business Research*. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.03.013>
- BURCKHARDT, C.S.; WOODS, S.L.; SCHULTZ, A.A.; ZIEBARTH, D.M. (1989). Quality of life of adults with chronic illness: a psychometric study. *Rev. Nurs. & Health*, 12, 347-354.
- BUSSINGER, E. *As leis do dinheiro para mulheres: como nossas mães nunca mais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CARDOZO, J. S. (2011). *Um olhar sobre a estratégia nacional de educação financeira ENEF e sua potencial contribuição para a disseminação da cultura previdenciária*. 2011. 114 f. Monografia Licenciatura em Pedagogia, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- CERBASSI, G. *Casais inteligentes enriquecem juntos*. São Paulo: Gente, 2004.
- CERETTA, Paulo Sergio; VIEIRA, Kelmara Mendes; CAMPARA, Jássica Paulino. Entendendo a atitude ao endividamento: Fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*. V 15, n. 1, p5-24, 2016.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. *Metodologia científica*. (6. ed.) São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- COLLIS, J; HUSSEY, R. *Pesquisa em Administração*. (2. ed.) São Paulo: Bookman, 2005.
- CRUZ, S. R. B. *Bem-Estar Subjetivo em adultos e idosos*. Tese de Doutorado, PUC-Campinas, SP, Brasil, 2003.
- D'AQUINO, C. de. *Educação financeira. Como educar seus filhos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- DE FREITAS, J. D; TIMOSSI, L. da S.; DE FRANCISCO, A.C. (2011). Relação entre a qualidade de vida percebida e a qualidade de vida avaliada pelo whoqol-100 nos colaboradores da UTFPR Campus Ponta Grossa. *Revista ADMpg Gestão Estratégica*, 4 (1), 1-6.
- DE SOUZA, Eliane Alves et al. Desafios da Educação Financeira como Ferramenta de Combate ao Endividamento no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 3, p. 158-166, 2022.
- DIENER, E; Suh, E. (1997). Measuring quality of life: Economic, social, and subjective indicators. *Social indicators research*, 40(1-2), 189-216.
- DISNEY, R.; Gathergood, J. Financial literacy and indebtedness: New evidence for UK Consumers. Working Paper. The University of Nottingham, 2011.
- DOMINGOS, Reinaldo. *Ter dinheiro não tem segredo*. Editora DSOP, 2022.
- DOS SANTOS ALVES, W.; LACERDA, A. S.; DE MENEZES, R. L. Qualidade de Vida e Nível de Atividade Física de Idosas Comunitárias. *Fragments de Cultura*, 20 (3), 365-378, 2010.
- DOS SANTOS, F. G. Planejamento financeiro e qualidade de vida: uma pesquisa *survey* com estudantes de Ciências Contábeis da UFSC. *Revista Borges*, 2(2), 105-121, 2012.
- DOS SANTOS, S. R. et al. Qualidade de vida do idoso na comunidade: aplicação da Escala de Flanagan. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 10(6), 757-764, 2002.
- DYNAN, K. E.; KOHN, D.L. (2007). The Rise in U.S. Household Indebtedness: Causes and Consequences. In: Social Science Research Network. Recuperado 28 de setembro, 2015 de <http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>.
- FÁVERO, P. L.; BELFIORE, P. *Manual de Análise de Dados*. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- FERRER-I-CARBONELL, A. Subjective Questions to Measure Welfare and Well-being, Tinbergen Institute Discussion Papers, 02-020/3, Tinbergen Institute, 2002.

- FLANAGAN, J.C. Measurement of quality of life: current state of the art. *Arch. Phys. Med. Rehabil.*, v. 63, p. 56-59, Feb. Fundamentada nas dimensões propostas por Flanagan. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, 8(4), 7-14, 1982.
- FOX, L.; HOFFMAN, J.; WELCH, C. Federal reserve personal financial education initiatives. *Federal Reserve Bulletin*, Autumn, 447-457, 2004.
- FURNHAM, A. Many sides of the coin: the psychology of money usage. *Personality and Individual Difference*. 5, 501-9, 1984.
- GARLET, A. et al. (2007). *Qualidade de vida do enfermeiro que atua em Unidades de Terapia Intensiva privadas, por meio da Escala de Qualidade de Vida de Flanagan*. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro de Estudos de Enfermagem e Nutrição, Goiana, GO, Brasil.
- GATHERGOOD, J. (2011). Self-control, financial literacy and consumer over- indebtedness. In: *Social Science Research Network*.
- GONÇALVES, Tula de Almeida. *Crédito e endividamento das mulheres no Brasil: alguns aspectos*. 2021
- GRUSSNER, P. M. (2007). *Administrando as Finanças Pessoais para criação do Patrimônio*. Monografia Bacharel em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- HAIR, J. J. F. et al. *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HUSTON, S. J. (2010). Measuring financial literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2).
- IVO, A. B. L. (2007). Regimes de Bem-estar e pobreza na América Latina. *Cad. CRH*, 20(50), 189-196.
- KERN, D. T. B. *Uma reflexão sobre a importância de inclusão de educação financeira na escola pública*. 2009. 200 f. Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências Exatas, Centro Universitário Univates, Lajeado, RS, Brasil.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. *Fundamentos da metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LENTZ, R. A., COSTENARO, R. G. S., GONÇALVES, L. H., & NASSAR, S. M. (2000). O profissional de enfermagem e a qualidade de vida: uma abordagem fundamentada nas dimensões propostas por Flanagan. *Revi. Latino-Am. Enfermagem*, 8(4), 7-14.
- LIZOTE, S. A.; SIMAS, J. de; LANAS, J. Finanças Pessoais: um estudo envolvendo os alunos de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior de Santa Catarina. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Anais do IX
- LUCCHI, C. R.; ZERRENER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; Santos, S. C. (2006). A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: Seminário em Administração, 9., 2006, São Paulo. Recuperado em setembro, 2015, de [http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado\\_semead/trabalhosPDF/266.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf).
- LYNN, R. (1993). Sex differences in competitiveness and the valuation of money in twenty countries. *The Journal of Social Psychology*. n. 133.
- MATOS, O. (1998). As formas modernas do atraso. *Folha de S. Paulo*, Primeiro Caderno, 27 de setembro, p. 3.
- MARCONI, Nelson. Qual é o efeito da taxa de juros sobre a inflação atual?. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 76, n. 05, p. 22-23, 2022.
- MARTIN, C. Educação Financeira e Governança Tributária Atuam Como Aliadas Do Orçamento em Tempos de Recessão Econômica. *O Papel*, [s. l.], v. 80, n. 9, p. 6-8, 2019. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=138975192&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 12 jul. 2022.
- MATTA, R. O. B. (2007). *Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o programa de educação financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal*. 2007. 201 f. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- MELLO, R. M. de. (2010). *Gestão financeira pessoal de funcionários com emprego estável – funcionários do banco x S.A.* f.56. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- MENDES DA SILVA, W. (2014). Bem-estar e finanças: papel da indústria de seguros. *Rev. adm. empresa*. 54(2), 240-241.
- MICHEL, M. H. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. São Paulo: Atlas, 2005.

MODIGLIANI, F.; BRUMBERG, R. (1954). Utility analysis and the consumption function: An interpretation of cross-section data. In: The Collected Papers of Franco Modigliani.

NOGUEIRA, R. C. G. (2009). *Finanças comportamentais: diferenças na tolerância de risco entre cônjuges – replicando uma pesquisa e propondo alternativas complementares*. Dissertação de Mestrado de Administração, Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

OLIVEIRA, Nicolas Leone Toledo de. *A importância da educação financeira durante a formação do oficial na Academia Militar das Agulhas Negras: estudo comparativo acerca do nível de conhecimento sobre investimentos e responsabilidades no consumo*. 2021

ONUSIC, L. M. (2013). Determinantes e antecedentes do bem-estar e da felicidade. *Rev. adm. empresa*. 53(4), 418-418.

PALUDO, T.; RAMOS, F. M. (2014). *Relação entre qualidade de vida e o nível de endividamento pessoal*. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharel em Administração, Universidade do Contestado –UnC- Concórdia.

PICOLLI, M. R.; SILVA, T.P. (2015). Análise do nível de educação em gestão financeira dos funcionários de uma instituição de ensino superior. *Economia e Gestão*, 15(41), 112-134.

PINHEIRO, V. P. G.; ARANTES, V. A. (2015). Values and Feelings in Young Brazilians' Purposes. *Paidéia (Ribeirão Preto)*. 25(61), 201-209.

RICHARDSON, R. J. et al. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3. ed.) São Paulo: Atlas.

ROBBINS, S. P. (2000). *Administração: mudanças e perspectivas*. São Paulo: Saraiva.

SANTOS, J. H. de A. et al. (2009). *Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração*. Salão de Iniciação Científica (21: 2009 out. 19-23: Porto Alegre, RS). Livro de resumos. Porto Alegre: UFRGS.

SARMA, M.; PAIS, J. (2010). Financial inclusion and development. *Journal of International Development*, 23(5), 613-628.

SCORSOLINI-COMIN, F. (2012). Por uma nova compreensão do conceito de bem-estar: Martin Seligman e a psicologia positiva. *Paidéia*: 22(53), 433-435.

SILVA, A. F. et al. (2013). *Finanças pessoais: um estudo sobre a utilização do orçamento familiar pelos alunos graduandos em ciências contábeis da FSG*. VII Seminário de Iniciação Científica Curso de Ciências Contábeis da FSG, 2, 361-379.

SILVA DA ROSA, S. A Importância da Educação Financeira para Aumento de Eficiência no Planejamento e Controle de Finanças Pessoais. *Administração de Empresas em Revista*, [s. l.], v. 3, n. 25, p. 97-120, 2021. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=154392701&lang=pt-br&site=ehost-live>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SILVA, R. (2006) *Características do estilo de vida de professores do ensino superior público em educação física*. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. (2008). Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. *Psic.: Teor. e Pesq.* 24(2), 201-209.

SOUSA, A. F. TORRALVO, C.F. *Aprenda a administrar o próprio dinheiro*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

SOUSA, S. de M. A. de. (1999). Qualidade de vida em clientes costumizados. *Texto & contexto enferm* 8.3, 162-182.

SOUZA, D. P. de. (2012) *A importância da educação financeira infantil*. Centro Universitário Newton Paiva. Belo Horizonte.

TANG, T. L. P. (1992). The meaning of money revisited. *Journal of Organizational Behavior*, 13, 197-202.

TRIPODI, T.; FELLIN, P.; MEYER, H. J. (1981). *Análise da pesquisa social: Diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e ciências sociais*. (2. ed.) Rio de Janeiro: Francisco Alves.

WISNIEWSKI, M. L. G. (2011). A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. *Revista Intersaberes*, Curitiba, 6(12), 155-172.



# Analizando o papel da educação financeira e da aprendizagem na transferência de conhecimento entre responsáveis e dependentes

Percebe-se, cada vez mais com mais frequência, que as famílias têm uma maior preocupação com sua situação financeira e dos seus dependentes, trazendo ao debate familiar muitas questões, sobretudo, em relação à educação financeira. Nessa perspectiva, a presente pesquisa contribui com a discussão sobre os conhecimentos de educação financeira que são transmitidos pelos indivíduos aos seus dependentes. Assim, o objetivo geral tratou de apresentar um panorama da temática visando identificar os conhecimentos financeiros adquiridos pelos indivíduos e como eles repassam esses conhecimentos aos seus dependentes. Para atingir esse objetivo, foi utilizada uma pesquisa documental com abordagem qualitativa na análise dos dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados (sete) pais que possuem como característica (ato) o repasse de recursos financeiros aos seus filhos, seja por meio de mesada, de forma esporádica e até mesmo os que já possuem renda própria. A partir da pesquisa documental foram criadas 2 (duas) categorias com vistas a identificar como os responsáveis transmitem seus conhecimentos financeiros aos dependentes. Os resultados indicaram que: (a) independentemente da renda, os responsáveis reconhecem a importância da educação financeira; (b) os responsáveis transmitem seus conhecimentos para os dependentes geralmente pelo exemplo e pelo diálogo; e (c) a experiência pessoal se mostrou como um dos principais agentes formadores de comportamento financeiro dos entrevistados. Por fim, conclui-se que a educação financeira melhora o cotidiano ao melhorar o controle dos gastos e permite uma satisfatória gestão dos recursos; mesmo entre os que não aplicam qualquer conceito de educação financeira, consideram-na importante para seus dependentes.

## Marcos Gabriel Moura de Medeiros

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido, onde realizou trabalhos de pesquisa e extensão na área de Educação Financeira, possui experiência profissional nas áreas de Controladoria e Auditoria, trabalhando com empresas de abrangência nacional e internacional. Hoje atua como analista de dados.

*E-mail:* marcos\_gabriel582@hotmail.com

## Alvaro Fabiano Pereira de Macêdo

Graduado em Ciências Contábeis (2003), mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2005) e doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) em regime de cotutela com a Universidade do Minho (Portugal), é professor adjunto da Ufersa. Possui experiência prática na área de Gestão Pública e desenvolve projetos de pesquisa e extensão na área de Finanças Públicas e entidades de Terceiro Setor.

*E-mail:* alvarofabiano@ufersa.edu.br

## Felipe Ranielly Feliz da Silva

Graduado em Ciências Contábeis pela Ufersa, é profissional com atuação na área contábil.

*E-mail:* feliperanielly@hotmail.com

## Liandra Chirley Medeiros da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis, atualmente é mestranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Ufersa.

*E-mail:* chirleyliandra@gmail.com

## 1. Introdução

A busca por uma maior democratização no acesso aos recursos financeiros sempre despertou interesse no mundo acadêmico, político e pessoal. Como parte desse acesso, tem-se a temática Educação Financeira ganhando cada vez mais espaço no cotidiano das famílias, seja em virtude da relevância do tema, seja pela necessidade que as famílias têm de controlar melhor seus orçamentos. Percebe-se uma quebra de paradigma ao trazer o tema à “mesa familiar”. Então iniciar desde cedo a abordagem desse tema se configura com uma boa estratégia a se adotar (RAHMAN & GAN, 2020; LIM & NAKAZATO, 2018).

Entre as mais diversas áreas que abordam esse tema, temos a Ciência Contábil como um campo fértil de pesquisa, de contribuição, de discussão e de avanço, que pode iniciar promovendo atividades de educação desde a fase inicial (educação básica) até o último nível de formação (investimentos) (SANTANA, 2014; ANDRADE & LUCENA, 2018; RIBEIRO, BOTELHO E DANTAS, 2021).

A Educação Financeira possibilita entender como os fatos que ocorrem na economia interferem no dia a dia das pessoas e, a partir disso, viabiliza a tomada de decisão em relação ao seu consumo e poupança. Existe uma relação “economia x consumo” nas famílias. Em uma economia estável, as pessoas normalmente tendem a gastar mais, a tomar decisões que não visem, em primeira instância, poupar dinheiro. Já uma economia em crise, por exemplo, geralmente faz com que as pessoas optem por medidas que evitem o consumo visando poupar seu dinheiro (BRITO et. al., 2012; RIBEIRO, 2020; ENEF 2010, 2017).

Conforme dados da *Infinity Asset Management* (2021), o Brasil foi o quarto colocado no *ranking* de maior taxa de juros nominais entre os 40 principais países do mundo, em setembro de 2021. Quando se trata da taxa de juros real, que considera o rendimento da operação menos a inflação do período, o país passa para a segunda colocação no *ranking* dos maiores juros. Tal cenário reflete na concessão de crédito com o consequente endividamento, impactando principalmente a parcela da população menos favorecida. Isso reforça cada vez mais a busca por conhecimento sobre educação financeira, juros, consumo, etc. (DOWBOR, 2016b).

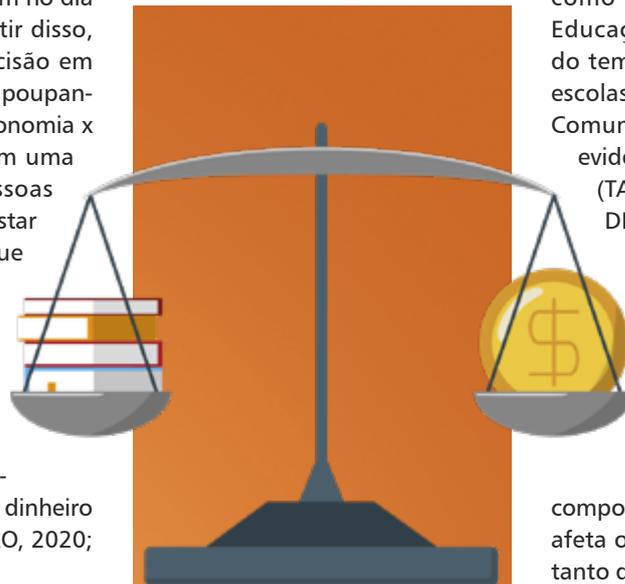
Diariamente os conceitos sobre educação financeira são reconhecidos, na prática, pelas pessoas, passando, algumas vezes, até despercebidos por elas, como, por exemplo, no momento de tomar decisões ao se comprar um produto mais barato e ao se analisar melhor o que é realmente necessário adquirir, evitando gastos desnecessários que possam vir a dar resultados negativos futuramente, fato que pode afetar diretamente a economia das pessoas. Com base nisso, é

possível dizer que o tema Educação Financeira está sempre presente no dia a dia dos cidadãos, mostrando que é um assunto de alta relevância (ENEF, 2018; KLARIN, 2018).

Manter o tema Educação Financeira na vida de crianças é bastante importante, uma vez que isso poderá trazer fatores positivos no futuro. Há pessoas que evitam falar de dinheiro para as crianças. Segundo Souza (2012), muitos pais acreditam que basta a criança, no futuro, ter um bom emprego e ser bem-sucedida, ou seja, creem que a criança deve se preocupar apenas com os estudos. O conteúdo Educação Financeira para crianças não tem como objetivo primordial ensiná-las a fazer economias, mas, sim, fazer com que as pessoas, desde cedo, tomem consciência de como devem gerenciar seus recursos, com o objetivo de ter uma vida melhor. Segundo Rocha (2008), ao educar financeiramente uma criança, quando adulta ela se tornará uma pessoa mais responsável no momento de gerenciar seu salário; será consciente em saber os momentos de economizar seu dinheiro para comprar algum produto e em economizar seus recursos visando garantir uma poupança.

Nesse contexto, iniciativas como a Olimpíada Brasileira de Educação Financeira e a inclusão do tema Educação Financeira nas escolas por meio da Base Nacional Comum Curricular são fatores que evidenciam a relevância do tema (TANG, 2016; ENEF, 2018; ANDRADE & LUCENA, 2018).

Pesquisas recentes já destacam a importância e a influência dos pais sobre seus filhos. Tang (2017), ao estudar o comportamento financeiro de 2.520 adultos jovens, concluiu que o comportamento financeiro dos pais afeta o comportamento dos filhos tanto direta quanto indiretamente,



“Diariamente os conceitos sobre educação financeira são reconhecidos, na prática, pelas pessoas, passando, algumas vezes, até despercebidos por elas, como, por exemplo, no momento de tomar decisões ao se comprar um produto mais barato e ao se analisar melhor o que é realmente necessário adquirir.”

por meio do desenvolvimento geral de habilidades de autocontrole. Vale ressaltar que um dos principais problemas dos pais para educar financeiramente os filhos está ligado com a própria falta de capacitação para ensiná-los e, além disso, muitos pais sequer conseguem administrar seus próprios recursos, dificultando a transmissão dos conhecimentos sobre educação financeira (SANTANA, 2014; PEREIRA, 2017).

Ante o exposto, o presente trabalho tem como problemática a seguinte questão: **Qual o papel da educação financeira na formação dos indivíduos e como isso influencia a aprendizagem dos dependentes?** Este trabalho tem como objetivo descrever o papel da educação financeira na formação dos indivíduos e como isso influencia o grau de aprendizagem dos seus dependentes.

A justificativa para a presente pesquisa reside na busca por aprofundar para além das pesquisas já realizadas nesse campo acadêmico e empírico, que tenham analisado o comportamento em relação às finanças dos responsáveis financeiros, e como esses responsáveis transferem os conhecimentos aos seus dependentes. Segundo Rocha (2008), a aprendizagem

financeira das crianças se reflete em adultos mais responsáveis financeiramente. Logo, investigar o comportamento dos responsáveis financeiros pode explicar parte do comportamento financeiro dos seus dependentes.

Percebe-se aqui que, por um lado, tem-se uma lacuna teórica e, por outro, uma aplicação empírica a ser implementada. Logo, ao tratar desde cedo o tema, espera-se alcançar melhores resultados práticos no cotidiano dos indivíduos, e a Ciência Contábil está na vanguarda dessa análise. As contribuições desta pesquisa se aplicam nas necessidades da educação financeira como contribuinte na vida da população brasileira, para a área acadêmica, principalmente contábil e finanças; destaca-se como uma contribuição dessa lacuna, bem como uma oportunidade de aplicação prática com pessoas e empresas no auxílio na tomada de decisão financeira.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 Educação financeira

Define-se a Educação Financeira como uma forma didática a qual se disponibilizam dicas de como se utilizar bem o dinheiro e, portanto, o indivíduo se transfor-

ma mais eficiente quanto ao controle financeiro e à capacidade de gerenciar o seu dinheiro. Por meio da área Educação Financeira, tem-se o fortalecimento da cidadania, apoiando ações que auxiliam a população na tomada de decisão financeira mais conscientes (PEREIRA, 2017; FREITAS et al., 2021).

O objetivo primordial da educação financeira é instruir os indivíduos sobre os conhecimentos de gerenciamento de suas finanças pessoais, com o intuito de proporcionar um menor risco de gastos. As finanças pessoais analisam a situação financeira das aquisições de bens e serviços para a satisfação dos desejos e necessidades dos indivíduos (BRYK, 2021).

A necessidade de adquirir conhecimentos financeiros não é mais só inerente aos profissionais que trabalham com a área financeira. Na atualidade, com o advento das diversas mudanças impostas pelo sistema capitalista, a preocupação com a educação financeira de qualidade se faz necessária, como, por exemplo, às crianças, para que estas, futuramente, sejam pessoas responsáveis em relação às suas finanças, aumentando as chances de serem bem-sucedidas (CORREIA, LUCENA, GADELHA, 2015; ENEF, 2018).

A escola também possui um papel fundamental na formação da educação financeira das crianças e dos adolescentes, principalmente na utilização de novas metodologias de ensino. Cunha (2020) destaca que a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) tem sido um dos principais métodos aplicados nas escolas para o ensino da educação financeira. A Enef tem como objetivo proporcionar a cultura de educação financeira no país, expandir o entendimento do cidadão desde o ensino fundamental ao ensino superior, contribuindo com a eficácia da administração de seus recursos financeiros (CUNHA, 2020).

Apesar da importância do tema, ele não é suficiente para abordar todos os aspectos comportamentais e financeiros. A pesquisa de Carpena et al. (2017, p. 20) concluiu que a educação financeira, por si só, melhora a conscientização e as atitudes financeiras, mas deixa de melhorar os resultados comportamentais de longo prazo na economia orçamentária e no endividamento.

Temas relacionados à educação financeira ainda podem ser considerados uma novidade no Brasil (PEREIRA et al., 2017). Os autores também afirmam que todo o controle financeiro do lar tem como base a educação, disciplina e regras, sendo esses fatores muitas vezes negligenciados por parte dos pais ao longo da formação, devido, principalmente, a questões culturais e de base já carregados há gerações (PEREIRA et al., 2017).

## 2.2 Finanças pessoais

O tema Finanças Pessoais vem adquirindo destaque nos meios de comunicação, fazendo com que pesquisadores atentassem para a importância da educação financeira. Os indivíduos com uma boa educação financeira são mais capacitados para alavancar seu processo de desenvolvimento (SANTANA, 2014).

As finanças são entendidas como a economia de uma instituição, empresa, governo ou indivíduo com atenção aos processos econômicos disponíveis em seu âmbito. As finanças pessoais ainda é a ciência que visualiza a aplicação de conceitos financeiros em suas decisões pessoais e familiares. Considera-se ainda que as finanças pessoais estudam os recursos introduzidos no individual ou em um grupo familiar. Desta forma, o indivíduo desenvolve a capacidade de ganhar bem e gastar de forma correta (FLACH; MATTOS, 2019).

A respeito de economia e de investimento, diversos brasileiros buscam inicialmente a poupança. O significado das finanças pessoais é analisar as possibilidades de financiamentos de ganhos nos bens e serviços ao bem-estar pessoal. A economia brasileira é baseada na moeda e no crédito. As finanças pessoais integram os recursos próprios e ainda de terceiros para obtenção de mercadorias e ainda a possibilidade em aplicar recursos físicos a fim de obter receitas (LIMA et al., 2019; PEACOCK, 2014).

A obtenção do sucesso financeiro no futuro dependerá de um bom controle das finanças pessoais. O indivíduo que possui um nível de capacidade mais elevado para planejar eficientemente a vida financeira será capaz de poupar mais

seus recursos, deixando-o mais seguro em momentos de necessidade financeira. Pessoas assim também dispõem de mais competência e de conhecimentos melhores para investir seus recursos sem ficarem endividadas (COSTA, 2004; PEREIRA, 2017; PEACOCK, 2014).

Logo, ao se trazer o tema Finanças Pessoais à mesa de discussões, está se avançando em um ponto focal do avanço na literatura que carece de mais debate e principalmente de aplicações práticas que permitam um avanço nos resultados do cotidiano dos indivíduos. Ao se transformarem as finanças pessoais em política pública, por exemplo, poder-se-ia transformar um problema crônico social em uma alternativa de avanço pessoal e coletivo (RIBEIRO, 2020; PEREIRA, 2018, MATTOS, 2019).

## 3. Aspectos Metodológicos

### 3.1 Classificação da pesquisa

A metodologia empregada no presente trabalho possui caráter bibliográfico e qualitativo, na qual, segundo Gil (2007), o tipo de pesquisa bibliográfica tem como objetivo proporcionar maior entendimento sobre o problema, com vistas a torná-lo mais compreensível ou a elaborar hipóteses.

A abordagem qualitativa, segundo Moraes e Galizazzi (2007, p.11), “pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga, partindo de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação”. Com base nisso, o objetivo é compreender, reformando conhecimentos sobre o instrumento de estudo.

Bogdan e Biklen (2010) evidenciam cinco características a respeito da pesquisa qualitativa: (a) o fato de o investigador constituir-se em instrumento principal de ação, sendo o ambiente natural a fonte direta de dados; (b) a presença e o destaque dado à descrição;



(c) o interesse dos investigadores em focalizar mais o processo do que simplesmente os resultados ou produtos; (d) a tendência dos investigadores em analisar os seus dados de forma indutiva; e (e) a importância vital dada ao significado da pesquisa realizada.

Uma diferença desse tipo de pesquisa é que a pesquisa bibliográfica está relacionada a uma forma de estudo e de análise de documentos de cunho científicos, como livros, periódicos, artigos científicos, entre outros; já a pesquisa documental atenta para as fontes primárias, ou seja, os materiais que ainda não examinados analiticamente (OLIVEIRA, 2007).

### 3.2 Instrumentos e procedimentos de coleta dos dados

A característica da população pesquisada corresponde a responsáveis financeiros que possuem filhos, que, de alguma forma, já recebem dinheiro, como símbolo de mesada ou apenas para lanches/jogo. O critério para participação na pesquisa foi a acessibilidade ao entrevistado, que teria que ser responsável financeiro do seu dependente e possuir fonte de renda, constituindo-se em uma amostra por conveniência e acessibilidade suportada na literatura acadêmica. Dessa forma, foram selecionados para a amostra final 7 responsáveis financeiros que tenham filhos ganhando recursos por meio de mesadas, dinheiro de forma esporádica ou, até mesmo, que já trabalhem. Os entrevistados foram selecionados por conveniência, dada a disponibilidade de tempo deles. Selecionados os entrevistados, os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas mediante roteiro, em que as perguntas foram previamente formuladas com o intuito

## Quadro 2 – Categorias utilizadas na pesquisa

Aprendizagem	“O objetivo primordial da educação financeira é <b>instruir os indivíduos</b> sobre os produtos financeiros com a finalidade de proporcionar um melhor <b>gerenciamento de suas receitas</b> , minimizando os riscos e <b>otimizando as probabilidades</b> de poupar ou fazer investimentos adequados que venham a surgir.” (FAVERI et al., 2012).
Educação Financeira	“Define-se Educação financeira como uma <b>prática social</b> , que deve estar inserida em um espírito crítico e em <b>planejamento</b> de oportunidades que permitam com que os consumidores atuem ativamente na percepção e nas mudanças nos contextos no qual se inserem. Desta forma, educação financeira seria um elemento que proporcionaria a <b>liberdade socioeconômica</b> para os indivíduos. A educação financeira é uma área que, através dela, viabiliza um melhor <b>aproveitamento em relação aos gastos</b> de uma pessoa e que também garante uma maior chance de <b>economizar suas finanças</b> com alguns intuítos predeterminados, fazendo com que os cidadãos seja <b>pessoas equilibradas financeiramente</b> .” (CAMPOS, 2012)

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

de, no momento da entrevista, não fugir da temática. O roteiro de entrevista foi elaborado com base na literatura citada, composto de 23 questões abertas. As entrevistas foram feitas gravadas e depois transcritas para que fosse possível a análise dos dados coletados.

### 3.3 Tratamento e análise dos dados

Com o objetivo de solucionar o problema da presente pesquisa, os dados coletados foram analisados por meio da análise categorial. A análise categorial compreende a fragmentação do texto em categorias agrupadas sistematicamente (BARDIN, 1977). Para esse tipo de pesquisa, a análise categorial é bastante importante, tendo em vista que ela se configura como a melhor alternativa para análises por meio de dados qualitativos.

O autor ainda menciona que as categorias são feitas por meio de trechos escolhidos a partir da conversa com o entrevistado, fundamentando-se pelo referencial teórico. Não existe uma norma preestabelecida para a escolha das categorias, nem para quantificar categorias. Tais escolhas ficam a critério dos autores da pesquisa, de acordo com os dados coletados nas entrevistas.

Essa metodologia de análise categorial proposta por Bardin (1977) permite uma construção

categorial e metodológica com alcance de lacunas existentes na literatura, o que contribui, sobretudo, com temas que buscam base conceitual mais sólida e/ou estão em processo construtivo-metodológico. Nesse contexto, foram colocadas em destaque as palavras consideradas “palavras-chave” para cada um dos conceitos.

Por meio de cada conceito ligado às categorias citadas no Quadro 2, foram inseridos comentários dos entrevistados que estejam relacionados com as palavras-chave citadas, unindo-os a um conceito de autores sobre o tema para demonstrar se os entendimentos do tema, por parte dos entrevistados, estavam em consonância com o conceito determinado por esses autores. O software *XMind* foi utilizado para a construção de figuras com o intuito de obter auxílio visual no processo de análise.

## 4. Discussão e Análise dos Resultados

### 4.1 Categoria de Análise 1 – Aprendizagem

Neste tópico, serão discutidos os conceitos de aprendizagem a partir da comparação entre a literatura e as falas dos entrevistados acerca do tema. Para essa análise, tem-se o conceito proposto por Faveri et al. (2012) sobre o tema.

O tópico a seguir faz a análise da Categoria 1 – Aprendizagem à luz da teoria em comparação as respostas dos entrevistados.

#### 4.1.1 Análise da Categoria 1

Todos os entrevistados citaram alguma expressão relacionada a “instruir os indivíduos”. No caso da presente pesquisa, os indivíduos são os seus dependentes, cuja aprendizagem se dá por meio do exemplo, dialogando sobre qual decisão é a mais correta a se tomar. Alguns citaram a minimização de riscos, sob o exemplo de sempre evitar compras parceladas para evitar endividamentos ou juros altos.

Também é possível perceber que a experiência pessoal foi o principal agente de formação da educação financeira dos entrevistados e é por meio da experiência prática adquirida que esses aprendizados são repassados aos dependentes.

Mesmo com as outras palavras-chave não tendo grandes citações nas respostas, instruir os indivíduos se mostrou como a parte mais contemplada das respostas dos entrevistados. Pode-se afirmar, então, que para a presente pesquisa, o conceito de Aprendizagem proposto por FAVERI et al. (2012) e Kroetz, Valentim e Censi (2012) é corroborado pelas respostas dos entrevistados.

### Quadro 3 – Categoria: Aprendizagem

**CONCEITO:** o objetivo primordial da educação financeira é instruir os indivíduos sobre os produtos financeiros com a finalidade de proporcionar um melhor gerenciamento de suas receitas, minimizando os riscos e otimizando as probabilidades de poupar ou de fazer investimentos adequados que venham a surgir (FAVERI et al., 2012).

**Entrevistado 1:** o entrevistado 1 afirma que passa ensinamentos para seus dependentes utilizando a prática, como, por exemplo, nas compras com os cartões de crédito; ele tenta passar para seus dependentes que é mais vantajoso comprar o produto à vista, com desconto, e utilizar essa economia do desconto com outras necessidades. Ele ainda diz que recebeu instruções sobre educação financeira, porém, não com este nome; afirma que os pais estão sempre ensinando e educando seus filhos financeiramente. O entrevistado possui 4 filhos e comenta que os dois filhos mais novos repetem bastante atitudes dele por serem mais acometidos com relação ao dinheiro; porém, os mais velhos, por se acharem mais independentes, terminam não repetindo suas atitudes.

**Entrevistado 2:** o entrevistado 2 alega que seus dependentes aprendem na forma prática; afirma que ultimamente sempre evita fazer compras parceladas, procurando sempre pagar o produto à vista na presença dos dependentes; diz que seus dependentes veem essa atitude e notam que é mais vantajoso comprar à vista. Ele ainda comenta que aprendeu, de pouco tempo para cá, a economizar mais seu dinheiro, pois ele diz que não recebeu instruções dos pais sobre educação financeira. Ele comenta também que não passa para seus dependentes instruções de como gastar, mas o orienta a não gastar todo o dinheiro que tem e que pense mais no futuro. O entrevistado reitera que seu filho não é uma pessoa “gastadeira”. O entrevistado ainda reitera que seu filho não repete suas atitudes, pois se considera uma pessoa “gastadeira”, e afirma que ele é uma pessoa muito controlada, talvez pelas instruções dadas.

**Entrevistado 3:** o entrevistado 3 diz que aprendeu o que sabe hoje por meio dos ensinamentos, com relação a finanças, passados pelos seus pais; ainda afirma que sempre procura passar esses conhecimentos para os seus dependentes, orientando-os também a economizar sempre. Ele afirma que o diálogo é sempre importante sobre o orçamento da família para evitar gastos desnecessários. Ele acredita que, ao criar a conta poupança para uma criança, ela apreenderia a economizar para o futuro. Ela alega que vê seu filho sempre procurando pagar suas compras à vista, evitando parcelamento, e gasta mais com o que é necessário, repetindo parte de suas atitudes.

**Entrevistado 4:** o entrevistado 4 diz que sempre utiliza a moeda corrente no momento de uma compra e não possui cartões de crédito. Ele afirma que não recebeu instruções dos seus pais a respeito da educação financeira, adquiriu-a apenas na universidade. Ele comenta que sempre mostra os filhos a importância de se fazer um planejamento no momento de uma compra para evitar endividamentos no futuro. Ele alega que, com base nessas instruções passadas, seus dependentes hoje possuem um maior controle sobre os consumos desnecessários, completando que seus dependentes repetem suas atitudes, procurando orientar-se com base no planejamento familiar que ele faz.

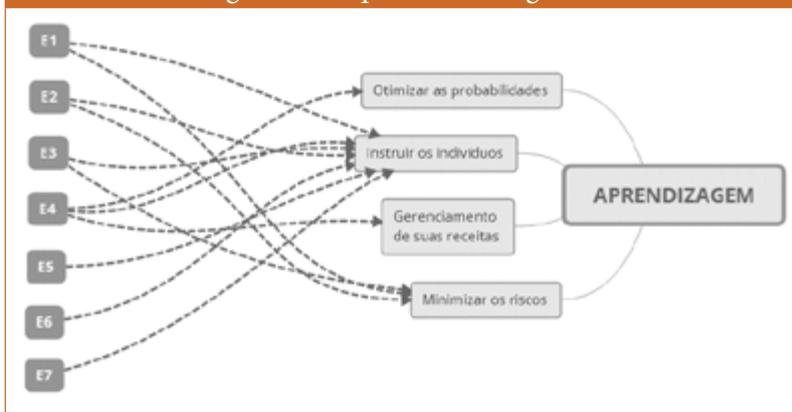
**Entrevistado 5:** o entrevistado 5 não recebeu nenhuma instrução dos seus pais, apenas um ou outro conselho de um tio, e que esses conceitos deveriam ser aprendidos tanto na escola quanto em casa. Ele também relatou que o filho aprendeu a guardar dinheiro no cofrinho e a pedir as coisas apenas a ele, já que a mãe é mais centrada do que o pai.

**Entrevistado 6:** a entrevistada 6 diz que a educação financeira deveria ser ensinada tanto em casa como na escola, mas ela acredita que em casa é mais importante, já que na escola ele vê apenas a teoria e a prática seria o exemplo que ele pega de casa. Ela também relatou a importância da reutilização dos recursos e que o filho dela é mais impulsivo em relação a comprar.

**Entrevistado 7:** a entrevistada 7 acredita que o tema deveria ser aprendido em casa e na escola, mas julga a casa sendo o lugar mais importante. Ela não recebeu nenhuma instrução dos seus pais sobre dinheiro e não notou nenhuma diferença no comportamento dela com os seus dependentes.

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Figura 1 – Esquema da Categoria 2



Fonte: elaborado pelos autores (2022).



## 4.2 Categoria de Análise 2 – Educação Financeira

Neste tópico, serão discutidos os conceitos de Educação Financeira a partir da comparação entre a literatura e as falas dos entrevistados acerca do tema. Para essa análise, tem-se o conceito proposto por Campos (2012) sobre o tema.

### 4.2.1 Análise da Categoria 2

Os resultados da Categoria 2 foram bem dispersos. As maiores respostas foram relacionadas ao equilíbrio financeiro, liberdade socioeconômica (sob o exemplo de não estar endividado) e economia das finanças, também sob exemplos. Apesar de os resultados terem sido dispersos, todos os entrevistados assimilaram educação financeira com alguma palavra-chave do conceito de Campos (2012). Logo, pode-se afirmar que, para a presente pesquisa, o conceito de educação financeira utilizado é válido.

A unanimidade nas respostas dos entrevistados foi o reconhecimento da importância da educação financeira. Todos os sete entrevistados acreditam que a educação financeira é importante. Esses resultados são condizentes com os achados de Destefani (2015), que dizem que, independentemente do patamar social, os pais reconhecem a importância da educação financeira e que apenas uma minoria acha que é cedo demais para se trabalhar o tema com crianças.

Uma variável que chamou atenção nas respostas dos entrevistados foi o desconhecimento prévio do tema. Contudo os responsáveis demonstraram grande apreço e necessidade de se conhecer o tema. Assim fatores como manter o diálogo, gastar o necessário, ter controle e responsabilidade foram citados como benefícios da educação financeira. Confrontando-se a literatura,

## Quadro 4 – Categoria: Educação Financeira

**CONCEITO:** define-se Educação financeira como uma prática social, que deve estar inserida em um espírito crítico e em planejamento de oportunidades que permitam com que os consumidores atuem ativamente na percepção e nas mudanças nos contextos no qual se inserem. Desta forma, educação financeira seria um elemento que proporcionaria a liberdade socioeconômica para os indivíduos. A educação financeira é uma área que, por meio dela, viabiliza um melhor aproveitamento em relação aos gastos de uma pessoa e que também garante uma maior chance de economizar suas finanças com alguns intuitos predeterminados, fazendo com que os cidadãos sejam pessoas equilibradas financeiramente (CAMPOS, 2012).

**Entrevistado 1:** o entrevistado 1 afirma que, por meio da educação financeira, criou mecanismos, como uma planilha, a qual serve para controlar melhor suas finanças. Essa planilha está acessível a todos os seus dependentes no intuito de mostrá-los como anda o orçamento familiar. Em uma das suas falas, ele afirma que o contato da criança com o tema Educação Financeira afetará, beneficentemente, o seu comportamento financeiro no futuro. Ele afirma que o melhor lugar para se aprender sobre o tema Educação Financeira é em casa com os responsáveis, mas que esse é um tema para se fazer diálogo em escolas, igrejas e em demais dimensões. Segundo ele, uma criança educada financeiramente, no futuro, apresentará comportamentos, como, por exemplo, de evitar dívidas, pois ele, ciente deste tema, terá medo de dívidas.

**Entrevistado 2:** o entrevistado não teve instrução financeira dos pais, mas ele acredita que, se tivesse sido orientada de acordo com o tema Educação Financeira desde criança, hoje ela seria uma pessoa que saberia melhor como gastar seu dinheiro. Ela utiliza essa fala para afirmar que a educação financeira é bastante importante para a forma como uma criança agiria em relação a dinheiro no futuro, pois, se ela tivesse sido instruída, seria mais controlada com seu dinheiro. Na opinião do entrevistado, essa criança terá uma base melhor sobre o que é realmente necessário gastar. Ela ainda afirma que os pais devem orientar seus filhos no intuito de ajudá-los a saber como gastar seu dinheiro, alegando que educação financeira deve ser aprendida com os pais e nas escolas também. O entrevistado considera-se uma pessoa não muito comportada financeiramente, mas sempre procura passar para o filho, evitando que ele também seja igual a ele e ainda afirma que seu filho, hoje, é mais controlado até do que ele mesmo.

**Entrevistado 3:** a entrevistada nunca ouviu falar do tema Educação Financeira, porém acredita que ela é de suma importância na vida das pessoas; entende que uma pessoa educada financeiramente desde criança terá mais controle sobre o seu próprio dinheiro consequentemente, tendo uma vida mais estável no futuro. Ela acredita que esse tipo de educação deve partir tanto da escola quanto de casa e tenta passar seus conhecimentos sobre como se comportar em relação ao dinheiro para seus dependentes através de diálogos juntamente com os outros membros da família, para evitar gastos desnecessários.

**Entrevistado 4:** o entrevistado 4 considera que o tema Educação Financeira é bastante importante, pois servirá como base às reais necessidades ao que ele pode adquirir com suas finanças. Ele ainda argumenta que crianças cientes do tema apresentarão comportamentos benéficos, como autocontrole sobre a vida financeira no futuro. Ele afirma que as crianças devem ser educadas visando economizar dinheiro, mostrando a realidade de como um indivíduo pode ser econômico sem deixar que isso afete seu desenvolvimento individual. Ele ainda comenta que os responsáveis devem educá-los visando coibir os comportamentos no que tange aos desejos supérfluos. Ele acredita que a educação financeira deve ser passada para as crianças em todas as condições favoráveis, além da escola e na própria casa com os responsáveis.

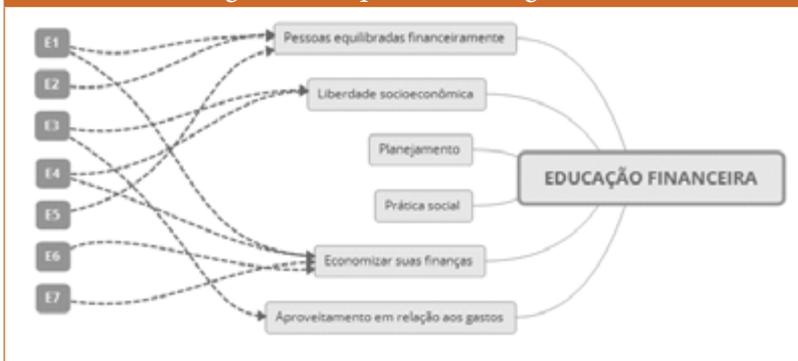
**Entrevistado 5:** o entrevistado 5 não conhecia o tema até ver uma palestra de um professor. Ele recebeu apenas alguns conselhos e hoje considera o tema extremamente importante, passando a exercitar com seu filho. Ele também acredita que o seu filho será mais educado financeiramente e terá mais cuidado que ele.

**Entrevistado 6:** a entrevistada 6 acredita que a educação na formação de um adulto mais responsável, aprendendo a administrar suas próprias finanças; considera que o papel dos pais nessa educação seria demonstrar o caminho, o exemplo, mostrando controle e responsabilidade.

**Entrevistado 7:** a entrevistada 7 já ouviu falar sobre educação financeira em um curso do Sebrae; acredita que se, desde pequena, a criança aprender como gastar o dinheiro, terá menos problemas quando for adulta. Ela sempre procura limitar o valor que seus dependentes podem gastar e dá sempre o mínimo possível.

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Figura 2 – Esquema da Categoria 2



Fonte: elaborado pelos autores (2022).

a BNCC e a ENEF com os achados da pesquisa, percebe-se que é um tema que estava “adormecido” no âmbito individual e que carecia de maior divulgação e aplicação, quer seja entre os responsáveis quer seja entre os respondentes. Logo, ocorre uma relação de troca mútua entre os dois atores analisados – os pais e os dependentes, corroborando assim os achados de Tang (2016, 2017), Souza (2012) e Campos (2012).



### 4.3 Síntese categorial

Ao analisar como o comportamento dos responsáveis em relação aos seus dependentes influencia a questão financeira, é possível concluir que o fato de repassar os conhecimentos sobre educação financeira e fazer com que as crianças se relacionem mais com o tema desde cedo resultará em maiores benefícios no futuro para elas, alegando que serão pessoas adultas mais controladas com relação ao seu dinheiro, não entrando em endividamentos.

Os resultados da pesquisa estão em desacordo com o trabalho de Cruz Neto et al. (2017), em que, ao analisar um grupo de consumidores, concluiu-se que a presença de filhos se relaciona negativamente ao comportamento de poupança, o que sugere que os indivíduos modificam tal comportamento de acordo com as fases da vida. Por outro lado, está em sintonia com Tang (2016, 2017), Souza (2012) e Campos (2012) ao constatar que o tema desperta interesse dos responsáveis financeiros, sendo que o que faltava na verdade era uma apresentação formal, seja por meio de cursos, de eventos e de treinamentos ou simplesmente de conversas entre as partes.

Na análise do grau de repetição (aprendizagem) dos dependentes em relação aos responsáveis, nota-se que nem todos os dependentes dos entrevistados repetem as suas ati-

tudes. Os filhos mais velhos que se acham mais independentes financeiramente têm atitudes diferentes das tomadas por um dos entrevistados; também conclui-se que não significa que, se os pais são pessoas mais “gastadeiras”, os dependentes também serão – um dos entrevistados alegou isso, pois, embora ele seja mais consumista, seu filho é uma pessoa mais controlada, isso porque mesmo ele tomando atitudes com relação aos gastos, tenta passar ao seu dependente as dicas necessárias para que ele não repita as suas atitudes. A diferença de comportamento entre os dependentes da mesma família é um fator a ser considerado na análise, pois receberam o mesmo ensinamento, mas se comportam de forma distinta. Essa constatação leva a uma nova variável a ser verificada posteriormente.

Quanto a definir o papel da educação financeira no comportamento financeiro, o objetivo foi alcançado, pois todos os entrevistados acreditam que o tema Educação Financeira é bastante importante e afeta diretamente o comportamento financeiro dos indivíduos no futuro. Eles comentam que uma pessoa que conhece e aplica o tema será uma pessoa mais controlada em relação aos seus recursos. Em um comentário de um dos entrevistados, ele afirma que, se tivesse sido instruído sobre a educação financeira quan-

do criança, com certeza seria uma pessoa mais controlada hoje, mostrando que este tipo de educação influencia o comportamento futuro das pessoas em relação ao dinheiro. Os comentários dos entrevistados validam os conceitos de autores que tratam dos benefícios da educação financeira no comportamento dos indivíduos. Esses achados reforçam o papel do tema em questão na melhoria do comportamento financeiro dos indivíduos.

Após a análise das duas categorias apresentadas, percebe-se que, à luz da teoria disponível, aliada ao comportamento financeiro das famílias, existe uma lacuna teórica e empírica a ser preenchida, fato esse citado por Tang (2016, 2017) e Souza (2012) e já abordado também pela própria área de Educação, pois, ao se propor o tema na Base Nacional Curricular Comum, aponta-se para o gargalo a ser ultrapassado. Dessa forma, a pesquisa, apesar de não se propor a generalizar os resultados, aponta indicativos de que o comportamento financeiro dos indivíduos é composto de sua experiência individual, de seus ensinamentos adquiridos no ambiente doméstico e do entendimento de como a ausência de uma educação financeira formal faz falta no seu cotidiano. No caso da área contábil, podem-se citar os trabalhos de Andrade & Lucena (2018) e Ribeiro,

“A educação financeira é um elemento que proporcionaria a liberdade socioeconômica para os indivíduos; é uma área que viabiliza um melhor aproveitamento em relação aos gastos de uma pessoa e que também garante uma maior chance de economizar suas finanças com alguns intuitos predeterminados.”

Botelho e Dantas (2021), que abordam o tema como elemento contributivo da educação financeira.

Com o objetivo de identificar quais atitudes em relação ao dinheiro mais afetam o comportamento dos dependentes, os entrevistados afirmaram que, na presença deles, fazem sempre compras à vista, gastam apenas com o necessário e procuraram sempre obter descontos nas compras. Essas foram as atitudes citadas pelos entrevistados que mais influenciam positivamente o comportamento financeiro dos dependentes.

O que se identifica é que os respondentes são conscientes da sua importância na educação e na transmissão de conhecimentos financeiros, mas que, ao mesmo tempo, sentem que carecem dessa formação financeira. O entrevistado 5 menciona que “não conhecia o tema até ver uma palestra de um professor”. Atualmente considera a educação financeira extremamente importante, passando a exercitar com seu filho. Ele também acredita que o seu filho será mais educado financeiramente e terá mais cuidado que ele. Esse achado demonstra como é importante o processo de educação financeira desde cedo para se ter no futuro um indivíduo educado financeiramente.

### 5. Considerações Finais

A educação financeira é um elemento que proporcionaria a liberdade socioeconômica para os indivíduos; é uma área que viabiliza um melhor aproveitamento em relação aos gastos de uma pessoa e que também garante uma maior chance de economizar suas finanças com alguns intuitos predeterminados, fazendo com que os cidadãos sejam pessoas equilibradas financeiramente. O objetivo primordial da educação financeira está relacionado à forma de instrução das pessoas sobre seus conceitos e sobre produtos financeiros, com a finalidade de ajudá-las a gerenciar melhor seus recursos, minimizando riscos, viabilizando possíveis investimentos e usufruindo melhor de possibilidades de poupança. A presente pesquisa buscou identificar como os responsáveis transmitem os conceitos sobre educação financeira aos seus dependentes.

Para responder ao questionamento “Qual o papel da educação financeira na formação dos indivíduos e como isso influencia a aprendizagem dos dependentes?”, o trabalho utilizou-se do método qualitativo, por meio de entrevistas como fonte de coleta, o que



permitiu chegar às seguintes conclusões: (a) os entrevistados passam seus conhecimentos financeiros aos dependentes geralmente pelo exemplo e pelo diálogo; (b) a educação financeira, segundo os entrevistados, é de suma importância na vida futura das crianças, pois ela desenvolverá uma capacidade melhor de gerir suas finanças, tornando-se uma pessoa mais controlada financeiramente e sem correr o risco de contrair endividamentos excessivos; e (c) a experiência pessoal se mostrou como um dos principais agentes formadores de educação financeira dos entrevistados.

Os achados contribuem também para melhorar o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) ao trazer à discussão a formação financeira a partir da discussão doméstica, permitindo assim que crianças e jovens melhorem seu desempenho escolar e suas competências financeiras.

Recomenda-se aos pais buscar sempre manter seus filhos informados sobre o orçamento da família, passando conhecimentos sobre o tema, tomando atitudes, principalmente na presença dos filhos, que mostrem a importância de poupar e economizar. Além disso, deve deixá-los cientes da importância de sempre obter descontos nas suas aquisições como forma de fazer o seu dinheiro render mais, para que, no futuro, os comportamentos financeiros apresentados por eles sejam os melhores possíveis.

Por fim, conclui-se que a educação financeira melhora o cotidiano ao melhorar o controle dos gastos, gerindo melhor seus recursos. Os entrevistados consideram que a educação financeira é importante para os filhos, mesmo quando não aplicavam seus conceitos. Os achados dessa pesquisa contribuem com uma das grandes questões do tema Educação Financeira – “Quais perspectivas e avanços podemos propor para não condenar toda uma geração e, principalmente, para salvar nossas organizações e nos-

os empregos? Ao diagnosticar a importância da transmissão de conhecimento financeiro de forma intergeracional, melhoram-se as perspectivas de formação financeira dos jovens, que, no futuro, poderão ter uma vida financeira mais organizada. Isso melhora os demais aspectos da vida dos indivíduos, pois um dos grandes gargalos presenciados é a falta de qualificação e formação financeira, o que termina por impactar outras variáveis da vida pessoal dos indivíduos.

As limitações desta pesquisa caracterizam-se na quantidade de responsáveis financeiros entrevistados.

Logo, não se pode generalizar, mas que não era o propósito do trabalho, mas, sim, contribuir com o debate acadêmico e empírico acerca de uma área com tamanha importância na atualidade. Ao se considerar o número de famílias endividadas ou com dificuldade financeira, essa temática deve ser cada vez mais trazida ao cotidiano familiar. Para futuras pesquisas, seria interessante uma quantidade maior de entrevistados, para melhor cruzamento de dados e uma apuração dos dados socioeconômicos, a fim de verificar possíveis correlações entre a renda e a educação financeira.



## Referências

ANDRADE, J. P. & LUCENA, W. G. L. (2018). Educação Financeira: Uma Análise de Grupos Acadêmicos. *Revista Economia & Gestão*, 18(49), 103-121.

BARDIN, L. *L'Analyse de contenu*. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 2010.

BRITO, L. et al. A importância da educação financeira nos contextos acadêmicos e profissional: Um levantamento de dados com alunos universitários. *IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, p. 1 – 13. Rio de Janeiro, 2012.

BRYK, L. Voluntariado corporativo: educação financeira. *Revista Ibero-Americana de humanidades, ciências e educação*, v. 7, n. 4, p. 305-321, 2021.

CAMPOS, A. B. *Investigando como a educação financeira crítica pode contribuir para tomada de decisões de consumo de jovens-indivíduos-consumidores (jic's)*. Dissertação (Mestrado) - Educação Matemática. UFJF, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2012.

CARPENA, F., et al. The ABCs of Financial Education : Experimental Evidence on Attitudes, Behavior, and Cognitive Biases. *Finance & PSD Impact*. Washington, DC, 2017.

---

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. *Anais do SEMEAD - Seminários em Administração*, São Paulo, São Paulo, Brasil, 2012.

---

CORREIA, T. de S.; W. G. L.; GADELHA, K. A. D. L. (2015). A Educação Financeira como um diferencial nas decisões de consumo e investimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis na grande João Pessoa. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 9, n. 3, 2015.

---

COSTA, M. C. Finanças pessoais: um estado de arte. *Dissertação (Mestrado)*. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP São Paulo, 2004.

---

CRUZ NETO, L. A. et al. Atitude ao Endividamento e Comportamento de Gestão Financeira do Consumidor. *Revista Reuna*, v. 22, n. 1, p. 63-82, 2017.

---

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. *Revista Educação e Sociedade*, v. 41, e218463, p. 1-14, 2020.

---

DESTEFANI, S. M. Educação Financeira na Infância. *Revista Eventos Pedagógicos: Desigualdade e Diversidade étnico-racial na educação infantil*. v. 6, n. 4, 17. ed. p. 274-282, 2015.

---

DOWBOR, L. Governança corporativa: o caótico poder dos gigantes financeiros. *Revista Pesquisa & Debate* (São Paulo), v. 27, n. 2(50), p. 25-46, 2016b. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/31350>>.

---

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF. *Quem somos*. 2017. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

---

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF. *Plano Diretor*. 2010a. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

---

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF. *Anexos ao Plano Diretor*. 2010b. Disponível em: <[http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO\\_compressed.pdf](http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2022

---

ENEF (Brasil). (2018). *2º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira*. Recuperado de: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/2-mapeamento/> Acesso em: 8 fev. 2022.

---

FLACH, L.; MATTOS, L. K. Finanças pessoais: investidor neste aprendizado rende juros melhores. *Revista observatorio de la Economia Latinoamericana*, 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oe/2019/06/financas-pessoais.html>. Acesso em: 13 jun. 2022.

---

FREITAS, C. C. G. et al. Educação Financeira: uma experiência extensionista. *Revista em extensão*, v. 20, n. 1, p. 44-56, 2021.

---

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

---

INFINITY ASSET MANAGEMENT. Ranking Mundial de Juros Reais – Set/21. 2021. Disponível em: <<https://infinityasset.com.br/ranking-mundial-de-juros-reais-set-21/>>.

---

KIMURA, H. Aspectos comportamentais associados as reações do mercado de capitais. *Revista de Administração de Empresas – RAE*. v. 2, n.1, 2003.

---

KLARIN, T. The Concept of Sustainable Development: from its beginning to the contemporary issues. *Zagreb International Review of Economics and Business*, v. 21, n. 1, p. 67-94, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.2478/zireb-2018-0005>>.

---

LEONA, R. J. G.; GUIMARÃES, S, T. C. O. (2013). Comportamento Financeiro Durante e Após a Crise Financeira de 2008 sob a Ótica da Teoria dos Prospectos. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 17, n. 3, p. 119-140, 2013.

---

LIMA, R. S. L. et al. The study of personal finances at the university level. *Research, Society and Development*, v. 8, n. 2, p. e1982655, 2019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/656>. Acesso em: 13 jun. 2021.

LIM, S., & NAKAZATO, H. (2018). Co-evolving supportive networks and perceived community resilience across disaster-damaged areas after the Great East Japan Earthquake: Selection, influence, or both? *Journal of Contingencies and Crisis Management*, 27(2), 116–129. <https://doi.org/10.1111/1468-5973.12244>

LUCENA, W. G. L. et al. Finanças comportamentais: fatores que influenciam na hora da compra. *Revista Estudos do CEPE*, n. 33, p.93-126, 2011.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, Vozes, 2007.

PEACOCK, Mark s. Complementary currencies: history, theory, prospects. *Local Economy: The Journal of the Local Economy Policy Unit*, [S.L.], v. 29, n. 6-7, p. 708-722, set. 2014.

PEREIRA, V. L. et al. Educação Financeira no Brasil: Desafios e Ações para as Instituições Formadoras de Indivíduos. *Anais do Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do Câmpus Anápolis de CSEH (SEPE)*. (ISSN 2447-9357), v. 3, n. 1, 2017.

RIBEIRO, C. T. (2020). Agenda em Políticas Públicas: A Estratégia de Educação Financeira no Brasil À Luz do Modelo de Múltiplos Fluxos. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(3), 487-498.

ROCHA, R. H. *Educação Financeira em Pauta*. 2008. Disponível em: <http://www.hsm.com.br/artigos/educacao-financeira-em-pauta>.

ROGERS, P.; FAVATO, V.; SECURATO, J. R. Efeito educação financeira no processo de tomada de decisões em investimentos: um estudo a luz das finanças comportamentais. *Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis*, v. 2, Salvador, 2008.

SANTANA, M. V. S. *Educação Financeira no Brasil: Um estudo de caso*. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Centro Universitário Una, Belo Horizonte, 2014.

SHEPARD, D. D.; KANEZA, Y. V.; MOCLAIR, P. What curriculum? Which methods? A cluster randomized controlled trial of social and financial education in Rwanda. *Children and Youth Services Review*, 310-320, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.09.011>.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. *Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*. Brasília. Enpq. p. 1 – 14, 2013.

SOUZA, D. P. de. *A importância da educação financeira infantil*. 76 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Sociais Aplicada, Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, 2012.

TANG, N. Like Father Like Son: How Does Parents' Financial Behavior Affect Their Children's Financial Behavior? *Journal of Consumer Affairs*, 51(2), 284-311, 2017. <https://doi.org/10.1111/joca.12122>.

TANG, N.; BAKER, A. Self-esteem, financial knowledge and financial behavior. *Journal of Economic Psychology*, 54, 164–176, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2016.04.005>.

TORRES, F. de F. L. Finanças comportamentais: aplicações no contexto brasileiro. *Revista de Administração de Empresas – RAE*. v. 41, n.2, p. 64-71, 2001.

XIAO, J. J.; SORHAINDO, B.; GARMAN, E. T. Financial behaviors of consumers in credit Counselling. *International Journal of Consumer Studies*, v. 30, n. 2, p. 108-121, 2006.



Disponível na  
**App Store**



Disponível no  
**Google Play**



**20 a 22**  
SET DE 2023

📍 MANAUS - AM



**08 a 11**  
SET DE 2024

📍 BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC

**EVENTOS**  
**CFC**

**PUBLICAÇÕES**  
**CFC**



**REDE GOVERNANÇA BRASIL**  
DA GOVERNANÇA À RESPONSABILIDADE



CENTRO-OESTE

Siga-nos nas redes sociais: @cfcbsb



Acesse as publicações da



Aponte a câmera do celular para o código abaixo e desfrute de uma boa leitura!



**1 QR CODE**

Para ler o código, é preciso possuir um *smartphone* com um aplicativo de leitura de QR code instalado. Caso seu aparelho não tenha, baixe, gratuitamente, nas lojas de aplicativos dos sistemas Android ou iOS. Após a instalação, basta iniciar o programa no celular e apontar a câmera para o código acima.

**2 LINK DIRETO**

Se preferir, acesse as publicações pelo link abaixo:  
<https://cfc.org.br/edicoes-anteriores-revista-brasileira-de-contabilidade/>

